

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**

ANA CAROLINA DE SIQUEIRA RIBAS DOS REIS

**A FORMAÇÃO MATEMÁTICA DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO: um
olhar sobre a Escola Normal Joaquim Murtinho**

Campo Grande/MS

2014

ANA CAROLINA DE SIQUEIRA RIBAS DOS REIS

**A FORMAÇÃO MATEMÁTICA DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO: um
olhar sobre a Escola Normal Joaquim Murtinho**

**Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
Matemática da Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul para obtenção do título de Mestre
em Educação Matemática, sob a orientação da
Profa. Dra. Luzia Aparecida de Souza.**

Campo Grande/MS

2014

ANA CAROLINA DE SIQUEIRA RIBAS DOS REIS

**A FORMAÇÃO MATEMÁTICA DE PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO: um
olhar sobre a Escola Normal Joaquim Murtinho**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para obtenção do título de Mestre em Educação Matemática, sob a orientação da Profa. Dra. Luzia Aparecida de Souza.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luzia Aparecida de Souza
(Orientadora)
UFMS – Campo Grande

Prof. Dr. Fernando Guedes Cury
UFRN – Natal

Prof. Dr. José Luiz Magalhães de Freitas
UFMS – Campo Grande

Campo Grande/MS, 21 de fevereiro de 2014

Aos leitores deste trabalho, que façam ecoar as ideias aqui traçadas e continuem a tecer narrativas sobre a formação de professores de matemática.

Agradecimentos

À minha orientadora, Luzia Aparecida de Souza, pelo apoio, confiança e paciência.

Aos membros do grupo HEMEP, pelas discussões e sugestões.

Aos professores Fernando Guedes Cury e José Luiz Magalhães de Freitas.

À professora Heloisa da Silva, pelas contribuições no exame de qualificação.

À minha família, pelo apoio e compreensão.

À Fernanda e Katiane, pela amizade e pela ajuda nos momentos difíceis.

Aos professores do mestrado que contribuíram para o meu crescimento como pesquisadora
nesse período.

Aos colegas do mestrado, pelas discussões e bons momentos juntos.

Às ex-alunas da Escola Normal, por aceitarem participar desse trabalho.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

A todos que estiveram comigo ao longo dessa caminhada.

A Deus, por tudo.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo criar um cenário da formação matemática de professores do Ensino Primário na Escola Normal Joaquim Murтинho, escola pública de formação de professores que funcionou em Campo Grande – na época região sul de Mato Grosso – de 1931 a 1940 e de 1948 a 1974. Para criar esse cenário adotou-se a História Oral como metodologia de pesquisa de modo a compreender a formação matemática a partir de quem vivenciou esse processo. Além das entrevistas com ex-alunos, também foram mobilizadas fontes escritas disponíveis em acervo na Escola Estadual Joaquim Murтинho. Política, desvalorização profissional, predominância de mulheres no Curso, disciplina e ausência de informações sobre o ensino de matemática são algumas das temáticas que orientaram a construção de uma análise narrativa da instituição estudada, opção de análise escolhida para essa pesquisa.

Palavras-chave: História da Educação Matemática. Escola Normal. História Oral.

ABSTRACT

This study aimed to create a scenario of the mathematical formation of Primary School teachers at Normal School Joaquim Murtinho, public school teachers formation which worked in Campo Grande – at the time located in southern Mato Grosso – 1931-1940 and 1948-1974. To create this scenario was adopted the Oral History as research methodology in order to understand the mathematical formation from those who experienced this process. Beyond interviews with former alumni, were also mobilized written sources available in the State School Joaquim Murtinho collection. Political, professional devaluation, women predominance in the course, discipline and lack of information on the teaching math are some themes that guided the construction of a narrative analysis of the institution studied, analysis option chosen for this research.

Key words: History of Mathematics. Normal School. Oral History.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS ESCOLAS NORMAIS: TEXTOS E CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	11
1.1 Formação de professores e Escola Normal	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA	22
2.1 Concepções historiográficas.....	29
2.2 Potencialidade das narrativas	32
3 ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO A PARTIR DE SEUS ESCRITOS: UM OLHAR	34
3.1 A Escola Normal Joaquim Murtinho	35
4 NARRATIVAS SOBRE A ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO	51
4.1 Raimunda Luzia de Brito	51
4.2 Marina Lúcia de Andrade Monteiro	63
4.3 Vera Edwiges Teixeira de Barros Jafar.....	83
5 ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA: UMA ÚLTIMA (?) NARRATIVA	89
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	121
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICES	133
Apêndice A – carta de cessão	133
Apêndice B – roteiro de entrevista	136

INTRODUÇÃO

Estudos acerca da formação de professores que ensinam matemática têm se mostrado de grande importância na área da História da Educação Matemática, e essa temática vem sendo abordada por diversas pesquisas, em particular, pelas investigações do Grupo de Pesquisa em História Oral e Educação Matemática¹ (GHOEM), que busca mapear a formação de professores que ensinam matemática no país, e do Grupo “História da Educação Matemática em Pesquisa”² (HEMPEP), com estudos voltados à constituição de um cenário da formação desses professores no estado de Mato Grosso do Sul.

Essa pesquisa, inicialmente intitulada “A formação matemática de professores primários: um olhar sobre a Escola Normal em Campo Grande”, tinha como objetivo construir um cenário dessa formação específica nas duas Escolas Normais de Campo Grande, a saber, Escola Normal Joaquim Murtinho³ e a Escola Normal Auxiliadora⁴. No entanto, devido à dificuldade⁵ para encontrar fontes relacionadas à segunda instituição mencionada, optamos por não mais abordá-la nesse trabalho.

O meu primeiro contato com o tema Escola Normal e com a pesquisa científica em Educação Matemática deu-se durante o último ano de graduação em Licenciatura em Matemática, período no qual desenvolvi o meu trabalho de conclusão de curso (monografia) intitulado “A formação de professores na Escola Normal Joaquim Murtinho”. Esse estudo foi o início de um processo investigativo que me permitiu ficar frente à fundamentações teóricas na linha da História da Educação Matemática, à metodologia de pesquisa História Oral e ao trabalho com acervos históricos.

Durante o desenvolvimento da monografia notamos a escassez de material que trata dessa temática e, devido ao curto tempo para a sua realização, muitas questões que nos chamaram a atenção não puderam ser compreendidas. Esses contratempos foram alguns dos fatores que nos estimularam a desenvolver essa pesquisa no mestrado.

Esta pesquisa faz parte de um projeto mais amplo do Grupo HEMPEP intitulado "Formação de professores que ensinam matemática: um olhar para o Mato Grosso do Sul", financiado pelo CNPq. Consideramos esse estudo de grande importância por caracterizar a formação oferecida por essa Escola Normal em Campo Grande, em relação à matemática,

¹ Maiores informações no site www.ghoem.com.

² Informações sobre o Grupo HEMPEP estão disponíveis em <http://www.hemep.blogspot.com.br> e <http://hemep.org>.

³ Inicialmente intitulada Escola Normal de Campo Grande.

⁴ Chamada inicialmente Escola Normal Dom Bosco.

⁵ Trataremos desse assunto mais adiante.

permitir compreender o papel que essa instituição, de modo geral, representou na história do nosso estado e por possibilitar, ainda, a digitalização de documentos e sua disponibilização, visando contribuir para com o trabalho de outros pesquisadores.

Para a construção desse cenário lançamos um olhar para a formação proposta por essa instituição, buscando contemplar a forma como os professores eram preparados para dar aula de matemática no Ensino Primário, os conteúdos propostos para sua formação e a literatura indicada nesse processo.

A investigação foi orientada pela busca e análise de fontes relevantes à compreensão de propostas pedagógicas, do objetivo do ensino de matemática no Curso Normal, da metodologia, dos livros adotados e da relação entre o que era ensinado e a prática desses professores já atuantes em sala de aula, podendo ser dividida em três momentos (interligados): estudos de literatura de referência sobre a História da Educação Matemática, Escolas Normais e contexto educacional em Campo Grande; levantamento e realização de entrevistas com antigos alunos da instituição investigada, organização e digitalização de documentos encontrados no acervo da Escola Estadual Joaquim Murtinho e em arquivos pessoais; e análise dos documentos construídos por essa pesquisa, seja pelos procedimentos da História Oral, seja pela prática de leitura.

No primeiro capítulo desse trabalho buscou-se construir um cenário da educação no país, ressaltando características gerais do período estudado, bem como aspectos políticos, econômicos e sociais, evidenciando alguns movimentos educacionais e a situação da formação de professores do Ensino Primário no Brasil. Neste sentido, destacamos o período que abrange o ano de 1930 até meados de 1970, contemplando desde a implantação até a extinção da Escola Normal Joaquim Murtinho.

O segundo capítulo apresenta as discussões metodológicas realizadas durante o estudo, explicitando a postura adotada frente à pesquisa qualitativa, historiografia, bem como ao processo da investigação, discutindo os procedimentos mobilizados e suas potencialidades. Neste capítulo, a História Oral é assumida como perspectiva metodológica que potencializa a construção efetiva de documentos a partir da oralidade, bem como a construção (por meio do exercício de leitura) de documentos escritos encontrados no acervo da Escola em estudo e em jornais da época.

No terceiro capítulo é apresentado um cenário da Escola Normal Joaquim Murtinho, construído a partir de documentos escritos e produzidos pela própria instituição, como livros de exames trimestrais e finais, de matrícula e de cartas expedidas, encontrados no acervo da Escola Estadual Joaquim Murtinho. Com caráter mais descritivo, esse texto não visa

estabelecer relações com outras fontes ou pesquisas, trata-se de um exercício de construção de uma Escola Normal Joaquim Murtinho a partir dos indicativos dos documentos produzidos por essa durante seu funcionamento. Essa construção, provisória como todas as outras, é uma possível a partir dos indícios materiais deixados por sua administração.

Já no quarto capítulo, outras construções são apresentadas, outras Escolas Normais Joaquim Murtinho são estruturadas no relato dos colaboradores dessa investigação. Trata-se das narrativas de antigos alunos da Escola Normal estudada que se constituem enquanto tais ao narrar sobre essa instituição.

O quinto capítulo, por sua vez, explicita um esforço de elaboração de análise narrativa. Fundamentada em Bolívar, Domingo e Fernández (2001); Cury (2007), Cury (2011), Delgado (2006) e Albuquerque Júnior (2007), a perspectiva de que a pessoa se constitui enquanto tal ao narrar-se frente ao outro se torna fundamental a essa investigação, pois a elaboração de uma narrativa dessa pesquisa permite à autora a possibilidade de constituir-se pesquisadora frente à comunidade de educadores matemáticos, inicialmente representados pela banca interlocutora. A diferenciação estética entre esse tipo de análise e os exercícios de análise paradigmática evidencia a forma como conteúdo e, embora aqui seja admitida a mobilização de categorias em ambos os exercícios (ainda que, na narrativa, mais como pensamento estruturante), ao dizer de modo diferente se dizem coisas diferentes. Neste caso, diz-se das amarrações e impregnações que essa pesquisadora efetivou/experenciou na sua constituição enquanto tal ao investigar a formação de professores na Escola Normal Joaquim Murtinho.

O texto “Algumas Considerações”, por fim, traz compreensões acerca do processo de investigação sobre a Escola Normal Joaquim Murtinho.

1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS ESCOLAS NORMAIS: TEXTOS E CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A Escola Normal Joaquim Murtinho foi implantada em Campo Grande em 1930, período em que o país experimentava mudanças significativas em vários setores. A Revolução de 1930⁶ caracterizou o fim da oligarquia cafeeira e a instituição do poder capitalista, o que passou a exigir mão de obra especializada e a necessidade de investir na formação da classe de trabalhadores emergentes.

Assim como a expansão capitalista atingiu de forma desigual as regiões do país, o aumento da procura por escolas ocorreu mais significativamente nos estados onde o modo de produção capitalista se consolidou. A desigualdade econômica entre as regiões influenciou o contraste educacional no território nacional, pois cabia aos estados a responsabilidade pelo ensino e os mais ricos podiam investir mais, como foi o caso de São Paulo, onde ocorreram grandes reformas educacionais.

Os conflitos de classes trazidos à tona com a expansão do capitalismo trouxeram consequências também para a educação. Além das ideias diferentes sobre o ensino (dos revolucionários e católicos), a elite, que se encontrava no poder, e a população em geral também pressionavam o Governo. Enquanto a sociedade buscava a expansão escolar defendendo um ensino democrático, a elite buscava manter o caráter elitista da educação, tentando conter a pressão popular por meio da distribuição controlada de escolas, o que acabou resultando, segundo Romanelli (2006), na expansão improvisada do ensino, pois o Estado estava mais interessado em atender às reivindicações do momento do que com uma política educacional nacional. Houve aumento do número de escolas, entretanto, insuficiente e insatisfatório em relação à qualidade.

A exemplo tem-se o Grupo Escolar, projeto republicano de Escola Primária pública criado em São Paulo na década de 1890 e com o qual foi implementada no Brasil a ideia de escola graduada e propostos novos métodos de ensino, como o método intuitivo⁷ (SOUZA, 2011). Os Grupos Escolares, localizados nos centros urbanos e que reuniam várias classes e

⁶ Movimento que armou a derrubada de Washington Luiz da presidência e colocou Getúlio Vargas no poder. A situação em que o Brasil encontrava-se influenciou essa ação: a crise econômica nacional, agravada pela crise internacional, eclosão de revoltas militares, aumento de conflitos políticos e reivindicações das classes sociais emergentes – burguesa, média e operária –, influenciou uma série de manifestações que contribuíram para a revolução. (ROMANELLI, 2006). Getúlio Vargas governou de 1930 a 1945 e de 1950 e 1954.

⁷ O método intuitivo é uma prática pedagógica caracterizada pelo ensino por meio de objetos conhecidos ou perceptíveis ao aluno, a partir dos quais ele estabelece relações que o auxilia na construção do conhecimento.

vários professores em um mesmo prédio (havendo um professor para cada classe de cada série), foram disseminados por todo o país tornando-se, segundo Saviani et. al. (2006), o modelo de Ensino Primário predominante no Brasil. Essa modalidade de ensino foi perdendo seu prestígio na medida em que sua expansão foi se intensificando, a partir da década de 1930.

Quanto às divergências de pensamento em relação à educação, destacam-se os defensores da Escola Nova que reivindicavam, por exemplo, uma educação laica, gratuita e obrigatória, além de cobrar do Governo uma política nacional⁸ de educação (TANURI, 2000; SAVIANI, 2009). Contrária a essa ideia estava a Igreja Católica defendendo que a educação moral dos indivíduos só seria possível com o ensino de religião nas escolas e que, sem a influência da religião católica, a ideia de lar defendida e regulada pelos princípios cristãos poderia ser corrompida (SAVIANI, 2006).

Políticas educacionais foram temas de várias reuniões no âmbito nacional como a Conferência Interestadual do Ensino Primário, realizada em 1921 para discutir a organização e a uniformização do Ensino Primário e dos cursos de formação de professores no país; e as conferências nacionais promovidas pela Associação Brasileira de Educação (ABE) criada em 1924 e que, segundo Romanelli (2006), representou um confronto entre revolucionários (defendendo algumas das mudanças já citadas anteriormente) e o grupo dos católicos, que via no Estado “um perigo de monopólio e na laicidade e co-educação, uma afronta aos princípios da educação católica” (p.130).

Apesar desses e de outros movimentos discutindo o ensino, foi na década de 1930 que a educação ganhou relevância no país, período em que ações foram realizadas pelo Governo com o intuito de organizar o ensino. O novo modelo de Estado (centralizado, moderno e nacionalista) implantado com Getúlio Vargas na presidência instituiu uma nova organização política educacional cuja orientação era a propagação de valores ligados à pátria, religião, família e trabalho por meio das escolas, manifestados com o ensino de moral cívica, moral cristã e com a valorização de festividades patrióticas. Após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública foi efetivado⁹, em 1931, um conjunto de decretos conhecido como Reforma Francisco Campos, que tratava da criação do Conselho Nacional de Educação e da organização de diversos níveis de ensino. No entanto, o Ensino Primário não foi pauta dessa reforma mesmo sendo um tema importante a ser discutido e regulamentado, conforme os

⁸ Com o movimento de descentralização do poder, o Ato Adicional de 1834, em relação à instrução pública, repassou às províncias o direito de criar estabelecimentos próprios, regulamentar e promover a educação primária e secundária respeitando, no entanto, as imposições gerais do Estado.

⁹ Criado em 1930, no governo de Getúlio Vargas.

movimentos educacionais do período evidenciam. Apesar disso, para Saviani (2006) a regulamentação da educação no país avançou significativamente com esse conjunto de decretos, visto que ao Conselho Nacional de Educação cabia tratar das questões educacionais analisando e propondo soluções, além de adotar para os ensinos visados uma estrutura orgânica de caráter obrigatório em todo o país. Quanto aos membros escolhidos para esse Conselho, Romanelli (2006) critica a ausência de representantes do Magistério, do Ensino Primário e Profissional, ressaltando que a reforma deu prioridade para o sistema de ensino elitista, tornando o Ensino Secundário e o Superior pouco acessíveis às camadas populares, para as quais as maiores chances eram de ingressar nos cursos profissionalizantes.

Com essa reforma o Ensino Secundário ficou dividido em dois ciclos: o Curso Ginásial tendo como finalidade dar aos alunos os elementos fundamentais do Ensino Secundário, com duração de quatro anos; e os cursos paralelos (Clássico e Científico), realizados em três anos e que teriam como objetivo a consolidação da educação dada no Curso Ginásial, bem como seu desenvolvimento e aprofundamento. Apesar de os cursos Clássico e Científico terem disciplinas mínimas estabelecidas, Libâneo, Oliveira e Toschi (2009) destacam a ausência de uma diferença considerável entre os dois cursos: ambos preparavam os alunos para ingressarem no Ensino Superior.

Após a Reforma Francisco Campos o Ensino Primário manteve sua estrutura (implementada pelos Grupos Escolares enquanto projeto republicano), qual seja: curso com duração de quatro anos abrangendo um conjunto de disciplinas que visava atender aos princípios da educação moral, física e intelectual (SOUZA, 2011; SAVIANI, 2006).

Diretrizes para a organização de um sistema nacional de ensino começaram a ser traçadas com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932 e que defendia a educação como um assunto essencialmente público e propunha a organização de escola já defendida anteriormente: única, pública, gratuita, laica e obrigatória. Os pensadores desse grupo também criticavam a dualidade de ensino existente na época, a saber, o Ensino Primário para as massas populares e o Ensino Secundário para a elite (ROMANELLI, 2006; SAVIANI, 2006). O Manifesto propunha também a formação dos professores em nível superior para lecionarem em todos os graus de ensino. Essa ideia ressurgiu em 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que regulamentou o Ensino Superior como formação mínima para o professor.

A questão de o ensino ser de competência do Estado também foi assunto da Constituição de 1934 que, embora ainda não tratasse da regulamentação, colocou como exigência traçar as diretrizes da educação nacional, o que só aconteceu a partir de 1942 com a

Reforma Capanema. Com essa reforma, alguns ramos do ensino foram regulamentados pelas chamadas leis orgânicas do ensino. Já a Constituição aprovada em 1937 dava orientações educacionais para o mundo capitalista, sugerindo a preparação de um maior contingente de mão de obra para as novas atividades de mercado e se por um lado manteve a gratuidade e obrigatoriedade do Ensino Primário, enfatizando o ensino pré-vocacional e profissional; por outro propôs que o ensino fosse livre à iniciativa individual e coletiva, tirando do Estado o dever com a educação.

Uma nova Constituição foi publicada em 1946 (já com Gaspar Dutra¹⁰ como presidente) dando ao Estado a capacidade legal sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Foram promulgadas as Leis Orgânicas do Ensino Primário e do Ensino Normal e, como consequência dessa Constituição, foi formulado um projeto de reforma geral da educação nacional em 1947 e que, após muitos debates, veio a se transformar na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), publicada em 1961. Dentre as discussões acerca desse projeto estavam a questão da centralização ou descentralização da organização da educação e a responsabilidade do Estado em oferecer escola pública para toda a população (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2009; SAVIANI, 2006).

O Ensino Primário - assunto bastante discutido por educadores e que, até então, era responsabilidade dos estados - finalmente passou a ter regulamentação nacional. Cabe ressaltar que várias reformas já haviam sido realizadas nesse nível de ensino anteriormente, porém essas mudanças favoreceram o aumento das diferenças educacionais entre os estados brasileiros, pois as reformas ocorriam de forma isolada, uma vez que cada estado era responsável pelo ensino em seu território e investia de acordo com o que considerava mais conveniente, conforme sua política.

Com a Lei Orgânica, ficou definida como finalidade do Ensino Primário proporcionar aos alunos de 7 a 12 anos uma cultura que os conduzisse ao conhecimento das virtudes morais e cívicas e aumentar o nível de conhecimentos necessários à convivência em família, à saúde e à iniciação no trabalho. Além disso, esse ramo abrangia duas categorias de ensino: o Primário Fundamental, destinado a alunos de sete a doze anos e dividido em dois cursos seguidos, o Elementar e o Complementar; e o Primário Supletivo, destinado a adolescentes e adultos.

A LDB de 1961 pouco alterou a estrutura de ensino anterior a ela, definido da seguinte forma: Ensino Pré-primário; Ensino Primário com quatro anos de duração, havendo

¹⁰ Governou o país de 1946 a 1951.

possibilidade de ampliação de dois anos destinados às artes aplicadas; Ensino Médio compreendendo o Ginásio, com quatro anos, e o Colegial, com três, ambos oferecendo Ensino Secundário e técnico¹¹. Essa LDB tornou possível o acesso ao curso superior após a conclusão de qualquer modalidade do Ensino Médio por meio de vestibular e permitiu, também, a transferência de uma modalidade de ensino para outra, por meio do aproveitamento de estudos. Para Romanelli (2006) talvez a única vantagem da Lei tenha sido a revogação da obrigatoriedade dos programas oficiais, dando liberdade para os estados organizarem seus currículos, no entanto, muitas vezes esses continuavam os mesmos de antes, pois as escolas compunham seus currículos com os recursos dos quais já dispunham.

Já no Governo Militar¹² outras mudanças ocorreram. Além do estímulo à criação de escolas particulares, foi incorporada nas instituições de ensino de modo geral a ideia produtivista de educação: a escolha de critérios de mercado na abertura dos cursos; a relação entre processo formativo e processo produtivo; a adoção de parâmetros empresariais na gestão do ensino; e o esforço em racionalizar a administração do ensino com o objetivo de reduzir custos foram algumas das marcas desse período (OLIVEIRA, 2013; SAVIANI; 2008).

Ainda nessa época houve a criação do curso obrigatório de Primeiro Grau de oito anos, com a unificação do Primário e Ginásio, foi instituída a profissionalização no ensino de Segundo Grau visando à formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho e tornaram-se obrigatórias nos currículos do Primeiro e Segundo Graus as disciplinas Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde.

A partir dessas reformas começou a surgir um novo perfil do profissional docente da educação básica. As Escolas Normais, principais instituições formadoras de professores das séries iniciais até o final da década de 1960, passaram a ser substituídas pela Habilitação Específica de Segundo Grau para o exercício do Magistério de Primeiro Grau (SAVIANI, 2009). Ainda segundo Saviani (2009), esse modelo de curso configurou uma situação de precariedade bastante preocupante, obrigando o governo a lançar, em 1982, o projeto Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM) que apresentava uma proposta de reestruturação das Escolas Normais.

É neste contexto que a Escola Normal se estrutura e se movimenta em termos de mudanças e permanências com relação à política educacional do país e sobre a qual trataremos a seguir.

¹¹ Agrícola, Comercial, Industrial e Normal.

¹² De 1964 a 1985.

1.1 Formação de professores e Escola Normal

A formação de professores do Ensino Primário se mostrou uma preocupação pública após esse se tornar responsabilidade das províncias¹³. Para a formação desses docentes, as províncias adotaram o modelo que estava em expansão na Europa à época: as Escolas Normais. Essas instituições surgiram, no Brasil, como um caminho para suprir a necessidade de professores para o Ensino Primário, modalidade de ensino que tinha como fim expandir-se e estender-se à população de modo geral.

De acordo com dados históricos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1933 havia 57.645 professores de Ensino Primário no país, dos quais 24.205 não tinham formação apropriada para exercer tal função (Curso Normal). Já em 1947, dos 93.288 professores que lecionavam no primário comum, 37.995 não tinham a formação na Escola Normal. Um dado interessante, também em relação aos professores do Ensino Primário, é a predominância de mulheres nesse ramo. Daqueles 57.645 professores citados anteriormente, por exemplo, 9.182 eram homens.

Alvo de críticas por muito tempo devido a sua imagem associada a cérebro em desuso e falta de preparo, para exercer a profissão docente as mulheres aliavam-se a discursos que defendiam sua função natural de educadora (SOUZA, 2011). Nesse sentido, o magistério seria um exercício de vocação e o grupo feminino o mais indicado para “modelar” as crianças para uma infância saudável, patriótica e livre de “maus costumes” que pudessem corromper a sociedade. Além das mulheres que buscavam uma profissão, o magistério era procurado também por jovens de famílias mais abastadas que cresceriam com o propósito de serem boas esposas, mães e, quando necessário, professoras (SAVIANI, 2006).

Conforme já mencionado anteriormente, o Curso Normal, assim como outros níveis de ensino, também demorou a ser regido por diretrizes nacionais, o que ocorreu somente em 1946 com a Lei Orgânica do Ensino Normal. Antes disso, diversos movimentos já defendiam mudanças dos cursos de formação de professores e entre essas mudanças estava a padronização das Escolas Normais no país. A discussão sobre esse tema foi pauta da Conferência Interestadual de Ensino Primário, realizada em 1921, e a partir da qual é possível

¹³Criadas em 1821, integravam as províncias brasileiras em 1822 o Grão-Pará, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Cisplatina. As províncias tinham pouca autonomia política, sendo seus governadores nomeados pelo governo central. Com a Proclamação da República, em 1889, adotou-se o governo presidencialista e as províncias transformaram-se em estados, com autonomia para escolher a Constituição e as leis pelas quais cada estado seria regido, não desrespeitando, porém, os princípios da Constituição Federal.

perceber a preocupação de alguns representantes estaduais¹⁴ em relação à falta de regulamentos federais referentes ao Ensino Normal, o que é evidenciado no relatório¹⁵ apresentado por José Rangel, delegado do Estado de Minas Gerais:

Devendo ser identico e objectivo, não se comprehende que o grão de cultura do professor e o padrão dos seus estudos e habilitações varie de uma para outra unidade da Federação e que o diploma conferido pelo instituto normal de um Estado não tenha validade para a docencia em outro Estado. (CONFERÊNCIA INTERESTADUAL DE ENSINO PRIMÁRIO, 1921a, p. 186).

Além da preocupação com uma regularização nacional evidenciada no relatório do Dr. José Rangel, é possível perceber a visão de alguns representantes acerca da formação docente. Sobre a organização do currículo de uma possível Escola Normal unificada, ele ressalta que a formação deveria ser limitada à função docente, não excedendo

[...] ás exigencias da sua função, pois, de outra fôrma, com mais amplas aptidões, a outros misteres mais remuneradores se dedicarão os mestres, abandonando a carreira, em busca de collocações vantajosas, no commercio, nas industrias ou em outros cargos, no seio do proprio funcionalismo publico. (CONFERÊNCIA INTERESTADUAL DE ENSINO PRIMÁRIO, 1921a, p. 186-18).

Ainda sobre a formação docente, Dr. Victor Vianna, um dos representantes do Governo Federal¹⁶, tece algumas considerações:

[...] O fim das escolas normaes é "ensinar a ensinar". Mas, quem não sabe não póde ensinar. Só se ensina bem o que bem se sabe. Portanto, antes de preparar o programma da escola primaria, é preciso preparar o da escola normal; e antes de educar e instruir alumnos, é preciso instruir e educar os professores. Por isso não podemos desprezar a parte relativa ao preparo intellectual do normalista. O normalista, que não póde atender a todas as necessidades de alumnos inteligentes, é inutil. É preciso que os professores tenham consciencia de sua missão. É indispensavel que saibam o que convém ensinar. (CONFERÊNCIA INTERESTADUAL DE ENSINO PRIMÁRIO, 1921b, p. 157-158).

[...] O problema da formação do professorado tem dous aspectos, como o do proprio ensino: o de qualidade e o da quantidade. Ensinar é melhorar, elevar a cultura. Si começamos por querer tomar tão pratico o ensino que reduz dous annos a expressão mais simples a instrucção normal, cahimos

¹⁴Estiveram presentes, ainda, na Conferência os seguintes representantes: Dr. Alberto Moreira (Amazonas), Deputado Eurico Valle (Pará), Senador Godofredo Mendes Vianna (Maranhão), Senador Felix Pacheco (Piauí), Deputado Godofredo Maciel (Ceará), Deputado José Augusto (Rio Grande do Norte), Deputado Tavares Cavalcanti (Paraíba), Deputado Corrêa de Brito (Pernambuco), Senador Mendonça Martins (Alagoas), Deputado Carvalho Netto (Sergipe), Deputado Clementino Fraga e Dr. Canina Brasil (Bahia), Dr. Mirabeau Pimentel (Espírito Santo), Deputado Azevedo Sodré (Rio de Janeiro), e D. Esther Pedreira de Mello (Distrito Federal).

¹⁵ Todos os trechos dos anais da Conferência estão escritos de forma idêntica aos originais.

¹⁶Estiveram presentes também os seguintes representantes do Governo Federal: Drs. José Augusto Bezerra de Medeiros, A. Carneiro Leão, J.B. Mello e Souza, Victor Vianna, professor Orestes Guimarães e Coronel Raymundo Pinto Seidl.

em contradicção. Si tanto menor o ensino, melhor, então pelo mesmo raciocínio chegaremos a excluir a propria necessidade delle. A verdade é que tanto mais instruímos melhor. (CONFERÊNCIA INTERESTADUAL DE ENSINO PRIMÁRIO, 1921b, p. 154).

Nas Escolas Normaes fundadas pelo Conselho Federal precisamos obter o maximo de eficiencia com o minimo de tempo, e de dispendio. O minimo de tempo, porque não podemos esperar que fórmem em muitos annos os novos professores; de dispendio, porque durante muito tempo as verbas serão deficientes em relação ás necessidades. (CONFERÊNCIA INTERESTADUAL DE ENSINO PRIMÁRIO, 1922b, p. 156-157).

A regulamentação dessa modalidade de ensino ocorreu em 1946 com a Lei Orgânica do Ensino Normal, já mencionada anteriormente, vinte e cinco anos após o início dos debates nessa Conferência e de outros vários acerca das diretrizes nacionais da formação de professores. Essa Lei trouxe maior estabilidade e equiparou os Cursos que antes ficavam sujeitos a um constante processo de modificação e extinção, sendo fechados ora por falta de alunos ora por falta de continuidade administrativa. Antes da promulgação dessa Lei, a expansão das Escolas Normais possibilitou a constituição de cursos com currículos diversificados de acordo com a política educacional de cada estado.

A Escola Normal passou a ter por finalidade formar docentes necessários às escolas primárias, habilitar administradores escolares para essas mesmas escolas e desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativos à educação elementar. Com três anos de duração, podendo ser realizado em dois anos de estudos intensivos, o Curso compreenderia no mínimo as seguintes disciplinas:

Quadro 1. Disciplinas mínimas exigidas na Escola Normal

1º ano	2º ano	3º ano
Português	Biologia educacional	Psicologia educacional
Matemática	Psicologia educacional	Sociologia educacional
Física e química	Higiene e educação sanitária	História e filosofia da educação
Anatomia e fisiologia humanas	Metodologia do Ensino Primário	Higiene e puericultura
Música e Canto	Desenho e artes aplicadas	Metodologia do Ensino Primário
Desenho e artes aplicadas	Música e Canto	Desenho e artes aplicadas
Educação física, recreação e jogos	Educação física, recreação e jogos	Música e canto
		Prática do ensino
		Educação física, recreação e jogos

Fonte: BRASIL. Lei Orgânica do Ensino Normal, de 02 de janeiro de 1946.

Essa Lei propunha ainda a adoção de processos pedagógicos ativos; a educação moral e cívica não como uma disciplina e sim como resultado da execução do ensino, de modo geral; a explicação sistemática dos programas do ensino primário nas aulas de metodologia bem como a retomada desses conteúdos quando necessário; a prática de ensino realizada em exercícios de observação e participação real no trabalho docente; e o ensino religioso que, embora pudesse ser ministrado como disciplina, não poderia ser obrigatório. Cada Escola Normal deveria manter um Grupo Escolar para as atividades de prática de ensino e, quanto aos professores, esses deveriam receber formação em cursos apropriados para o exercício docente, em regra de Ensino Superior. Quanto aos alunos que terminassem o Curso Normal, foi assegurado o direito de ingressar em cursos das Faculdades de Filosofia, ressalvadas as exigências para a matrícula em cada caso.

Na década de 1950 foi possível a equiparação da Escola Normal a outras modalidades de cursos de nível médio, o que permitiu o acesso ao Ensino Superior, afastando do Curso Normal a imagem de curso profissionalizante para o magistério primário (SAVIANI, 2006). Dessa forma, a Escola Normal, em alguns casos, passou a ser vista não só como um curso de formação docente para atuar no Ensino Primário, mas também como um curso de caráter preparatório, já que era uma forma de ingressar em cursos superiores.

De modo geral, ao lançar um olhar sobre a formação de professores do Ensino Primário no Brasil, percebe-se que muitas vezes seu objetivo esteve ligado à formação de cidadãos necessária para atender às necessidades políticas em cada época, por exemplo, com a disseminação de escolas primárias para a população em geral em determinadas regiões surgia a escassez de professores para o exercício do magistério e, assim, realizavam-se cursos com menor duração para amenizar o problema da falta de professores habilitados, formação essa, muitas vezes, realizada com poucos recursos financeiros e em caráter emergencial, com o objetivo de solucionar problemas imediatos da educação.

A expansão do ensino deu-se, principalmente, a partir da década de 1930 com o desenvolvimento do capitalismo, conforme já mencionado. Em virtude das mudanças econômicas pelas quais o Brasil passava (transição do modelo agroexportador para o de industrialização), verificava-se em algumas regiões a migração de pessoas do campo para a cidade, o que resultou em um processo de urbanização, com o qual surgiram novas classes sociais. Nesse cenário de mudanças houve a ampliação tanto das ofertas de trabalho quanto do mercado consumidor e a educação escolar passou a ser considerada de grande importância, tanto por educadores quanto por grupos das novas camadas sociais que reclamavam mais

escolas. Assim, como diria Andreotti (2006), a educação que já era vista pelo governo republicano como impulsora do progresso foi, também, instrumento para a ascensão social.

Durante o Governo Militar surge um novo perfil de professores no ensino básico brasileiro. A implementação dos ensinos de Primeiro e Segundo Graus trouxe consequências também para a formação de professores e, como já discutido anteriormente, princípios do modo de produção capitalista foram incorporados à educação. A ampliação da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos levou à expansão do ensino de Primeiro Grau e para suprir a necessidade de professores foram criados cursos de formação aligeirada: os chamados cursos de licenciatura curta.

Segundo a LDB de 1971, o ensino de primeira a quarta séries deveria ser realizado por professores habilitados no Segundo Grau, enquanto a habilitação específica de grau superior (licenciatura curta) seria obrigatória para professores de primeira a oitava séries. Já aqueles que quisessem lecionar tanto no Primeiro quanto no Segundo Grau deveriam ter habilitação específica de nível superior em cursos de licenciatura plena. Com essas mudanças a Escola Normal foi, aos poucos, perdendo a condição de escola, transformando-se em uma das várias habilitações profissionais de Segundo Grau, denominada Habilitação Específica para o Magistério.

Foi nesse contexto do movimento da Escola Nova e de políticas já esboçadas anteriormente que entrou em cena em 1931 a Escola Normal em Campo Grande¹⁷ (situada na região sul do Mato Grosso uno) a partir da necessidade de professores formados para atender as escolas da região. À época da implantação da Escola Normal Joaquim Murтинho a região sul de modo geral vivia um processo de crescimento tanto econômico como populacional, influenciado pela criação da Estrada de Ferro Noroeste, inaugurada em 1914 (PESSANHA; ARAÚJO, 2009). Até a década de 1930 predominavam no estado as Escolas Rurais, onde o ensino era considerado ineficiente pelo então governador de Mato Grosso, Aníbal de Toledo¹⁸, para quem faltavam instalações apropriadas, material escolar, professores e fiscalização (MATO GROSSO, 1930). Até então os Cursos Secundários oficiais existentes no estado eram o Liceu Cuiabano e a Escola Normal de Cuiabá, capital de Mato Grosso.

Pode-se dividir o funcionamento da Escola Normal em Campo Grande em duas fases: i) em um primeiro momento, de 1931 a 1938 (com a última turma tendo se formado em 1940), quando foi substituída por um ano de curso especializado para alunos que tivessem

¹⁷Fundada em 1872 e legalmente reconhecida em 1889, Campo Grande era inicialmente uma pequena comunidade que se desenvolveu economicamente e conquistou autonomia política em 1911, transformando-se na capital econômica do estado de Mato Grosso. (BITTAR, 2009).

¹⁸ Governou de janeiro a outubro de 1930.

concluído o Curso Ginásial abrangendo as disciplinas¹⁹ Didática; Prática de Ensino; História da Educação; Escrita escolar; Psicologia geral e educacional; Pedagogia; Biologia aplicada à Educação e Higiene da criança; Higiene escolar, domiciliar e rural; e Trabalhos manuais; ii) a segunda fase trata da reativação dessa escola, sob os moldes da Lei Orgânica do Ensino Normal. Essa instituição funcionou até 1974, quando foi substituída pela Habilitação de Segundo Grau para o exercício do Magistério.

A Escola Normal Joaquim Murtinho permaneceu, durante o período em que esteve em funcionamento, como o principal curso de formação de professores para o Ensino Primário em Campo Grande. A formação proposta por essa instituição, mais especificamente a formação matemática, foi o tema abordado nessa pesquisa.

Apresentamos, no próximo capítulo, a perspectiva metodológica adotada na pesquisa, bem como os processos metodológicos e discussões que permearam a investigação.

¹⁹ Decreto n. 229, de 27 de dezembro de 1938.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA

Essa pesquisa é de abordagem qualitativa e, por isso, faz-se necessário apresentar o nosso entendimento em relação a essa forma de investigação, além de questões que perpassam os processos investigativos, como metodologia e pressupostos teóricos.

Realizar uma pesquisa à luz da abordagem qualitativa é, segundo Garnica (2005), reconhecer

“[...] (a) a transitoriedade de seus resultados; (b) a impossibilidade de uma hipótese *a priori*, cujo objetivo da pesquisa será comprovar ou refutar; (c) a não neutralidade do pesquisador que, no processo interpretativo, vale-se de suas perspectivas e filtros vivenciais prévios dos quais não consegue se desvencilhar; (d) que a constituição de suas compreensões dá-se não como resultado, mas numa trajetória em que essas mesmas compreensões e também os meios de obtê-la podem ser (re)configuradas; e (e) a impossibilidade de estabelecer regulamentações, em procedimentos sistemáticos, prévios, estáticos e generalistas [...]”. (p. 7).

Dessa forma, o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa requer andar sistemática e rigorosamente em torno de uma questão problematizadora, desenvolvendo uma postura que reconheça a subjetividade do pesquisador e, com isso, o leve a ter o cuidado de explicitar seu processo metodológico, justificando suas opções teóricas e procedimentais ao longo do trabalho. Nas palavras de Souza (2011), “[...] o foco dos procedimentos desloca-se para a postura com que se faz uma opção por um caminho ou outro, por implementar e regular um procedimento ou outro, por analisar e avaliar as vantagens, dispersões, equívocos, contaminações de uma ou outra estratégia” (p. 64).

Reconhecer a influência da postura e a existência de opções, caracterizadora da pesquisa, traz para essa dissertação o reconhecimento da subjetividade do pesquisador. Em acordo com Goldenberg (2003), considera-se fundamental o cuidado de explicitar na pesquisa os processos que levaram às conclusões (no sentido não finalista, mas de apresentação de indicativos), as dificuldades encontradas pelo caminho, bem como os resultados negativos obtidos no estudo. Esses, tanto quanto as discussões sobre os encaminhamentos produtivos, são partes constituintes do pesquisador em formação.

Visando a construção de um cenário da formação matemática na Escola Normal Joaquim Murtinho, buscamos entendê-lo a partir de pessoas que vivenciaram essa formação. Para Delgado (2006),

[...]cada pessoa é um componente específico de um mosaico maior que é a coletividade. Portanto, cada depoente fornece informações e versões sobre si

próprio e sobre o mundo no qual vive ou viveu. A história oral, em decorrência, é um processo de recordação realizado por um sujeito individual, mas socialmente integrado. (p. 52).

Nessa perspectiva, os depoimentos orais permitem uma ampliação da compreensão das transformações nas instituições visadas, da forma como as pessoas experimentaram essas mudanças e levantar discussões sobre essas experiências de forma mais geral e, em relação à história da Educação,

[...] narrativas de experiências de professores ou ex-professores, suas descrições sobre a forma como vivenciaram certas reformas educacionais, bem como as relações estabelecidas com a instituição escolar vêm desarticular a abordagem comumente centrada nas políticas públicas e nas filosofias pedagógicas. (SILVA; SOUZA, 2007, p. 149).

Essa concepção, aliada às potencialidades da História Oral como metodologia de pesquisa qualitativa observadas no desenvolvimento da monografia, nos levou a adotá-la também nessa pesquisa.

A História Oral (MEIHY, 2002; GARNICA, 2005; SOUZA, 2006; DELGADO, 2006) é uma metodologia de pesquisa que articula fundamentação teórica e procedimentos de pesquisa na construção de narrativas²⁰. Fundamentação teórica, em nosso caso, ligada a perspectivas historiográficas e em princípios éticos voltados à criação intencional de fontes, a partir de situações de entrevistas.

A metodologia adotada envolve procedimentos específicos como: mapeamento e contato de/com possíveis interlocutores no contexto da investigação, elaboração de um roteiro de apoio para entrevista, gravação do momento da entrevista (geração de uma fonte oral), transcrição, textualização e carta de cessão (para utilização da fonte criada por esta e por outros pesquisadores).

A escolha dos entrevistados deu-se por duas maneiras: via internet e critério de rede. Durante o desenvolvimento da monografia alguns poucos contatos de ex-alunos e ex-professores foram indicados, no entanto não tivemos sucesso na busca devido a alguns já terem falecido, estarem com a saúde debilitada ou, ainda, pelo telefone não existir mais. A alternativa então foi fazer uma busca na internet por nomes identificados em um mapeamento²¹ de ex-alunos também realizado durante o trabalho de monografia. Nessa

²⁰A narrativa é um modo de construir a ideia de temporalidade ao articular indícios do passado.

²¹A maioria dos nomes era de mulheres.

pesquisa foi encontrado o telefone de Raimunda Luzia de Brito²², uma ex-aluna da Escola Normal Joaquim Murтинho que se mostrou disposta a colaborar com o nosso trabalho.

Outra ex-aluna que também tinha se colocado à disposição desistiu no dia da entrevista alegando não se lembrar de muita coisa da época, indicando o telefone de outra pessoa, com quem não conseguimos falar, pois ela passa muito tempo fora da cidade. Também não tivemos sucesso no contato, via e-mail, com outros dois possíveis interlocutores que haviam sido professores da Escola Normal Joaquim Murтинho. Embora tivessem se colocado à disposição, um²³ não respondeu mais aos e-mails e o outro, que no momento da entrevista optou por responder às questões por escrito devido aos seus compromissos, não as encaminhou de volta nem retornou os nossos contatos.

Voltando novamente à busca via internet, conseguimos entrar em contato com duas pessoas entre os vários nomes listados. As dificuldades que justificam essa situação estão associadas, além dos pontos já mencionados anteriormente - como falecimento, saúde debilitada e telefones desativados -, ao fato de algumas pessoas residirem em outros estados, outras recusarem participar por acreditarem que não iriam contribuir com a investigação devido a pouca memória. Um possível motivo, também, para a dificuldade de localização dessas pessoas pode ter sido porque muitos dos nomes indicados ou encontrados em documentos eram nomes de moças solteiras que, hoje, levariam o nome de casadas.

Além de Raimunda Luzia de Brito, outras duas ex-alunas também participam como interlocutora da pesquisa: Marina Lúcia de Andrade Monteiro, que inicialmente ficou em dúvida se aceitaria ou não por achar que não se lembraria de muita coisa, e Vera Edwiges Teixeira de Barros Jafar.

Uma ex-professora de Matemática da Escola Normal Joaquim Murтинho, citada pelas ex-alunas, aceitou colaborar com a pesquisa, no entanto, sua narrativa não foi incorporada a esse trabalho. Essa professora precisou passar por cirurgias e acabou indo embora para o Rio Grande do Sul (já que não tinha parentes em Mato Grosso) antes de assinar o documento autorizando a utilização da entrevista e, como não deixou nenhum telefone para contato, não conseguimos mais encontrá-la. Também realizamos duas entrevistas com uma ex-professora de Didática e essas também não foram mobilizadas nesse trabalho porque no momento da conferência do material a entrevistada, reconhecida na cidade e escritora de matérias em jornais, não concordou com o estilo do texto narrativo criado a partir de sua fala, julgando que

²²Sobre a indicação de outros nomes, Raimunda informou que não teria como ajudar porque as pessoas que eram próximas a ela já haviam falecido.

²³Essa pessoa nos passou o telefone de uma professora de Didática que havia lecionado na Escola Normal Joaquim Murтинho e que, inicialmente, aceitou colaborar com o trabalho.

esse não estava apropriado para um trabalho acadêmico. Mesmo tendo liberdade para fazer as alterações necessárias no texto, ela optou por não fazê-las, pois achou que precisaria mexer no texto todo para aproximá-lo da sua escrita.

Além das três entrevistas com ex-alunas, utilizamos nesse trabalho entrevistas realizadas durante a graduação para o trabalho de monografia, também de ex-alunas, outras apresentadas na dissertação de mestrado de Araújo (1997) sobre o ensino de Didática no sul de Mato Grosso na década de 1930, e, ainda, algumas presentes no livro de Rosa (1990), intitulado *Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul*.

Para as entrevistas elaboramos um roteiro²⁴ de apoio contendo questões tidas como relevantes à compreensão da temática dessa pesquisa: a formação na Escola Normal Joaquim Murtinho e, em particular, a formação matemática. As questões geradoras, com pontos específicos a serem tratados, e a escolha das questões deu-se a partir de leitura de documentos e de literatura sobre o tema. Para a elaboração buscou-se tomar algumas precauções como, por exemplo, evitar questionários rígidos, perguntas que induzissem as respostas e perguntas longas ou diretas, cuidados citados por autores como Delgado (2006) e Goldenberg (2003). Alguns ajustes foram feitos após a primeira entrevista, como reescrita e acréscimo de questões e, apesar de elaborarmos dois roteiros, um para alunos e outro para professores, os dois ficaram bem semelhantes, tendo como diferença alguns pontos mais específicos como a formação mínima para lecionar no Curso Normal e cursos de aperfeiçoamento.

Posteriormente à realização das entrevistas, passamos aos momentos de edição: a transcrição e textualização. A transcrição é um processo de gravação, etapa que consiste em passar para a forma escrita o que antes se apresenta apenas como oralidade (SOUZA, 2011) e exercita um cuidado de procurar registrar no papel detalhes do momento da entrevista, como a ordem em que as questões foram dispostas, entonações, vícios de linguagem e interrupções. Cabe ressaltar que alguns cuidados²⁵ devem e foram tomados no momento da entrevista para que não houvesse interferência na gravação, como a escolha de um local com a presença mínima de barulho, sem interrupção de terceiros, e a posição do gravador, colocado próximo ao entrevistado e em um lugar fixo, evitando, dessa forma, atritos que pudessem prejudicar o áudio.

O exercício de transcrição é importante não só por proporcionar a divulgação de um documento escrito mais “próximo” do momento de entrevista, mas também por proporcionar

²⁴O roteiro segue nos apêndices da pesquisa.

²⁵Durante o trabalho de monografia esta pesquisadora pode perceber o quanto as interferências citadas prejudicam a gravação. Qualquer ruído, por menor que pareça, pode ganhar mais destaque do que a voz das pessoas, dificultando o momento de transcrição.

ao pesquisador uma maior familiaridade com as ideias e entonações a orientar o movimento analítico (SOUZA, 2006) na produção da textualização. A textualização, por sua vez, é um momento de exercício analítico em que é construída uma narrativa mais fluente com a edição da transcrição, reorganizando as ideias e retirando as pausas e vícios excessivos, permitindo uma maior clareza do que foi dito pelo entrevistado. É uma narrativa escrita em primeira pessoa, uma produção que se espera conjunta entre pesquisador e entrevistado, no sentido de que um legitima a leitura do outro. Mais recentemente, Souza (2011) identificaria a textualização como uma produção em co-autoria.

Quanto à forma da textualização, podemos optar por preservar questões feitas pelo pesquisador no corpo do texto ou incorporar as questões nas respostas do entrevistado, gerando uma narrativa contínua. Para este trabalho adotamos a segunda opção por julgarmos ser possível uma maior intervenção do pesquisador ao articular as ideias na produção de um texto fluente e, com isso, uma maior intervenção do entrevistado no sentido de legitimar ou não essa articulação. Além disso, essa opção não necessariamente exclui a possibilidade de indicar ao leitor as questões que foram feitas no momento da entrevista. Ao escolher essa opção, em acordo com Souza (2006), deve-se tomar o cuidado de não omitir informações obtidas com o direcionamento das perguntas e, a fim de tentar explicitar esses direcionamentos, foram incorporadas²⁶ à textualização, por exemplo, expressões como “quando você me pergunta”, “sobre o que você me perguntou”, enfatizando que o entrevistado só respondeu a uma determinada questão porque ela era direta.

Apesar dos cuidados tomados para o momento das entrevistas, baseados nas primeiras experiências desta pesquisadora, ficam evidentes nas transcrições interrupções desnecessárias, por parte da mesma, e a falta de maiores intervenções na exploração de determinadas temáticas, de modo a enriquecer as lembranças apresentadas.

Depois de realizadas a transcrição e a textualização, os interlocutores conferiram o texto, fazendo alterações como complementação, ocultação, correção e reconhecimento da sua fala. Algumas fizeram alterações relacionadas à escrita e organização dos parágrafos e poucas informações foram adicionadas por elas no texto. Raimunda Luzia de Brito e Marina Lúcia de Andrade Monteiro optaram ainda por retirar alguns trechos, o que não comprometeu as informações dadas por elas. Raimunda Luzia também reorganizou uma parte do texto,

²⁶O cuidado de explicitar o direcionamento das perguntas foi feito nas questões relacionadas à matemática. Os outros direcionamentos e as intervenções desta pesquisadora no diálogo, como as interrupções, também não ficam claros na textualização, mas podem ser consultadas pelo leitor na transcrição dos diálogos.

percebendo, já na textualização, que a mudança de determinados tons levou a um entendimento equivocado do que ela pretendia afirmar.

Feitas as intervenções, as três entrevistadas autorizaram, por meio de uma carta de cessão, a utilização desse material para fins acadêmicos. Segundo Souza (2006), esse momento reforça a ideia de que o cuidado ético perpassa o processo investigativo, não sendo tomado somente após a análise das informações obtidas, visto que “[...] é direito do entrevistado ocultar informações já ditas no momento da gravação ou acrescentá-las quando julgar necessário [...]” (p. 96).

A escolha da História Oral entre outras metodologias que se valem de entrevistas deu-se por esta permitir uma maior aproximação dos significados atribuídos pelos interlocutores às situações por eles vivenciadas, o que se apresenta como relevante para as pesquisas na área da Educação e Educação Matemática ao possibilitar compreender a maneira como reformas educacionais são incorporadas por pessoas do meio escolar, o modo como professores se apropriam dos métodos de ensino, entre outros, informações que, muitas vezes, não podem ser obtidas em documentos oficiais ou em documentos arquivados nas escolas (BOLÍVAR, DOMINGO, FERNÁNDEZ, 2001; SILVA, SOUZA, 2007).

Além das entrevistas, para compor um cenário da formação matemática na Escola Normal Joaquim Murтинho, outras fontes também foram mobilizadas nesse trabalho como documentos produzidos pela própria instituição no período em que esteve em funcionamento, documentos pessoais e oficiais.

Muitos desses documentos produzidos pela instituição já haviam sido encontrados, organizados e digitalizados durante o trabalho de monografia após a autorização do então diretor da Escola Estadual Joaquim Murтинho (Lucilio Souza Nobre), instituição responsável por esses materiais. Os materiais do acervo encontravam-se dispostos em caixas em uma sala pequena e com pouca luminosidade. Como a sala havia sido dedetizada, os documentos, dos mais diversos períodos, estavam todos misturados, sendo necessário abrir caixa por caixa para visualizar o teor de cada livro.

Imagem 1. Acervo da escola



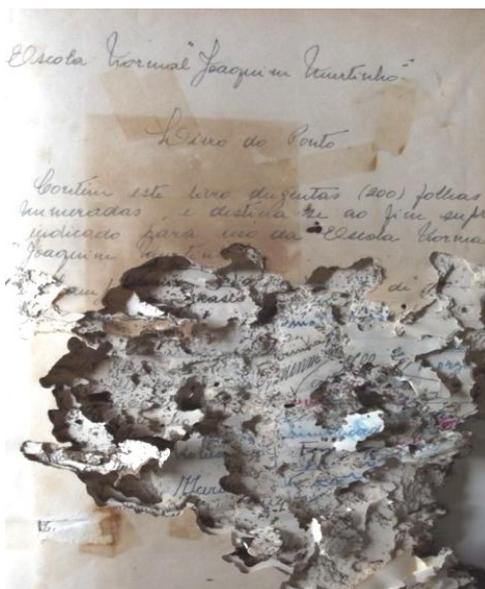
Fonte: arquivo nosso.

Depois de examinar as caixas, encontramos vinte e três registros referentes à Escola Normal, tema de nossa pesquisa. O estudo de alguns desses documentos ficou bastante

limitado devido às suas condições, por vezes muito ruins. Outros nem puderam ser aproveitados devido ao mau estado de preservação em que se encontravam.

O **Livro Ponto** a seguir permite uma melhor ideia acerca dessas más condições. Mesmo o ambiente tendo passado por um processo de dedetização recente, era possível encontrar entre as páginas dos livros cupins e traças vivas.

Imagem 1. Livro Ponto



Fonte: Acervo da Escola Estadual Joaquim Murtinho.

Os materiais mobilizados nessa pesquisa foram organizados e digitalizados na própria escola (já que não obtivemos autorização para sua retirada, devido a não devolução de materiais mobilizados por outros pesquisadores em anos anteriores). Essa situação evidencia a importância do compromisso ético com a instituição colaboradora, o quanto a nossa postura enquanto pesquisador pode facilitar ou dificultar o trabalho de outros pesquisadores.

Assumindo esse compromisso ético, os materiais digitalizados foram gravados em um CD que foi entregue à Escola Estadual Joaquim Murtinho em 2013, com o objetivo de preservar seu conteúdo e facilitar seu acesso por parte de outros pesquisadores. A relação desses materiais está disposta no quadro abaixo.

Quadro 2. Documentos encontrados no acervo da Escola Estadual Joaquim Murtinho

Quantidade	Documentos	Período
1	Cadastro de Funcionários e Professores	1968-1975
2	Exames trimestrais e finais	1931-1940
2	Matrículas	1931-1938

8	Livro Ponto	1953-1956, 1963-1968, 1970-1973
2	Portarias	1934-1945, 1952-1955
2	Registro de Correspondências Expedidas	1934, 1937, 1954-1958
4	Registro de Diplomas	1935- 1940, 1948-1974
1	Registro de Licenças, Nomeações e Portarias	1934-1938
1	Registro das matérias lecionadas durante o ano letivo	1935-1940

Fonte: elaborado pela autora.

Além das fontes já mencionadas, foram mobilizados também os seguintes materiais:

Quadro 3. Outras fontes escritas mobilizadas na pesquisa

Documento	Período
Revista do professor Mato-se	Dez/1966
Jornal do Comércio	27/08/1950; 24/12/1950; 15/09/1953; 11/12/1953; 22/02/1960
Jornal Folha da Serra	Dez/1931; 26/08/1936; Set/1937; Set/1940
Jornal Correio do Estado	07/05/1955; 24/05/1955; 17/10/1955; 17/11/1955; 11 e 12/01/1974; 16/02/1974; 06 e 07/07/1974; 31/07/1974
Decretos e leis estaduais	29/09/1926; 22/06/1929; 18/05/1933; 31/12/1937; 27/12/1938; 31/01/1947; 19/03/1947; 18/02/1948; 31/12/ 1948; 31/10/1958
Relatórios	1931; 1937; 1948
Mensagens de governadores	1930; 1936; 1937; 1939; 1940; 1947 a 1949; 1950 a 1961; 1964; 1966; 1968; 1971

Fonte: elaborado pela autora.

Optar pela História Oral como metodologia não significa necessariamente desenvolver um trabalho historiográfico (embora em nosso caso, sim), mas certamente implica em, ao assumir a construção de fontes históricas a partir da oralidade, pensar alguns pressupostos historiográficos, assunto do qual trataremos a seguir.

2.1 Concepções historiográficas

As perspectivas historiográficas modificam-se com o tempo. Para os historiadores positivistas a construção da História fundamentava-se em fatos e grandes nomes, e os documentos descreviam o que havia acontecido em uma determinada época. Por muito tempo, a realização de uma pesquisa historiográfica estava diretamente ligada à reconstrução da história, à reconstituição do passado por meio da linguagem. Em outras palavras, pensava-se

que ao ler um estudo historiográfico era possível ter acesso a eventos do passado, à forma como realmente aconteceram.

No entanto, no início do século XX percebe-se um movimento contrário a essa forma de se pensar História. A escola dos *Annales*, fundada por Marc Bloch, teve um papel de grande importância na organização de um novo modelo de historiografia, introduzindo a percepção da história como um problema. Iniciava-se, assim, o método regressivo: questões do presente põem condições e limites à nossa volta, possível, ao passado (BLOCH, 2001).

Dessa forma, a História já não poderia mais ser olhada como uma ciência do passado. O passado começou a ser questionado com um lugar a se voltar e passou a ser visto como uma construção por meio de estudos dirigidos por questionamentos do presente.

Essas reflexões começaram a ser mais discutidas a partir de considerações acerca do papel da linguagem, evidenciando que as palavras não permitem descrever as coisas como elas realmente são. Com a virada hermenêutica, a própria existência desse “o que realmente é” é posta em questionamento e a aproximação da História com a Literatura reforça o processo construtivo de qualquer exercício. Albuquerque Junior (2007) articularia esse tema mobilizando a ideia de linguagem como uso e do homem narrativo e narrado como em estado de palavra.

Assim como a configuração de vestígios do passado se dá por meio da linguagem, o sujeito da história só “o é” em estado de palavra. Desse modo, o historiador ao falar de uma determinada pessoa fala, na verdade, de um sujeito criado a partir das diferentes representações das quais o historiador toma conhecimento, aproximando História e Literatura. Como as palavras não evoluem com o tempo e “[...] se amoldam a situações e moldam condições e configurações [...]” (Idem, 2011, p. 6), estão prontas para serem usadas em diferentes situações, muitas vezes o historiador, assim como o escritor literário, precisa recorrer a figuras de linguagem. A diferença, então, está nas regras estabelecidas pela comunidade (científica ou não) na qual o texto está inserido e no pacto que se estabelece entre leitor e escritor, pacto este que permite a quem está lendo um trabalho historiográfico perceber que o sujeito do qual se fala não é um sujeito de todo fictício, corresponde a alguém que existiu (Idem, 2011).

Do mesmo modo que a concepção de História adotada pelos positivistas passou a ser duramente criticada, as fontes também deixaram de se apresentar verdadeiras por si só. Começaram a ser vistas como registros produzidos com certa intencionalidade (irrecuperável), que não falam ao menos quando são interrogados (BLOCH, 2001) e, nesse sentido, tanto as

fontes orais, criticadas pelos positivistas, quanto às escritas e pictográficas são passivas das mesmas críticas que, isoladamente, a oralidade sofreu por muito tempo.

Se a História agora é vista como uma construção, não existe “a história verdadeira” que representa o passado, aliás, dada sua inexistência, caberia em vez de representação, falar em criação. A historiografia seria, nesse sentido, múltipla e interminável, pois não se constitui, também, como um conjunto de versões históricas, mas de um movimento criador dessas versões a partir de fontes que, ao serem mobilizadas, tornam-se documentos para a pesquisa e respondem às questões formuladas por aquele que as estuda. Albuquerque Júnior (2011) diria que a historiografia é a palavra comprometida com a problematização de eventos do passado, é o uso cuidadoso das palavras, com as quais o historiador constitui versões desses eventos.

Quanto à escolha das fontes, o mesmo autor defende que nenhum acontecimento histórico possui “[...] uma documentação consagrada que não possa ser substituída por outra ou mesmo é constituído de um conjunto de eventos que não possam ser substituídos por outros [...]” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p.156), estando sujeita ao olhar do próprio historiador e ao tipo de história que ele quer escrever. Podemos concluir, assim, que toda organização do passado é efêmera, que todo marco central pode ser descentralizado e que a História é fluxo.

Dessa forma, podemos dizer que os grandes marcos considerados pelos historiadores positivistas são criações de acontecimentos que escondem pistas de toda a complexidade da realidade histórica que os envolvem (Idem, 2007), visto que

Os movimentos da História são múltiplos e se traduzem por mudanças lentas ou abruptas, por conservação de ordens sociais, políticas e econômicas e também por reações às transformações. Na maior parte das vezes, esses processos, contraditórios entre si, acontecem simultaneamente e se integram a uma mesma dinâmica histórica. São diferentes lados de uma mesma moeda, ou faces plurais de um cristal lapidado. São os denominados conflitos da História, que o marxismo conceituou como luta de classes e que, em tempos contemporâneos, têm sido identificados como contradições intrínsecas à própria condição do homem como ser social. (DELGADO, 2006, p. 15).

Assim, não podemos pensar na existência de uma linearidade de acontecimentos, esses não formam um curso coerente e não marcam ou apresentam continuidade. As coisas acontecem de modo caótico, algumas coisas mudam para que outras aconteçam, outras permanecem, e nem sempre evoluem com o passar do tempo (GARNICA; SOUZA, 2012). Nesse sentido, a busca pela origem se mostra incoerente e, por isso, a importância de o pesquisador delimitar um início para a pesquisa. Como já citado anteriormente, uma maneira

de construir a própria ideia de temporalidade ao organizar indícios é por meio de narrativas, próximo assunto a ser discutido.

Ao nos comprometermos com a História Oral, a ideia de historiografia da qual compartilhamos é a de estudo (contínuo e inacabado) dos homens no tempo, vivendo em comunidade (SOUZA, 2006; BLOCH, 2001). Essa perspectiva assume que o exercício historiográfico não se efetiva somente em relação a grandes nomes e datas específicas (marcos de acontecimentos), mas, ao não descolá-lo da comunidade que o constitui e que ajuda a constituir, prevê o estudo das relações entre os homens em sua duração e contexto. Diante das discussões realizadas, reconhecemos a impossibilidade de construir “a história”, buscando a construção de um cenário histórico a partir de depoimentos de pessoas que vivenciaram determinadas situações, sem desprestigiar, no entanto, outras fontes como as escritas e pictográficas (GARNICA, 2005).

Esse estudo fundamenta-se, além das entrevistas, em fontes documentais como livros de matrícula, atas de exames trimestrais e finais, livros de portarias, livros de registro de diplomas, revistas, jornais, documentos oficiais e de referências bibliográficas sobre o assunto e, na tentativa de articular as informações obtidas sobre a Escola Normal Joaquim Murinho no decorrer da investigação, optamos pela análise narrativa, próximo assunto a ser discutido.

2.2 Potencialidade das narrativas

Durante muito tempo a investigação científica foi realizada nos moldes da pesquisa positivista, segundo a qual a pesquisa é uma ciência objetiva cuja intenção é fazer generalizações e construir regularidades e, dessa forma, os acontecimentos sociais poderiam ser reduzidos à quantificação. Outra ideia defendida pelos positivistas era de que a pesquisa deveria ser neutra e caberia ao pesquisador não afetar a pesquisa, anulando, assim, sua subjetividade.

Essa perspectiva viria a ser duramente criticada por pesquisadores das Ciências Sociais, segundo os quais o modelo positivista de investigação não poderia ser aplicado a estudos voltados a acontecimentos sociais, trazendo à tona a subjetividade como característica intrínseca a esse tipo de investigação. Com a virada hermenêutica, os sujeitos, suas experiências e o próprio mundo passaram a ser vistos, como diria Albuquerque Junior (2007), em estado de palavra, como textos construídos na leitura singular de cada um. Bondía (2002) diria que

[...] O homem é um vivente com palavra. E isto não significa que o homem tenha a palavra ou a linguagem como uma coisa, ou uma faculdade, ou uma ferramenta, mas que o homem é palavra, que o homem é enquanto palavra, que todo humano tem a ver com a palavra, se dá em palavra, está tecido de palavras, que o modo de viver próprio desse vivente, que é o homem, se dá na palavra e como palavra. (p.21).

Essa nova visão de mundo implicaria na busca por métodos próprios de investigação para uma pesquisa qualitativa e, nesse sentido, a Escola de Chicago contribuiu significativamente ao usar relatos pessoais no estudo científico (GOLDENBERG, 2003). Em outras palavras, as experiências pessoais como cartas, diários e entrevistas foram legitimadas na pesquisa científica, e têm possibilitado evidenciar perspectivas distintas acerca de determinados eventos e compreender algumas dimensões que, muitas vezes, as fontes escritas não permitem como, por exemplo, sentimentos e desejos.

Os relatos pessoais, por exemplo, ganharam espaço em pesquisas desenvolvidas na área de Educação Matemática e são defendidos como fontes fundamentais por pesquisadores que se utilizam da História Oral como metodologia, pois possibilitam uma maior compreensão dos significados atribuídos pelas pessoas a situações por elas vividas, à forma como experienciaram esses acontecimentos.

Para a ideia de narrativa usada neste trabalho partimos da perspectiva de Bolívar, Domingo e Fernández (2001) de que a narrativa é um relato produzido a partir de experiências pessoais. Experiência é usada aqui na perspectiva de Bondía (2002), é aquilo que nos passa, nos marca, nos toca; é ao narrar que damos sentido ao que nos acontece. Sendo assim, a narrativa é uma interpretação dada pelo sujeito, “[...] ela conta os significados que a pessoa constrói para o “si mesmo”” (RABELO, 2011, p. 176).

Além da possibilidade de ser mobilizada como fonte em pesquisas científicas, a narrativa também tem sido pensada e utilizada como um procedimento de análise. Quanto aos tipos de análise, Bolívar, Domingo e Fernández (2001) diferenciam dois tipos: paradigmática e narrativa. Tanto a paradigmática quanto a narrativa, a nosso ver, trabalham com categorias. No entanto, enquanto a análise paradigmática estrutura-se em torno de categorias, evidenciando características semelhantes nas experiências humanas e anulando as diferenças do indivíduo (BOLÍVAR, DOMINGO e FERNÁNDEZ, 2001; RABELO, 2011; CURY, 2011), a narrativa busca fugir à generalização, assumindo que cada ação é única e, portanto, não pode ser categorizada.

A análise narrativa percebe movimentos de convergência e divergência, mas estrutura-se em torno daquilo que pode ser narrado sobre o tema da investigação após/durante

o exercício do pesquisador em compreender não só esses movimentos, mas também o que, neles, se apresenta como singular.

A construção dessa trama narrativa visa evidenciar a formação do olhar do pesquisador, pois, segundo Bolívar, Domingo e Fernández (2001), ao narrar-se frente ao outro, está-se a constituir-se enquanto figura narrada. A análise narrativa, desse modo, é uma possibilidade de construir uma trama argumentativa sobre a temática da pesquisa, mas também a possibilidade dessa pesquisadora constituir-se como tal frente à comunidade de educadores matemáticos.

Na tentativa de articular as informações explicitando as compreensões obtidas no trabalho, propomos, cientes do desafio que se impõe, dão exercício de uma análise narrativa.

3 ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO A PARTIR DE SEUS ESCRITOS: UM OLHAR

Neste capítulo construímos um dos cenários possíveis da Escola Normal Joaquim Murtinho a partir de documentos encontrados no acervo da Escola Estadual Joaquim Murtinho e produzidos pela instituição pesquisada durante seu funcionamento. Como já mencionados anteriormente, os materiais encontrados e mobilizados foram **Cadastro de Funcionários e Professores** (de 1968 a 1975), **Exames Trimestrais e Finais** (de 1931 a 1940), **Matrículas** (de 1931 a 1938), **Livro Ponto** (de 1953 a 1956, 1963 a 1968; e 1970 a 1973), **Portarias** (de 1934 a 1945 e de 1952 a 1955); **Registro de Correspondências Expedidas** (de 1934 a 1937 e de 1954 a 1958), **Registro de Diplomas** (de 1935 a 1974); **Registro de Licenças, Nomeações e Portarias** (de 1934 a 1938); e **Registro das Matérias Lecionadas** (de 1935 a 1940).

Esse exercício trata-se de uma construção com caráter descritivo que visa, além da constituição de um cenário dessa Escola Normal, divulgar os documentos existentes sobre essa instituição e por ela produzidos, bem como seu conteúdo, contribuindo para futuras pesquisas.

3.1 A Escola Normal Joaquim Murtinho

Imagem 2. Grupo Escolar e Escola Normal Joaquim Murtinho



Fonte: arquivo nosso²⁷.

A Escola Normal Joaquim Murtinho foi implantada efetivamente em 1931 no prédio do Grupo Escolar de Campo Grande (também denominado Grupo Escolar Joaquim Murtinho). Embora tenha funcionado até 1974, quando foi substituída pela Habilitação de Segundo Grau para o Magistério, ficou desativada de 1940²⁸ a 1948, período em que a formação de professores do Ensino Primário passou a ser realizada em um curso especializado²⁹ com duração de um ano. Sendo assim, podemos dizer que essa Escola Normal teve duas fases: a primeira corresponde ao período do início das atividades até o ano de 1940 e a segunda de 1948 a 1974. Além da nomenclatura “Joaquim Murtinho” (utilizada a partir de 1948) aparecem, também, nos documentos da primeira fase outras denominações como Escola Normal de Campo Grande, Escola Normal e Modelo Anexa, e Escola Normal e Modelo Complementar.

Durante a primeira fase da Escola Normal estiveram à frente do cargo de direção alguns nomes como Múcio Teixeira Junior (de 1931 a 1932 e de 1935 a 1937), Lucina Prado de Albuquerque (diretora interina em 1933), Lourival de Oliveira Azambuja (de 1933 a 1934) e Maria Constança de Barros Machado (de 1937 a 1940).

²⁷ Imagem cedida por uma ex-professora da Escola Normal para o trabalho de monografia.

²⁸ A partir de 1938 não iniciaram novas turmas no Curso.

²⁹ No Decreto n. 229, de 27 de dezembro de 1938, contam como disciplinas do curso especializado: Didática; Prática de ensino; História da Educação; Escrita escolar; Psicologia geral e educacional; Pedagogia; Biologia aplicada à educação e Higiene da criança; Higiene escolar domiciliar e rural; e Trabalhos manuais.

Ainda nesse período o Curso Normal teve quatro anos de duração e os alunos que ingressavam tinham idades que variavam de 11 a 20 anos, conforme as datas de nascimento dos alunos registradas nos livros **Matrículas** (de 1931 a 1938) e **Registro de Diplomas** (de 1935 a 1951). Ainda no documento **Matrículas** podem ser encontradas outras informações como a data em que essas foram realizadas, nome completo dos alunos, naturalidade e o nome do responsável (pai). Já no **Registro de Diplomas** (1935-1951), além dos dados já mencionados, há registro das notas finais dos alunos obtidas em cada ano do curso.

A partir desses documentos, nota-se a predominância de mulheres no Curso Normal (os documentos dão indícios de um aluno apenas matriculado na primeira fase). Apesar de a maioria dos discentes ser de Mato Grosso, há registro de alunos naturais de Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Pará, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul. O número de matrículas e de diplomas pode ser visualizado nos quadros a seguir.

Quadro 4. Relação de matrículas no período de 1931 a 1938

	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938
1º ano	21	11	5	17		13	16	
2º ano		15	12	4	3	11	9	11
3º ano			8	12	3	9	12	8
4º ano				11	10	2	8	10

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 5. Diplomas de 1935 a 1940

Ano	1935	1936	1937	1938	1939	1940
Número de diplomas registrados	10	2	7	10	7	8

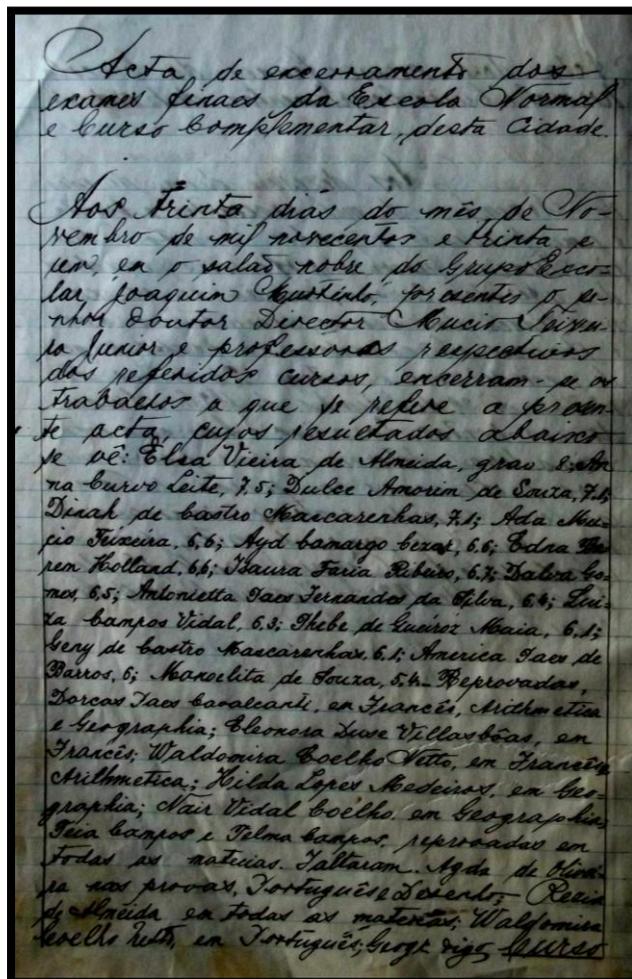
Fonte: elaborado pela autora.

Os dados explicitados nos quadros dão indícios de um considerável número de reprovação e/ou desistência na Escola Normal o que, em alguns casos, pode estar associado ao motivo matrimônio, uma vez que nas entrevistas emergiu esse discurso: a desistência tanto do Curso quanto da profissão devido ao casamento.

Para ingressar no Curso os candidatos passavam antes pelo Curso Complementar, com duração de dois anos. Aqueles que não concluíssem o 2º ano do Complementar realizavam um exame de admissão ao Curso Normal. Da mesma forma, esses exames eram realizados também por alunos dos Grupos Escolares que não tivessem terminado o 4º ano.

Quanto às disciplinas estudadas pelos alunos na primeira fase da Escola Normal Joaquim Murtinho notam-se algumas alterações de nomenclatura e na grade curricular. Os registros de avaliações contidos nos livros **Exames Trimestrais e Finais**³⁰ (de 1931 a 1940) apontam para: Português, Matemática³¹, Francês, Geografia, Desenho, Ginástica (em 1934) e Trabalho (em 1934 e 1937) no primeiro³² ano; Português, Matemática, Francês, Corografia³³, Psicologia³⁴, Desenho, Trabalho (em 1934), Ginástica (em 1934), e Música (em 1937), no segundo³⁵; no terceiro³⁶ ano há indícios de Português, Pedagogia³⁷, Física e Química, História Natural, História Universal³⁸, Higiene, Desenho, Ginástica (em 1934 e 1938), Música (em 1934 e 1938) e Trabalho (em 1934 e 1938); e no último ano do Curso constam Literatura, Didática e História da

Imagem 4. Ata de encerramento dos exames finais da Escola Normal Joaquim Murtinho.



Fonte: Livro Exames Trimestrais e Finais. 1931 a 1935.

Educação³⁹, Física e Química, História Natural, História do Brasil, Música (em 1934 e 1940) e Trabalho (em 1937). Há também registros de exames de prática profissional de Didática realizados em 1937 pelas alunas do quarto ano da Escola Normal.

Apesar de o Curso Normal ter quatro anos de duração nota-se que, nessa primeira fase, Matemática fazia parte da grade curricular dos dois primeiros anos do Curso, no entanto,

³⁰ Contam ainda, nesse livro, registros de atas de abertura e encerramento de exames escritos e de inscrições para exames de admissão à Escola Normal.

³¹ Em 1933 a disciplina estava registrada como Aritmética. Em 1934 como Aritmética e Álgebra e, a partir de 1935, como Matemática apenas.

³² De 1933 a 1937. Não há registro do primeiro ano no período de 1938 a 1940.

³³ Descrição particular de uma nação ou de uma área geográfica.

³⁴ Essa disciplina estava registrada como Psicologia e Pedagogia no ano de 1935.

³⁵ De 1933 a 1938. Não há registro de exames da turma do segundo ano em 1939 e 1940.

³⁶ No período de 1933 a 1939.

³⁷ Registrada como Psicologia e Pedagogia em 1935.

³⁸ Em 1938 está registrada como Civilização.

³⁹ Didática e História da Educação foi registrada apenas como Didática em 1936 e 1939, e como Metodologia e Didática em 1937.

conteúdos matemáticos eram vistos também na disciplina Desenho, ministrada para as turmas dos três primeiros anos.

Alguns dos conteúdos⁴⁰ ministrados podem ser encontrados no livro **Registro das Matérias Lecionadas**, de 1935 a 1940. No que diz respeito à matemática trabalhada nesse período constam os seguintes pontos destacados nos quadros a seguir.

Quadro 6. Conteúdos ministrados no 1º ano na Escola Normal Joaquim Murtinho

1º ano		
Álgebra	Aritmética	Desenho
<ul style="list-style-type: none"> • Divisão de monômios (expoente zero e negativo); • Divisão de polinômios por monômios; • Divisibilidade de um polinômio inteiro em x na forma x-a; • Divisão de polinômios; • Divisão de polinômios com resto e quociente s ilimitados; • Casos notáveis da divisão algébrica; • Fatoração: casos notáveis (fator comum, agrupamento, diferença entre dois quadrados, trinômio quadrado perfeito); • Fatoração: caso de um trinômio de segundo grau; • Exercícios práticos sobre a fatoração algébrica; • Cálculo do máximo divisor comum pelo processo de divisões sucessivas; • Cálculo do mínimo múltiplo comum; • Simplificação de frações algébricas; • Redução de frações algébricas a um mesmo 	<ul style="list-style-type: none"> • Razão e equidiferença; • Média Aritmética; • Proporções (princípio fundamental e séries de razões iguais por quociente); • Média Geométrica; • Teorema de d'Alembert; • Noções sobre grandezas proporcionais; • Grandezas diretamente e inversamente proporcionais; • Razão direta e inversa; • Regra de três simples e composta; • Questões sobre tanques; • Porcentagem principal e taxa • Problemas sobre porcentagem e preço líquido; • Cálculo da taxa, do principal e da teoria; • Juros (deduções de fórmulas e aplicações práticas); • Médias de juros; • Desconto (valor nominal, atual e valor atual imediato); • Desconto racional e desconto comercial (dedução de fórmulas e soluções práticas); 	<ul style="list-style-type: none"> • Divisão do desenho linear geométrico (natureza, posição e uso das linhas); • Pontos, retas e curvas (instrumentos empregados no desenho geométrico); • Ângulos (classificação, construção e operações); • Divisão de ângulos em partes iguais; • Divisão de ângulos em 3, 4, 6, 8, 16 etc. partes iguais; • Traçado de perpendiculares; • Construção de uma reta paralela à outra passando por um ponto dado; • Divisão da circunferência em 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12 e 24 partes iguais; • Polígonos inscritos; • Inscrição de um triângulo equilátero, um quadrado e um hexágono em um círculo; • Circunferências (retas tangentes); • Circunscrição de um triângulo equilátero e um quadrado em um círculo; • Combinação de triângulos; • Circunscrição de um

⁴⁰ A maioria dos conteúdos mencionados na tabela consta tal como no registro original.

<p>denominador;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Multiplicação algébrica; • Fatoração: soma e diferença dos cubos; • Fatoração do caso $a^4+a^2h^2+b^4$ • Noções sobre radicais (radicais semelhantes); • Operações com radicais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Retângulos (razão entre áreas); • Regra de sociedade simples e de sociedade composta; • Vencimento médio das letras; • Título de uma liga e câmbio interno e externo em geral; • Papel e moeda; • Câmbio entre Inglaterra e Brasil, Brasil e França, e Brasil e Espanha; • Câmbio de Nova Iorque e Berlim. 	<p>círculo a qualquer polígono regular;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de uma circunferência, dado o raio, tangente a uma reta em um ponto dado; • Descobrir o centro de uma circunferência dada; • Construção de um triângulo equilátero sendo o lado igual a uma reta dada; • Construção de um paralelogramo sendo dados dois lados adjacentes e o ângulo por eles formado; • Construção de um losango conhecidos um lado e um ângulo; • Construção de um quadrado sendo conhecido um lado; • Combinação de polígonos (triângulos, quadrados e hexágonos); • Combinação de círculos; • Rosa de 8 folhas.
---	--	--

Fonte: Livro Registro das Matérias Lecionadas. 1935 a 1940.

Quadro 7. Conteúdos ministrados no 2º ano na Escola Normal Joaquim Murtinho

2º Ano		
Álgebra	Geometria	Desenho
<ul style="list-style-type: none"> • Adição e subtração algébrica; • Multiplicação de monômios (algoritmo); • Divisão de monômios (expoente zero e negativo); • Fórmulas notáveis da multiplicação algébrica; • Desenvolvimento de binômios elevados ao quadrado e ao cubo, e aplicações práticas; • Divisão de polinômios; 	<ul style="list-style-type: none"> • Ângulos adjacentes (teoria e prática); • Grandezas positivas e negativas; • Ângulos opostos pelo vértice (teoria e prática); • Retas paralelas e retas secantes (os 4 casos); • Retas perpendiculares e retas oblíquas (1º, 2º, 3º e 4º teoremas, e casos particulares); • Teorema sobre a soma e a diferença entre os lados 	<ul style="list-style-type: none"> • Cópia de um polígono irregular por meio de paralelas iguais; • Linhas proporcionais; • Construção da quarta proporcional a três retas dadas; • Construção da terceira proporcional a duas retas dadas; • Construção da meia proporcional a duas retas dadas; • Divisão de uma reta em

<ul style="list-style-type: none"> • Divisibilidade de um polinômio inteiro; • Formação da lei do quociente; • Potenciação de monômios e polinômios (noções, teoria e prática); • Radiciação de monômios e polinômios; • Propriedades das frações algébricas (multiplicação e divisão); • Fatoração (máximo divisor comum e fator comum); • Simplificação de frações algébricas; • Potenciação e radiciação de frações algébricas; • Formas simbólicas fracionárias (teoria e prática); • Igualdade e identidade; • Equação de primeiro grau (princípios fundamentais e prática); • Equações literais de primeiro grau; • Método e condições de armar problemas referentes à equações do primeiro grau; • Equações irracionais; • Sistema de equações e métodos de resolução (substituição, comparação e redução); • Método de Bezout; • Método das incógnitas auxiliares e artifício do cálculo; • Equações de segundo grau (forma, dedução da fórmula de Bhaskara, equações incompletas, generalizações da fórmula, e relação entre os coeficientes e as raízes); 	<ul style="list-style-type: none"> de um triângulo; • Igualdade de quaisquer triângulos; • Soma dos ângulos internos de um triângulo; • Soma de ângulos internos e externos de um polígono qualquer; • Diagonais (teoria); • Círculo, corda e arco (teoria); • Ângulos inscritos (4 casos); • Ângulos inscritos formados por secantes; • Linhas proporcionais (meia, terceira e quarta proporcional); • Bissetrizes de ângulo interno e externo de um triângulo, determinando segmentos proporcionais; • Semelhança de polígonos; • Relação entre a diagonal e o lado de um quadrado; • Relação entre a altura e o lado de um triângulo equilátero; • Demonstração do Teorema de Pitágoras; • Propriedades dos triângulos acutângulo e obtusângulo (demonstração e prática); • Propriedades das retas secantes; • Relação entre o lado do octógono e o raio circunscrito; • Medida da circunferência (razão entre a circunferência e o diâmetro); • Áreas (quadrado, retângulo, triângulo, trapézio e setor circular); • Fórmula da superfície de um triângulo equilátero 	<ul style="list-style-type: none"> partes proporcionais a retas e números dados; • Construção de um triângulo, sobre uma reta dada, semelhante a outro; • Construção de um polígono regular semelhante a outro conhecendo um dos lados; • Reduzir, dada a razão, superfícies de contornos irregulares; • Método das quadrículas; • Construção de um arco de 3 centros; • Oval (definição e traçado); • Traçado de um oval de 4 e de 6 centros; • Espiral (definição e traçado); • Traçado da espiral bicêntrica, tricêntrica e quadricêntrica; • Traçado do oval sendo dado o eixo maior; • Espiral de Arquimedes; • Rosa de 8 folhas e rosa de 12 folhas; • Elipse (definição e traçado); • Combinação de curvas, de quadrados, de círculos, pentágonos e de octógonos; • Combinações (triângulo e hexágono, hexágono e círculo, círculo e triângulo, e quadrado e octógono); • Cópia do natural.
---	---	---

<ul style="list-style-type: none"> • Trinômio do segundo grau (decomposição em fatores). 	<p>em função do raio do círculo circunscrito;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superfície da coroa; • Superfície da elipse (cálculo dos eixos). 	
---	---	--

Fonte: Livro Registro das Matérias Lecionadas. 1935 a 1940.

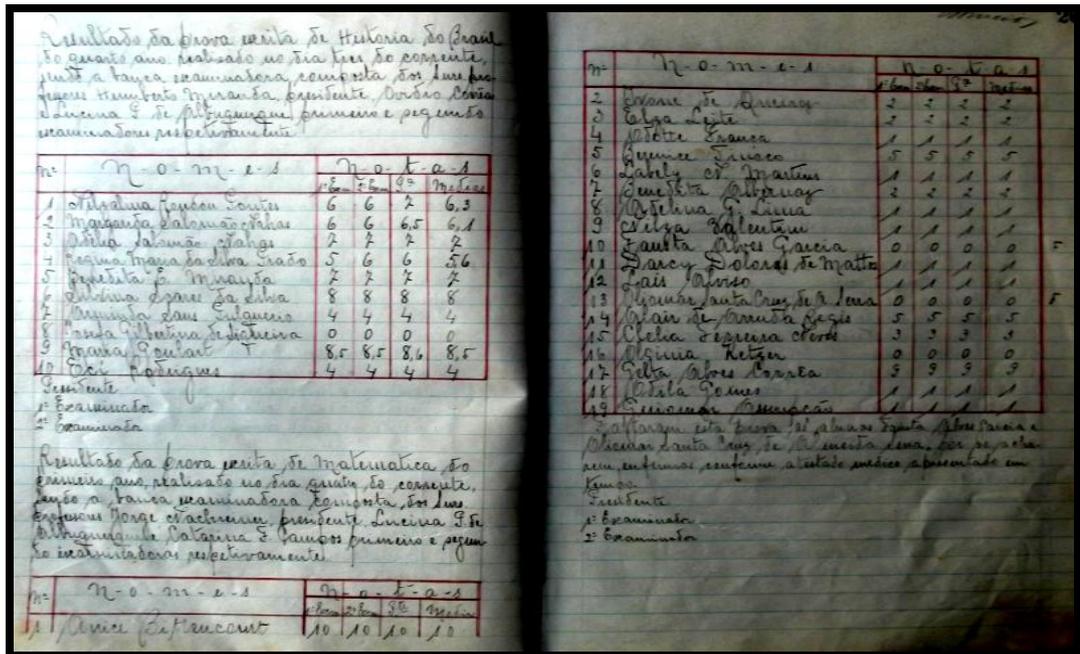
Quadro 8. Conteúdos ministrados no 3º ano na Escola Normal Joaquim Murtinho

3º Ano		
Desenho		
<ul style="list-style-type: none"> • Poliedros em geral (definição e traçado); • Poliedros irregulares; • Sólidos redondos (definição e traçado); • Seções (cilíndricas e cônicas); • Esfera; 	<ul style="list-style-type: none"> • Geometria descritiva (definição e projeções ortogonais); • Projeções de um ponto e de uma reta sobre um plano; • Projeção do polígono, do círculo e do cilindro; 	<ul style="list-style-type: none"> • Posição do ponto e da linha sobre o plano de projeção; • Cone óptico de observação ou cone de visão distinta; • Perspectiva (definição, divisão e método geral); • Cópia natural de corpos geométricos.

Fonte: Livro Registro das Matérias Lecionadas de 1935 a 1940.

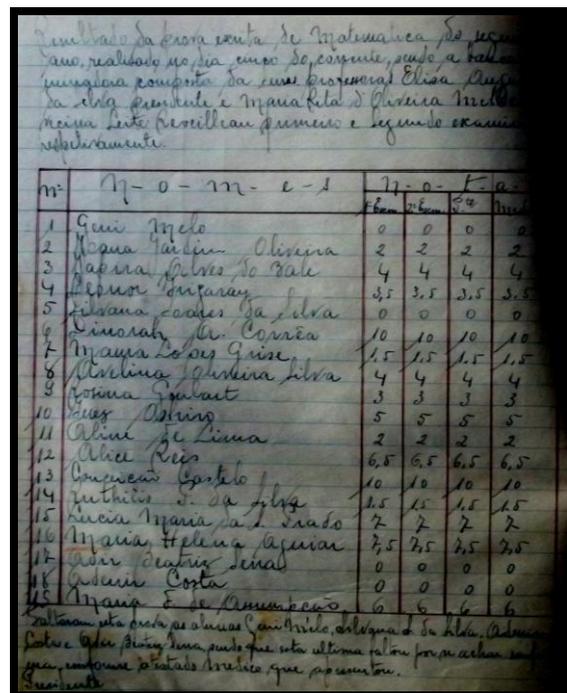
É notória a quantidade de conteúdos vinculados a cada temática. As notas de Matemática contidas no livro **Exames Trimestrais e Finais** (de 1931 a 1935) chamam a atenção, em alguns casos, quando comparadas às notas obtidas em outras disciplinas. Como exemplo temos alguns resultados de exames das turmas do primeiro e segundo ano do Curso, realizados no ano de 1935.

Imagem 5. Notas de História do Brasil e Matemática⁴¹ do primeiro ano em 1935



Fonte: Livro Exames Trimestrais e Finais. 1931 a 1935.

Imagem 6. Notas de Matemática⁴² do segundo ano em 1935



Fonte: Livro Exames Trimestrais e Finais. 1931 a 1935.

⁴¹ As notas na imagem, à direita, correspondem ao exame de Matemática realizado em 04 de junho de 1935. Dos dezessete alunos que fizeram a prova um aluno alcançou nota máxima (10) e outro tirou 9. Dois alunos tiraram 5, um tirou 3, três tiraram 2, oito obtiveram nota 1 e um aluno tirou 0.

⁴² Resultado do exame realizado em 05 de abril de 1935. Dos dezenove alunos que fizeram a prova, dois alunos alcançaram nota máxima (10); um aluno tirou 7,5; outro aluno ficou com 7; e outro, 6,5. Um aluno ficou com 6; um com 5; dois com 4; um com 3,5 e outro com 3. Dois alunos tiraram 2; outros dois, 1,5 e quatro ficaram com 0.

No quarto ano do Curso aulas práticas das mais variadas matérias do Ensino Primário faziam parte da disciplina Didática, conforme o **Registro das Matérias Lecionadas** já mencionado. No último ano os alunos estudavam também Psicologia e Pedagogia, disciplina na qual eram ministrados a Psicologia da Escola Ativa, o jogo na escola e o saber a serviço da ação, função do educador na Escola Nova, formação técnica-científica do professor moderno, orientação e não domesticação do aluno, entre outros.

Consta ainda como documento dessa primeira fase da Escola Normal o livro **Licenças, Nomeações e Portarias**, de 1934 a 1938, no qual podem ser encontrados nomes de professores nomeados, interinos ou efetivos, tanto para lecionar na Escola Normal quanto no Curso Complementar. Constam também nomeações de secretários, diretor, amanuenses⁴³, inspetores, auxiliar de diretor, porteiros, transferência de uma inspetora de ensino de Cuiabá para esta instituição, o registro de valores a serem pagos pelos selos das correspondências bem como o registro de licença de funcionários, sem o motivo especificado.

Como já discutido anteriormente, a última turma da Escola Normal Joaquim Murtinho nessa primeira fase formou-se em 1940. Durante o período de 1938 a 1948 a formação de professores do Ensino Primário deu-se por meio de um curso especializado, realizado após a conclusão do Ensino Secundário Fundamental, que abrangia as disciplinas pedagógicas voltadas para a formação docente.

Na segunda fase do Curso ficaram à frente da direção Maria Constança de Barros Machado (de 1939 a 1955 e de 1960 a 1965), Ernesto Garcia de Araújo (de 1956 a 1959) e Maria de Lourdes Teixeira (de 1966 a 1974).

A formação de professores via Escola Normal entra em cena em Mato Grosso novamente em 1949, três anos após a aprovação de sua Lei Orgânica. Essa Lei regulamentou, em âmbito nacional, o ensino oferecido pelo Curso Normal e estabeleceu a duração de três anos, havendo a possibilidade de que este fosse realizado em dois anos de estudo intensivo, sendo essa última opção adotada no estado de Mato Grosso.

A partir do documento **Registro de Correspondências Expedidas**, de 1954 a 1958, é possível perceber, ainda, que não havia uma regulamentação estadual para as Escolas Normais em Mato Grosso até 1956, tal como evidencia a correspondência apresentada a seguir, expedida pelo então diretor da instituição, Ernesto Garcia de Araújo. A Lei Orgânica do Ensino Normal estabelecia um programa mínimo a ser seguido pelas Escolas Normais no

⁴³ Escrevente, funcionário de repartição pública encarregado de fazer cópias e registros de alguma correspondência oficial.

país, deixando a cargo dos estados aprimorarem esse programa de acordo com as necessidades de cada região:

Senhor Secretário.

Desde 1948, vem funcionando em varias cidades do Estado, Escolas Normais, em caráter de curso intensivo de dois anos e até está data, não existem programas do ensino Normal do Estado, que de acordo com o Artigo nº 5, do decreto 590 de 31-12-48, o professor é que deve organizar os aludidos programas de ensino, não dando, assim, uma orientação lógica e equiparada para as nossas professoras, que estão “a mercê” dos programas mal orientados, além de serem os mais diversos possíveis. Confiante de que V. Exa. designará uma comissão idônea e entendida para elaborar os necessários programas para uniformização das nossas Escolas Normais do Estado, valho-me do ensejo para reiterar-lhe a minha admiração. Atenciosamente. Ernesto Garcia de Araújo. (REGISTRO DAS CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS 1954 a 1958, p. 18).

Ao analisar o teor de várias correspondências, nota-se também a forte presença da moralidade e amor pela pátria como princípios importantes da educação.

Srs. Professores

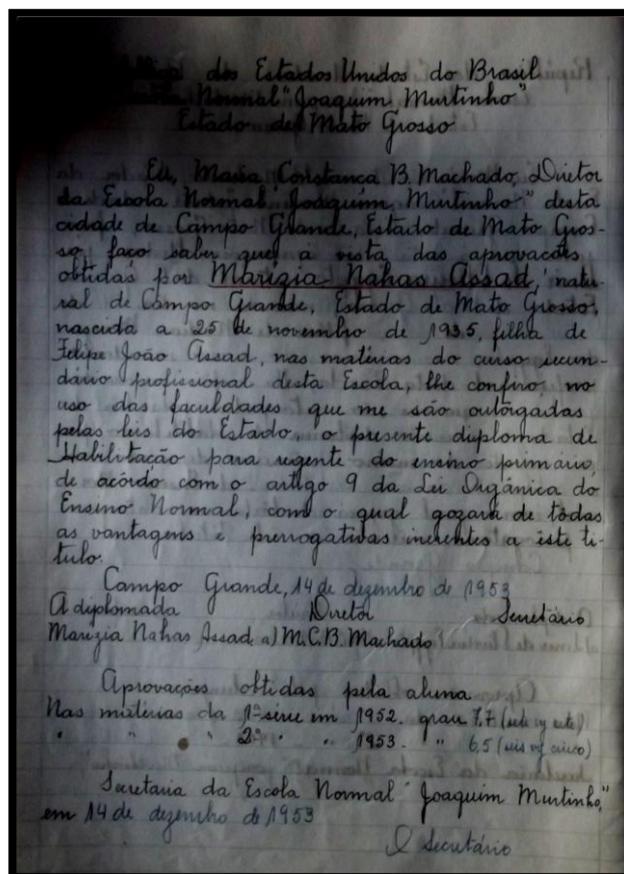
Devendo realizar-se amanhã, às 10 horas, a cerimônia de instalação do Segundo Ciclo Secundário neste estabelecimento, com a presença do Sr. Governador do Estado, dr. Fernando Corrêa da Costa, tenho o prazer de convida-los para esse ato, o qual os Srs. Professores vem contribuindo eficientemente, pondo em prova o acentuado grau de civismo e elevada ação patriótica em prol do desenvolvimento do ensino público em nosso Estado, conseqüentemente no Brasil. (LIVRO DE PORTARIA, 1952 a 1955, p.22).

Já na segunda fase de funcionamento da Escola Normal Joaquim Murtinho nota-se um aumento da faixa etária dos alunos quando comparada à primeira. A partir do **Registro de Diplomas** (de 1952 a 1974) nota-se que os alunos terminavam o Curso Normal com idades entre 17 e 41 anos, sendo que haver concluintes com idade acima de 30 passou a ser mais frequente a partir da década de 1960. Entre os formados havia alunos naturais de Mato Grosso, São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Alagoas, Sergipe, Paraná e Paraíba, o que evidencia a força do fluxo migratório no país nessa época. Além dessas informações, esse livro traz o nome dos concluintes com as notas de aprovação em todos os anos do curso especificados, a data de nascimento, naturalidade e o nome do responsável (pai), havendo registro do nome da mãe a partir de 1970.

O Curso permaneceu com dois anos de duração até 1960 e, a partir de então, passou a ser ministrado em três anos, com a disciplina Matemática oferecida em todas as séries. Até a década de 1960 há registro de apenas uma turma por ano na Escola Normal, o que acaba sendo modificado a partir de 1970, quando é possível perceber duas turmas de 2º e 3º anos. Em 1971 houve duas turmas de 1º, uma de 2º e duas de 3º; em 1972, três de cada ano e, em 1973, há registro somente das duas últimas séries, com três turmas cada.

Durante o tempo em que esteve em funcionamento na segunda fase, a Escola Normal Joaquim Murtinho formou vários professores do Ensino Primário e, a partir de 1968, o aumento do número de formados aumenta significativamente, conforme apontam alguns documentos como o **Registro de Diplomas** (de 1935 a 1951 e de 1952 a 1954).

Imagem 6. Registro de diploma de aluno



Fonte: Livro Registro de Diplomas. 1952 a 1968.

Quadro 9. Número de diplomas registrados

1950	32	1956	23	1962	20	1968	57
1951	29	1957	19	1963	22	1969	59
1952	22	1958	24	1964	25	1970	70
1953	12	1959	28	1965	24	1971	96
1954	7	1960⁴⁴		1966	32	1972	122
1955	17	1961	19	1967	24	1973⁴⁵	101

Fonte: Livro Registro de Diplomas. 1935 a 1954.

No Curso Normal com menor duração os alunos estudavam Noções de Anatomia⁴⁶, Canto Orfeônico, Desenho e Arte Aplicada, Francês, Matemática, Metodologia⁴⁷, Português,

⁴⁴ Em 1960 não houve formados porque o curso passou de dois para três anos de duração.

⁴⁵ No livro Registro de Diplomas não contam todos os diplomas registrados em 1974.

⁴⁶ Registrada também como Anatomia e Anatomia e Fisiologia.

⁴⁷ Encontrada também como Metodologia do Ensino Primário.

Psicologia⁴⁸, Prática de Ensino (em 1953 e 1956) e Didática (em 1955) no primeiro ano; e Psicologia⁴⁹, Francês, Puericultura⁵⁰, Português, Fundamentos Sociais da Educação, Inglês, Canto Orfeônico⁵¹, Desenho e Arte Aplicada, Sociologia (em 1953), Prática de Ensino (de 1953 a 1956), Metodologia (de 1954 a 1956), e Didática (em 1955) no segundo ano.

Quando ao curso de três anos, oferecido a partir de 1961, eram ofertadas as seguintes disciplinas, segundo o **Livro Ponto** de 1963 a 1968: Desenho, Matemática, Português, Física e Química (em 1964), Canto (em 1964 e 1968), Metodologia (em 1964 e 1968), Anatomia e Fisiologia (em 1964 e 1965), Educação Física (de 1964 a 1967), Educação Física Prática (em 1966), História (de 1965 a 1968), Francês (de 1965 a 1968), Geografia (de 1965 a 1968) e Ciências Físicas (de 1966 a 1968). No segundo ano os alunos estudavam Metodologia, Desenho, Biologia, Português, Matemática, Sociologia, Canto (em 1964 e 1967), Psicologia e Pedagogia (em 1964), Prática de Ensino (de 1964 a 1966), História (de 1965 a 1968), Geografia (de 1965 a 1968) e Educação Física (de 1965 a 1968). No terceiro ano os alunos estudavam Desenho, Metodologia, Filosofia, Matemática, Português, Psicologia, Puericultura (em 1964), Canto (em 1964 e de 1966 a 1968), Sociologia (de 1964 a 1968), Educação Artística (1965), Prática de Ensino (de 1964 a 1966), Inglês (1965 a 1968), Educação Física (1965 a 1968) e Educação Física Prática (1965 a 1968).

A partir do **Livro Ponto** de 1970 a 1973 nota-se que as últimas turmas do Curso Normal iniciaram em 1971 e 1972, pois a partir de 1973 a formação de professores se adequou à Lei de Diretrizes e Bases (1971) e o Curso Normal foi substituído pela Habilitação específica de Segundo Grau, exigida como formação mínima para o exercício do magistério, tendo a última turma da Escola Normal Joaquim Murtinho se formado em 1974. Nesse período os alunos estudavam no primeiro ano Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Metodologia, Inglês, Canto, Desenho, Educação Física e Educação Moral; Português, Educação Física, Matemática, Geografia, Inglês, Desenho, História, Metodologia, Educação Moral, Biologia (de 1970 a 1972) e Canto (de 1970 a 1972) eram ministradas no segundo ano; no terceiro ano eram ensinadas Desenho, Matemática, Metodologia, Filosofia, Sociologia, Psicologia, Educação Física, Português, Educação Moral⁵², Canto (em 1970 e 1972) e Prática de Ensino (em 1971).

⁴⁸ Registrada também como Psicologia Educacional.

⁴⁹ Registrada como Psicologia Educacional em 1954 e 1955.

⁵⁰ Puericultura e Educação Sanitária em 1954 e Higiene e Puericultura em 1955.

⁵¹ Música e Canto em 1954.

⁵² Registrado em 1971 como Religião.

Apesar das mudanças na grade curricular citadas anteriormente pode-se dizer que a disciplina Matemática foi ministrada em todos os anos do Curso, conforme o quadro a seguir.

Quadro 10. Relação do ensino de Matemática na Escola Normal de 1953 a 1956, 1964 a 1968 e de 1970 a 1973.

	1953 a 1956		1964 a 1968		1970 a 1973
1º ano	x	1º ano	x	1º ano	x
2º ano	x	2º ano	x	2º ano	x
		3º ano	x	3º ano	x

Fonte: Livros Ponto.

Os nomes de alguns funcionários que passaram pela Escola Normal Joaquim Murtinho podem ser vistos nos **Livro Ponto** (1953-1956, 1963-1968, 1970-1973), no qual consta a frequência desses tanto no Curso Regional quanto no Curso Normal. Dentre os nomes⁵³ mencionados constam: Licurgo de Oliveira Bastos (Português), Francisco Ferreira de Souza (Inglês), Eunice Souza (Prática de Ensino), Nilce Leão Faruesi (Desenho e Arte Aplicada), Maria de Lourdes Teixeira (Desenho e Arte Aplicada), Elza Martins (Matemática, Física e Química), Zalma Castilho (Psicologia e Pedagogia), Alcidio Pimentel (Educação Física), Hildebrando Campestrini (Português), Quintina Bueno (Matemática), Isali G. Lins (História), Hirose Adania (Ciências Físicas), Aparecida B. M. Bogalho (Desenho), Leidir F. Monteiro (Francês), Ieda Marques de Carvalho (Inglês), Zuleika Souza Cruz Abud (Educação Moral), Cândida dos Santos (Educação Física), Zoé Rodrigues de Souza (Desenho, Canto), Creuza de Mendonça (Geografia), Otilde Dias de Souza (porteiro), João Pedro de Figueiredo (escriturário) e Maria Amalia Albuquerque (inspetora de alunos). É possível notar, a partir desse material, que nos anos 1953 e 1954 as aulas no Curso Normal ocorriam de segunda-feira a sábado e, após 1954, de segunda a sexta-feira.

É possível encontrar no livro **Cadastro de Funcionários e Professores**, de 1968 a 1975, informações sobre funcionários nomeados nesse período, no entanto, há registro de contratação de professores da Escola Normal Joaquim Murtinho até 1974. Nesse documento encontram-se informações como nome, naturalidade, data de nascimento, filiação, cargo, endereço, estado civil, padrão⁵⁴, título de leitor e telefone. A partir de 1969 aparecem, também, o registro dos professores no Ministério da Educação (MEC) e cursos de formação⁵⁵ por eles realizados, sendo mencionados os cursos Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão

⁵³ Não foi possível citar o nome de todos os professores e funcionários porque muitos faziam apenas uma rubrica no Livro Ponto, o que dificulta a leitura.

⁵⁴ O termo padrão refere-se à categoria dos professores.

⁵⁵ Não há registro do lugar onde esses cursos eram realizados.

do Ensino Secundário (CADES), Letras, Pedagogia, Filosofia, Educação Física, História e Ciências. .

Os livros indicados para o Curso Normal são sugeridos no livro **Portarias** (de 1952 a 1955), no qual estão registrados⁵⁶ também nomeações de funcionários, regulamento da Instrução Pública do Estado, convocação de professores para reuniões, registro de suspensão⁵⁷ de alunos, convites para encerramento do ano letivo, colação de grau e para exposição⁵⁸ de trabalhos e desenhos (abertos à visitação pública), e pedido do certificado de quitação com o serviço militar (para o professor). Nesse documento não fica explícito o teor das reuniões realizadas, são indicadas apenas algumas informações sobre datas de realização e, a partir desses dados, nota-se a ocorrência de poucas reuniões com professores e quando aconteciam geralmente era para organizar e aprovar as datas dos exames dos alunos.

Quanto aos livros indicados para as disciplinas do Curso, segue no quadro a relação com os autores e os anos em que foram sugeridos.

Quadro 11. Relação de livros indicados para a Escola Normal em 1952, 1953 e 1955

Disciplina	Autor	1952	1953	1955
Português – Curso Normal	Aida Costa			x
Matemática	Algacyr Munhoz Maeder	x		
Sociologia Educacional	Amaral Fontoura e Delgado de Carvalho		x	
Inglês	Amélia Kerr			x
Práticas Escolares	Antônio D'Avila		x	x
Biologia Aplicada à Educação	Aristides Ricardo		x	
Puericultura	Aristides Ricardo e Waldemar de Piza	x		
Geografia Geral e do Brasil	Aroldo de Azevedo	x	x	
Canto	Assis Ribeiro	x		
Francês	Augusto R. Rainha e José A. Gonçalves	x		
Trabalhos Manuais	Bertha Schwetter		x	
Anatomia e Fisiologia Humanas e Noções de Higiene	Carlos Costa			x
Língua Portuguesa	Clóvis Leite Ribeiro, Felipe Jorge J. Lourenço e Walter Ney		x	
Elementos de Aritmética	Coleção de Livros Didáticos F.T.D.			x

⁵⁶ Esses registros aparecem também no livro Portarias de 1934 a 1945.

⁵⁷ Exemplos de motivos se suspensão são o não comparecimento de alunos convocados para a solenidade de juramento da Bandeira e desacato a professor ou diretor.

⁵⁸ Não fica explícito o tipo de exposição nem os temas abordados.

Fundamentos Sociais de Educação	Delgado de Carvalho	x		x
Psicologia Educacional	Guerino Casassanta			x
Economia Doméstica	Izabel de Almeida Serrano	x	x	
História Geral e do Brasil	Joaquim Silva	x	x	
Português	José Cretella Júnior	x	x	
Francês	Luiz A. P. Vitoria		x	
Francês	Maria Junqueira Smith			x
Desenho	Olavo Freire			x
Ciências	Paulo Décourt	x		
Anatomia	Paulo Décourt/ A. Almeida Junior	x		
Didática	Rafael Grisi			x
Desenho	Rafael Rotondaro	x	x	
Psicologia	Theobaldo Miranda Santos	x		
Didática	Theobaldo Miranda Santos	x		
Pedagogia	Theobaldo Miranda Santos	x		
Prática de Ensino	Theobaldo Miranda Santos	x	x	
Metodologia do Ensino Primário	Theobaldo Miranda Santos		x	x
Higiene e Puericultura	Valdemar de Oliveira			x

Fonte: Livro Portarias (1952 a 1955).

O livro **Registro de Correspondências Expedidas**, de 1954 a 1958, apresenta informações como entrega de relatórios da Escola Normal ao Diretor do Departamento de Educação de Mato Grosso, atestado de conclusão de curso, atestado de matrícula, solicitação de demissão por parte de professores, licença de funcionários (sem explicitar os motivos), atestado de nomeação de professores e de pedido de salário, e providências para determinadas situações envolvendo a instituição. Dentre as providências, consta o pedido de solução para as más condições do prédio onde funcionava a Escola Normal Joaquim Murтинho, conforme foi relatado pelo então diretor Ernesto Garcia de Araújo, em 1956, à Secretaria de Educação, Cultura e Saúde de Cuiabá.

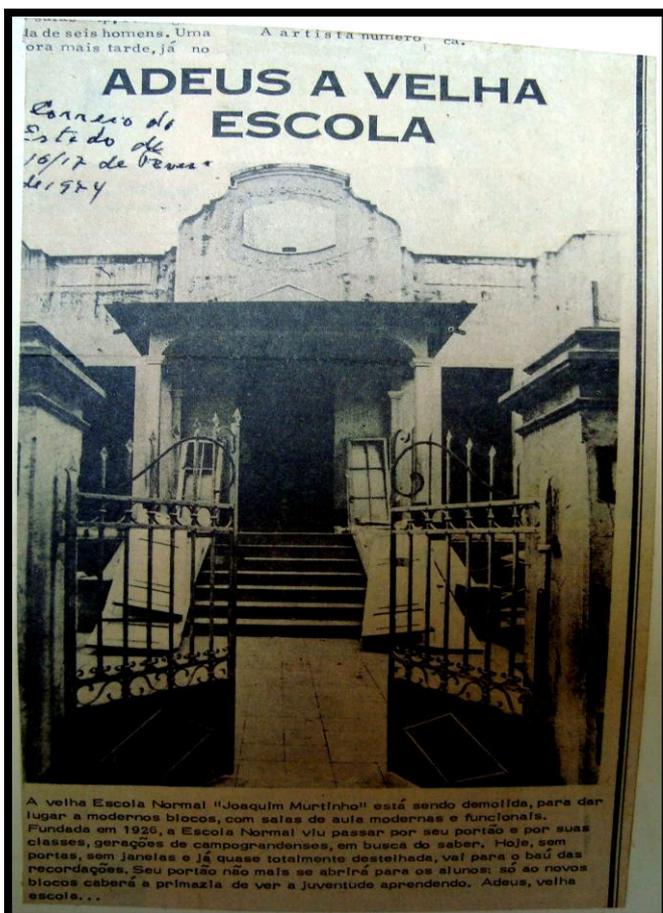
*Exmo Sr. Secretário de Educação, Cultura e Saúde – Cuiabá.
Escola Normal “Joaquim Murтинho” funciona anexa Escola Modelo, mesmo nome, noturno.*

Tendo em vista chuva dia todo, o prédio se encontra totalmente alagado. Predio não resiste chuva espécie nenhuma além de oferecer sério perigo professores e alunos. Visto estado lamentável se encontra todo prédio e continuidade chuvas, suspendi aulas hoje presentes quase totalidade de alunos, por não oferecer nenhuma possibilidade de penetração. Solicito providências enérgicas e imediatas⁵⁹. (REGISTRO DAS CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS. 1954 a 1958, p. 16).

⁵⁹ Tal como consta no texto original.

O Curso funcionou até 1974, quando foi substituída pela Habilitação Específica de Segundo Grau para o Magistério. Durante o período em que esteve em funcionamento foi o principal curso de formação de professores para o Ensino Primário em Campo Grande.

Imagem 7. Matéria sobre a demolição do prédio do Grupo Escolar e Escola Normal Joaquim Murtinho.



“A velha Escola Normal “Joaquim Murtinho” está sendo demolida, para dar lugar a modernos blocos, com salas de aula modernas e funcionais. Fundada em 1926, a Escola Normal viu passar por seu portão e por suas classes, gerações campograndenses, em busca do saber. Hoje, sem portas, sem janelas e já quase totalmente destelhada, vai para o baú das recordações. Seu portão não mais se abrirá para os alunos: só aos novos blocos a caberá a primazia de ver a juventude aprendendo. Adeus, velha escola...”

Fonte: Arquivo Histórico de Campo Grande/MS – ARCA.

Agora a Escola Normal Joaquim Murtinho fica na memória de quem, de alguma forma, a conheceu. A demolição do prédio onde funcionou a instituição comoveu diversos cidadãos campo-grandenses e esse evento foi lembrado com tristeza também pelas interlocutoras.dessa.pesquisa.

4 NARRATIVAS SOBRE A ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO

4.1 Raimunda Luzia de Brito⁶⁰

Imagem 3. Raimunda Luzia



Fonte: arquivo nosso.

Raimunda Luzia de Brito era um nome entre tantos que encontramos no acervo da Escola Estadual Joaquim Murtinho. Na tentativa de localizar alguns desses ex-alunos, uma busca foi realizada na internet e, dessa forma, encontramos o seu telefone. Já no primeiro contato, Raimunda mostrou-se solícita e se dispôs a participar como interlocutora do nosso trabalho.

Meu nome é Raimunda Luzia de Brito. Nasci em 27 de janeiro de 1939 e estou com 73 anos. Ingressei na Escola Normal Joaquim Murtinho com quinze anos, acho que foi no ano de 1955. Estudei em uma época muito gostosa, que não tinha essa história de ser adolescente, pré-adolescente, ninguém falava nessas coisas. Apesar de estudar Psicologia Evolutiva da criança, ninguém mencionava adolescência ou pré-adolescência.

No mesmo ano em que comecei o Curso Normal já fui nomeada para dar aula no Estabelecimento Guia Lopes⁶¹. Como as escolas estavam em expansão, tinha emprego imediato para os alunos. Então, todos da minha turma já saíram empregados, só não ficou

⁶⁰ Narrativa escrita a partir das entrevistas realizadas em 20/08/2012 e 10/11/2012 (nesta última data não ocorreu propriamente uma entrevista, mas uma conversa a partir da correção da entrevista realizada anteriormente).

⁶¹ Atualmente Escola Estadual Guia Lopes.

empregado quem foi para fora estudar, quem não tinha interesse em estudar e queria fazer o curso de professor primário porque era chique. Muitos pais não deixavam fazer outros cursos, então as filhas tinham que ser professoras. E os pais diziam “minha filha é professora”.

No Estabelecimento Guia Lopes era muito bom porque naquele tempo você podia dar reguada, dar palmada, ninguém ficou desestruturado porque levou um puxão de orelha, uma palmada ou alguma coisa assim. E hoje se coloca tanto a Psicologia, não pode isso, não pode aquilo e o adolescente está cada vez pior! Quando um adolescente iria pensar em bater no professor? Hoje em dia, com toda a Psicologia, o adolescente bate no professor, risca o carro e pinta o sete. Aí eu fico pensando “meu Deus do céu, onde será que nós estamos?”. Um dia uma amiga disse para eu parar de ser saudosista, mas essa é a realidade que eu vivi, é a realidade que estou vivendo.

Estudei na Escola Normal Joaquim Murtinho porque era a única pública em Campo Grande, aliás, as únicas Escolas Normais aqui em Campo Grande eram a Auxiliadora⁶² e a Joaquim Murtinho. Foi por isso a minha escolha. Aliás, é interessante porque quando eu terminei o quarto ano o papai falou para mim “olha minha filha, que bom que você agora terminou o quarto ano, você entra em um curso de costura e para mulher está muito bom. Agora o seu irmão, se quiser estudar, eu vou vender minha última camisa e pagar escola para ele”.

Quando concluí o Ensino Primário eu não sabia nada sobre as Escolas Normais. Eu queria continuar estudando, mas não sabia o que fazer. Tinha uma menina que passava todo dia na porta de casa de uniforme e com livros, e eu pensei que ela estivesse estudando depois do quarto ano. Um dia a abordei e disse que eu tinha terminado o quarto ano e queria continuar a estudar, mas não sabia como fazer. Ela disse que eu precisava fazer exame de admissão. No dia seguinte, essa menina almoçou em casa e depois saí com ela, só assim eu fui conhecer o que era ginásio e admissão. Eu nunca tinha ouvido falar dessas coisas, para mim tudo era novidade, a família era pobre, pobre mesmo. Pobre de dinheiro e pobre de conhecimento. Às vezes, você pode ser pobre de dinheiro e ser rica em conhecimento. A minha não era não, mas fez de tudo para me incentivar. A minha avó deixou de comer carne para mandar um dinheirinho, uns trocadinhos a mais para mim quando fui estudar em Goiânia.

A maior lembrança que tenho da Escola Normal Joaquim Murtinho é o nosso diploma imenso, hoje já é menor. Lembro-me das campanhas que fiz para que reduzissem o

⁶² Escola Normal Auxiliadora, mantida pelas freiras salesianas.

tamanho dos diplomas, dos certificados. Eu fazia qualquer cursinho e recebia um diploma enorme que não dava nem para tirar fotocópia. Naquele tempo era fotocópia porque era fotografia mesmo, a pessoa tirava fotografias e depois ia juntando uma foto à outra. Nós pagávamos por centímetro, então ficava muito caro cada vez que precisávamos.

O ambiente escolar da Escola Normal Joaquim Murtinho era muito bom, tanto que, apesar de não me encontrar mais com algumas pessoas, somos amigas até hoje. Nós íamos umas nas casas das outras. Na minha eu não convidava porque eu morava em uma casa de chão e minha mãe e minha avó ficavam constrangidas. Eu nunca liguei muito para isso não, só pensava que um dia iria ter uma casa onde eu poderia ter tudo o que eu gostasse. Então, era muito bom porque eu ia à casa de todo mundo, todo mundo me buscava, me levava, me trazia, sabe? Fazia questão disso. Nessa época pouca gente tinha carro em Campo Grande, só aqueles muito ricos, os médicos de modo geral tinham carro. Eles vinham a pé ou de bicicleta me trazer. Nós tínhamos um bom ambiente com a maioria dos professores. A Escola Normal Joaquim Murtinho era uma escola pública que tinha alunos de classe média. Já era assim naquela época. Meu grupinho era formado por quatro negras - pretas porque tem outras que eu considero negras, mas que não são pretas -, a Cândida, a filha do senhor da cantina, a Neusa e eu. Era um clima gostoso, bom. Eu consegui fazer amizade com todo mundo, amizades que perduram até hoje e, de vez em quando, a gente se encontra, faz aquela festa. Às vezes a gente lembra o aniversário de alguém e telefona. Então o ambiente era gostoso. Os namoradinhos... Nós contávamos tudo uma para outra, era interessante.

As aulas na Escola Normal Joaquim Murtinho eram à noite. Na sala tinha umas carteiras grandes, para quatro pessoas. E não tinha luz elétrica, aliás, tinha luz elétrica, mas era do “burrinho”, um motor que tinha na Rua 26 de Agosto e que iluminava a cidade. Mas como na Escola tinha muitas salas de aula, a luz era fraca e, então, nós levávamos vela. Nós revezávamos porque precisávamos de vela para estudar. Por exemplo, quatro pessoas sentadas na mesma carteira: Maria levava, Joana não levava, Joaquina não levava, outra levava.

Quanto às avaliações do ensino, das quais você me perguntou, se tinha nós não ficávamos sabendo. As provas eram rigorosas e antigamente eram assim: 10 questões em junho e 20 questões em novembro. Cada questão tinha três itens para responder: a, b e c. Então não fugia disso. Você não criava na prova, apenas respondia a questão. Eu sempre adivinhava o número do ponto que iria cair, que iria ser sorteado. Eles vinham dentro de um saquinho e alguém tirava de dentro dele a bolinha com o número do ponto. Antes da prova já sabíamos o que iria cair nos itens a, b e c de cada questão, mas, mesmo assim, naquele tempo tinha gente que não estudava, que não se preparava para fazer a prova.

Em relação à sua pergunta sobre provas práticas, só aconteciam no final do ano. Como era formação de professores, nós dávamos uma aula prática que valia nota para aprovação. Então, no final do ano era sorteado um ponto e dependendo desse ponto era um determinado professor que iria acompanhar. No dia seguinte, ia dar aula para os colegas. Dávamos aula primeiro para os colegas e depois íamos em uma escola do governo mesmo, que funcionava durante o dia no mesmo prédio do Joaquim Murinho. Não lembro o nome da escola, mas dávamos a aula lá e o professor ficava olhando e anotando.

Eu me lembro das aulas de Psicologia que me ajudaram muito. Terminei o Curso com deficiência em Matemática porque nós chegamos à conclusão de que não tínhamos aprendido nada. Então, na realidade nós não aprendíamos e não aprendemos técnicas para ensinar matemática, para fazer com que o nosso aluno gostasse de aritmética - matéria trabalhada na escola primária. Então, respondendo à sua pergunta, a formação matemática que eu tive na Escola Normal Joaquim Murinho não me preparou para dar aula. Os professores ensinavam algumas coisas que nós nunca íamos ensinar em sala de aula. Não aprendemos matemática, mas aprendemos muitos princípios, valores e era um prazer repassar isso aos alunos.

Lembro também que eu era muito ruim de redação. Para você ter uma ideia eu briguei com um professor - que Deus o tenha! - e ele me reprovou no primeiro ano da Escola Normal. Ele me deixou de exame de segunda época e depois me reprovou. Ensinei todos os meus colegas a responder as questões. Todos passaram, menos eu. Isso o professor levou com ele para o túmulo, com certeza, porque se existe uma coisa que eu tenho certeza é que eu merecia ter sido aprovada. Era uma redação que falava sobre o dia das mães. Eu tirei quatro no primeiro ano, cinco no ano seguinte, quando repeti o primeiro ano, e tirei seis no outro ano. A mesma redação, e ele era tão bom que não percebeu que era a mesma redação que eu estava fazendo.

Admiro você por gostar de matemática porque eu não consegui gostar. Não é que não consegui gostar, eu não aprendi matemática. Em Matemática sempre tirei minhas piores notas, mas eu tinha uma memória fantástica. Na quarta série do Ginásio, decorei o livro de Matemática, do autor José Cretella Júnior⁶³, e o professor Luiz Cavallon⁶⁴ queria me derrubar, ele falava na sala de aula “imagina uma negrinha como você querendo estudar mais, querendo ser mais, isso não existe”. O professor descobriu que eu havia decorado o livro e quis saber

⁶³José Cretella Júnior escreveu livros de Português e Latim para o ginásio e não livros de Matemática. Após explicar isso para Raimunda, ela disse não se lembrar do autor do livro mencionado.

⁶⁴Com formação em Filosofia, atuou como professor de Física, Matemática, Latim, História, Geografia, Ciências e Química em várias escolas.

como eu tinha conseguido. Respondi a ele que consegui decorar lendo, que li todo o livro e decorei. Ele me respondeu que nem assim eu iria passar.

Naquele tempo tinha inspeção federal, realizada por um oficial do exército, e aqui tinha uma inspetora, uma mulher com uma faculdade qualquer. A minha sorte é que essa tinha feito Psicologia e eu procurei agradá-la, procurei fazer com que ela me enxergasse no meio dos outros. Eu fui na casa dela e disse que queria convidá-la para assistir ao meu exame oral de Matemática e ela respondeu-me que fazia questão de ir. Eu precisava de nota, o professor me deu uma nota muito baixa na prova escrita e eu precisava tirar sete na prova oral. Era muita nota. No entanto, eu disse à inspetora que no dia do exame iria demorar muito para eu ser chamada porque a prova era por ordem alfabética.

Quando ela chegou na sala de aula o professor ficou incomodado com a sua presença. A inspetora disse ao professor que fizesse de conta que não estava lá e propôs que ele chamasse de forma alternada a primeira e última letra do alfabeto e assim não fiquei muito longe na chamada. Ao chegar a minha vez, fechei os olhos e disse “Senhor, estou em suas mãos, o Senhor sabe que eu sei a matéria, pelo menos o suficiente para passar de ano”. O professor sorteou o ponto, eram três questões: a, b e c. Ele me deu os problemas e eu resolvi, não da forma como ele havia ensinado, mas igual estava no livro. O professor admitiu que teria que concordar comigo porque eu respondi igual estava no livro e que, dessa forma, não poderia considerar errado, embora gostaria que eu tivesse respondido da forma como ele havia dado em sala de aula. Ele passou a segunda, a terceira, até a sexta questão e eu respondi. Quando ele me passou a sétima questão a inspetora questionou: “você não acha que já massacrou muito a aluna? Ela merece dez! Ela já respondeu sem erro seis questões!”. O professor ficou vermelhinho de ódio, a sensação que eu tive é que queria avançar no meu pescoço. Ele foi obrigado a me dar dez e eu saí na sacada do Osvaldo Cruz⁶⁵ e disse para a turma que eu tinha tirado dez.

No dia seguinte, o mesmo professor me parou no corredor e me perguntou por que a inspetora tinha ido assistir aos exames da minha turma e eu perguntei a ele se já não tinha ouvido falar em estratégia de sobrevivência porque eu sabia que ele queria me reprovar, mas eu não ia deixar isso acontecer. Comentei com o professor que ele sabia que eu era uma boa aluna, mesmo com dificuldades em Matemática, mas que ele nunca facilitou para me fazer entender ou gostar da matéria. Disse também que achava que ele também não sabia matemática. Ele contou que não sabia como eu havia conseguido decorar aquele livro

⁶⁵Escola Municipal Osvaldo Cruz.

inteirinho, saber em que página estava determinado assunto, até as vírgulas. Expliquei que isso demonstrava a minha inteligência e ele não tinha me valorizado. Encontrei com esse professor uns quinze anos depois e ele comentou que o meu exame oral tinha ficado marcado na sua vida. A partir daí ele nunca mais olhou na minha cara. Eu também não precisava, só precisava da nota para ter passado.

Hoje eu sei que a matemática é fundamental porque ela desenvolve um lado do lóbulo da inteligência. Mas, naquele tempo eu não sabia disso e, como vim de uma família que não sabia fazer conta, eu também não aprendi, aprendi a fazer o básico apenas.

Na Escola Normal Joaquim Murtinho os professores não se preocupavam em ensinar e nós não nos preocupávamos em aprender. É aquela brincadeira que muito mais tarde aprendemos: “você finge que aprende e eu finjo que ensino”. E realmente, matemática eu não aprendi. Um dia falei para uma professora⁶⁶ que tinha me dado aula de Matemática na Escola Normal que ela deveria pegar o programa da Escola Primária e ensinar aquelas coisas para a gente: frações; as quatro operações não, essas todo mundo aprende; decimais; ordinárias; um pouco de álgebra, não a álgebra complicada que é dada no Científico, mas um pouco da álgebra que a gente ocupa no dia-a-dia, até para a própria aritmética; regra de três; essas coisas. Eu não aprendi nada disso na Escola Normal e isso me fez muita falta porque eu tinha que ensinar e não sabia.

Para você ver como a matemática realmente é importante, mas o professor tem que saber demonstrar para o aluno essa importância porque a gente que não é afeito, principalmente quem veio de família muito pobre, não sabe o valor da matemática, e o professor tem que ensinar isso. Acho que esse é um item que você, depois, pode separar da sua dissertação de mestrado e quiçá aprofundar no doutorado ou no pós-doutorado.

Você me perguntou sobre os conteúdos trabalhados na Escola Normal Joaquim Murtinho, mas eu não lembro quais eram, eles estavam dentro do material que minha cunhada jogou no córrego. E naquele tempo não era adotado livro, os professores, com muito sacrifício, quando viajavam de férias e viam algum livro, apostila, alguma coisa nova, eles compravam e preparavam as aulas para nós, mas não me lembro dos livros. Nenhum professor levava o livro para a sala de aula. Eles já preparavam, decoravam em casa. Chegavam à sala e já sabiam de cor o que passar.

Então nós tínhamos, assim, livros. Livro de Português... Matemática não porque era ensinada aritmética. Tínhamos livro de História e, normalmente, voltávamos para os livros de

⁶⁶Quando perguntada, Raimunda não lembrou o nome dessa professora.

História da primeira e segunda séries porque era a matéria que a gente ia estudar. A gente tinha livro de Canto Orfeônico e de Filosofia. Sociologia eu não me lembro de ter, mas eu tinha muito conteúdo, até porque enquanto o professor estava falando nós estávamos escrevendo, escrevendo, escrevendo. Até no curso de Direito eu ainda escrevia muito, eu chegava em casa toda noite e passava a limpo, e, com isso, aprendi a matéria. Na hora da prova eu não precisava estudar muito.

Até no Ensino Primário não eram adotados livros, nós passávamos ponto no quadro. Quando eu ia de férias para Bauru, pois papai era ferroviário, como lá tinha livro eu comprava e trazia. Mas aqui a gente passava ponto no quadro. Eu descobri uma japonesinha chamada Meire que tinha uma letra muito bonita, redondinha e ela começou a passar os pontos no quadro para mim. Toda sexta-feira eu recolhia aquela pilha de cadernos, levava para minha casa e corrigia tudo porque não tinha livro de ponto como tem hoje, era tudo copiado do quadro negro. Então eu corrigia tudo e levava para a escola na segunda-feira.

Lembro-me que o professor sempre ganhou pouco, abaixo da média. Naquele tempo a gente dava aula porque gostava, porque era prazeroso. O meu irmão não quis estudar, não terminou nem o quarto ano e foi ser caminhoneiro. Ele ria de mim, dizia “ih maninha, você estudou tanto e eu ganho mais do que você”. Aí eu brincava com ele dizendo que eu trabalhava em uma sala que tinha carpete. Naquele tempo tinha carpete. Agora, graças a Deus, não tem mais. Eu dizia: “na minha sala tem carpete e tem ar, e você fica no caminhão aí correndo risco de vida”.

Mas, apesar do baixo salário não tinha greve, não tinha nada disso. Isso não quer dizer que a gente não reivindicasse os nossos direitos, no entanto, jamais passou pela nossa cabeça deixar de dar aula porque estávamos chateados com o salário. Nós comentávamos que ganhávamos muito pouco e dava vontade até de não dar aula mais, mas eu dizia “Deus me livre, se eu não der aula como ficarão meus alunos? Será que a outra professora que entrar no meu lugar será melhor do que eu fui?”. Então nós sempre colocávamos o interesse do aluno em primeiro lugar, o nosso interesse vinha depois e isso era muito bom.

Eu tenho certeza que todo trabalho científico, como é o seu, tem que escrever sim, tem que colocar que o professor ganha muito mal. Hoje você fica vendo a greve dos professores. No meu tempo não pensávamos em greve, mas chorávamos com o salário também porque queríamos comprar as coisas e não podíamos. Ainda bem que não tinha avião, o mais chique que tinha era o trem e a passagem era barata. Nós tínhamos noção sim de que ganhávamos mal e que a profissão não era valorizada. Gente, eu aprendi que ser professor é a profissão mais nobre perante Deus, é a mais amada por ele. Todo mundo passa pela mão de

um professor, ainda que seja um dia, uma semana da sua vida. E o professor deveria ganhar bem.

Nos tempos em que dava aula eu gostava dos desfiles de 26 de agosto⁶⁷, 7 de setembro, de sair com os alunos. Nós também tínhamos uniforme para desfilar e era uma coisa muito gostosa. Até hoje os meus alunos daquela época continuam meus amigos⁶⁸. Alguns eu olho, demoro a lembrar do nome e tudo. Tem alguns que telefonam no dia do meu aniversário, de vez em quando alguém aparece. Então valeu a pena e ser professor vale sempre a pena, eu acho que professor é abnegado.

Essa semana eu estava me lembrando, depois que falei com você, que dei aula por muitos anos no Nicolau Fragelli⁶⁹ e acabava sobrando para eu ter que fazer a matrícula dos alunos. Nós já tínhamos uma técnica também, por exemplo, se o aluno tivesse um nome meio complicado perguntávamos onde ele havia sido registrado. Se ele tivesse sido registrado em Dourados, em Corumbá, em Campo Grande, já sabíamos que escrevia com uma determinada grafia. Se ele dissesse Jaraguari, Bandeirantes, Coxim, era outra grafia. Por exemplo, Cardoso. Se ele nasceu em Jaraguari era escrito com z e se ele nasceu em Campo Grande ou Corumbá, era com s. Então, a gente sabia, dava certinho e todo mundo fazia porque gostava, ia para a escola porque gostava.

Também me lembro do primeiro concurso para professor, que aconteceu quando eu já estava lecionando há uns quatro, cinco anos. E não foi para escolher o melhor ou pior professor não, mas para que os professores, para quem estivesse dando aula e tivesse completado a Escola Normal pudesse continuar com segurança. Porque nós trabalhávamos assim: o mandato do governador era de cinco anos e os partidos políticos eram o PSD⁷⁰, o PTB⁷¹, a UDN⁷² e o PP⁷³, mas não esse PP de agora. Na realidade, os mais fortes eram a UDN, que era o mais forte e era o partido dos fazendeiros, e o PTB e o PSD, que estavam sempre juntos. Então, se você entrou no governo do PTB/PSD, quando a UDN ganhasse, cinco anos depois, você perdia o emprego. A gente já saía. Terminava o ano e nós já limpávamos as gavetas e levávamos tudo embora porque seríamos exonerados no primeiro dia de aula. E assim íamos levando. Não tinha essa politiquice que tem hoje, a politicagem e ninguém sentia raiva do outro que entrou, nem nada. Ficávamos estudando porque, depois de

⁶⁷ Aniversário de Campo Grande/MS.

⁶⁸ Quando perguntada se ela tinha contato com alguns deles, Raimunda disse que não, que a maioria já havia falecido.

⁶⁹ Escola Estadual Nicolau Fragelli.

⁷⁰ Partido Social Democrático.

⁷¹ Partido Trabalhista Brasileiro.

⁷² União Democrática Nacional.

⁷³ Partido Popular.

cinco anos, sabíamos que eles perderiam a eleição e voltaríamos a dar aula novamente. Esse ciclo era muito interessante, muito gostoso.

No concurso nosso diploma de normalista valia cinco pontos, ou seja, todas nós que tínhamos concluído o Curso Normal já estávamos aprovadas porque cinco era a nota mínima e depois só ia aumentando. Ninguém tirou menos de sete no concurso e, também, ninguém iria reprovar porque quando João Ponce de Arruda⁷⁴ foi governador, ele achou um absurdo que todo aquele pessoal que tinha sido nomeado por ele, que tinha ficado os cinco anos com ele seria demitido. Então, no último ano, antes de começar o período eleitoral, realizou o concurso. Quando fomos aprovados o período trabalhado antes do concurso já contava como tempo de serviço para nos aposentar⁷⁵.

Eu me lembro que assim que eu terminei a Escola Normal queria dar continuidade nos estudos, mas eu não tinha condição nenhuma de continuar. Campo Grande não tinha opção e minha família era tão pobre que eu sabia que tinha mais estudo para frente, no entanto, eu não sabia o que era nem como fazer.

Gosto muito de ser professora. Eu lecionei na UCDB⁷⁶ durante vinte e nove anos. Outra coisa que eu gosto muito é de ser assistente social. Eu fiz Serviço Social não porque eu queria ter essa profissão, eu queria estudar e não tinha dinheiro. Foi quando o SESC⁷⁷ abriu um concurso oferecendo duas bolsas para Campo Grande e duas bolsas para Cuiabá para fazer Serviço Social em Goiânia, na Universidade de Goiás. Depois que criaram a PUC⁷⁸ a universidade virou Universidade Católica de Goiás. Eu não sabia o que era Serviço Social, mas eu fui para fora estudar. Você não queira saber como foi importante para mim, ir para lá. Depois que cheguei a Goiânia fiz o vestibular, que eu também não sabia o que era, e passei em quinto lugar. Fiquei feliz da vida porque eu sabia que tinha gente que ia fazer vestibular em Curitiba, no Rio de Janeiro, principalmente, e não passava. E eu, que não tinha noção do que era vestibular, passei.

Então são coisas assim que eu fui alcançando ao longo do tempo, com muita perseverança, com muita fé em Deus e com muita crença no espiritismo. Tudo que eu passei me fez valorizar o espaço e o salário que tenho hoje. Eu só agradeço a Deus porque enquanto assistente social, enquanto professora, ganho mais do que a maioria ganha. Acho que é uma

⁷⁴O concurso ocorreu no governo de Fernando Corrêa da Costa, em 1955. João Ponce de Arruda foi governador do estado após o mandato de Fernando Corrêa e, quando assumiu o cargo, anulou o concurso (ROSA, 1990).

⁷⁵ Esse trecho teve outro sentido no diálogo, mas, na conferência do texto, Raimunda corrigiu dizendo que não era aquilo que queria ter dito.

⁷⁶ Universidade Católica Dom Bosco.

⁷⁷ Serviço Social do Comércio.

⁷⁸ Pontifícia Universidade Católica.

bênção que Deus me deu para coroar o meu esforço, o meu sacrifício, a minha luta e eu agradeço todo dia.

Eu sempre estudei com muito prazer, estudei com muita alegria e sempre tive professores que me perseguiram pelo fato de eu ser negra. Eles diziam para mim que negro não devia estar na escola, que não sabiam porque a senzala tinha acabado. Teve um professor de História que falou isso para mim. Tinha professor que perseguia a gente e reprovava, e ninguém tomava providência. Você podia espernear como eu esperneei, falei, meti a boca porque se tivessem feito uma revisão da minha prova eu não iria reprovar. Primeiro que eu não teria ficado de segunda época, eu não merecia, e depois eu não teria sido reprovada no exame de segunda época, quando todo mundo na sala foi aprovado. É impossível, o professor deu uma prova só, todo mundo fez a prova mais ou menos igual e só uma ficou reprovada? Eu acho que cada vez que eu falo sobre isso ele se remexe lá na cova.

Na Escola Normal tinha a professora Constância⁷⁹, o professor Múcio⁸⁰, a filha⁸¹ dele, de quem eu esqueci o nome, a dona Nini, dona Eunice⁸², professor Nelson, a dona Henedina⁸³, que era a matriarca lá do Correio do Estado. Dona Henedina era um amor de pessoa e dona Eunice também.

Eu não sei responder de onde os professores vieram nem sobre a formação deles, até porque não tinha muito professor formado naquele tempo. Mas a dona Nini era baiana, e ela falava bem *baianês*. A dona Henedina também era nordestina, o pessoal do Correio do Estado, os troncos eram nordestinos, mas não sei de onde. Essas duas professoras ficaram minhas amigas e quando faleceram eu chorei muito. A dona Henedina tinha um carinho comigo muito grande, ela publicava no Correio do Estado tudo que meus alunos escreviam. Meus alunos diziam que um dia publicariam no jornal e eu dizia que nós íamos publicar, que eu iria levar para ser publicado e falava com ela. Depois, foi criada no jornal uma página literária aos sábados. Ela era um coração de ouro, a dona Nini também. A dona Eunice era um espetáculo.

Quando eu estava lecionando no Grupo Escolar Nicolau Fragelli, nesse tempo eu já havia concluído o ensino Normal, tive um aluno que não parava na sala. Ele ficava andando para lá e para cá, conversava, cutucava um e puxava outro, a camisa, a orelha de outro. Daí um dia eu fui à casa da dona Nini e falei a ela que tinha um aluno que eu não estava

⁷⁹ Maria Constança de Barros Machado.

⁸⁰ Múcio Teixeira Júnior.

⁸¹ Maria de Lourdes Teixeira.

⁸² Eunice Souza.

⁸³ Jornal veiculado em todo o estado de Mato Grosso do Sul.

aguentando, que não sabia o que fazer com ele e contei como ele se comportava. Ela me disse que, apesar de professor nenhum gostar de ouvir, o que acontecia era que o aluno era mais inteligente do que eu e que quando eu iniciava a aula ele já tinha entendido até o fim e assim a aula deixava de ser interessante para esse aluno. Dona Nini me perguntou o que ele gostava de fazer e eu respondi que gostava de desenhar. Então ela disse que, apesar de saber que professor ganhava pouco, eu deveria gastar uma quantia pequena do meu dinheiro comprando uma caixa de giz colorido, daquela que vinha giz de várias cores, e deixar no quadro sem dizer que era para ele. Se ele me olhasse eu deveria dizer que poderia usar. Ele adorou e a sala ficou uma beleza, minha sala passou a ser a melhor em comportamento porque todo mundo ouvia o que eu falava e olhava os desenhos que ele fazia, e com isso a aula foi interesse para todo mundo. É o único aluno meu que se formou engenheiro.

Apesar dessa situação considero que a formação que tive me preparou para dar aula porque, como ser professor era meu sonho, eu sempre tive, além daqueles livros⁸⁴ que éramos obrigadas a ler para dar aula, outros relacionados à matéria. Então eu tinha muitos de matemática porque eu não sabia a matéria. Por isso eu estudava muito, pelo menos para dar umas aulas decentes. Já em relação aos meus colegas, tinha alguns que eu achava que eram muito bons e tinha outros que eu acho que não eram, como até hoje. Tem uns que você pergunta “por que o fulano está dando aula?” Você vê que ele dá uma aula sem prazer.

Uma coisa que nós tínhamos, hoje a palavra existe e é até meio palavrão, é tesão. Todas nós entrávamos em sala de aula com tesão para dar aula, você gostava. Na hora do intervalo eu dificilmente ficava na sala dos professores porque eu ficava lá embaixo com os alunos. Eu ensinava o hino, cantava o hino com eles, ensinava poesias, preparava todas as festas e nunca ganhei nenhuma porque eu faço aniversário em janeiro. Então eu só fazia festa para os outros.

Na Escola Joaquim Murtinho tinha a “Escola Modelo Joaquim Murtinho”, que tinha um programa para o ano inteiro superior aos programas das outras escolas. No dia que eu descobri que o meu Grupo Escolar Nicolau Fragelli tinha um programa inferior ao Joaquim Murtinho eu fui à reunião de professores e briguei, falei o absurdo. Todo mundo ficou dizendo para não falar as coisas que eu disse, mas eu questionava o porquê de não poder falar. Eu explicava que não era porque as crianças moravam na periferia que elas não podiam estudar o mesmo que os filhos dos ricos estudavam no Joaquim Murtinho porque esta não era uma escola para rico, era escola para pobre, era do governo. Eles diziam que eu poderia ser

⁸⁴Quando perguntada sobre nome ou título desses livros mencionados, Raimunda disse que não lembrava e que já não tinha nenhum exemplar porque sua cunhada jogou fora.

demitida caso eu ficasse brigando, porém eu falava que, caso isso acontecesse, eu sairia com a consciência tranquila porque estava defendendo uma boa causa. Ou seja, nem as escolas eram iguais. Assim, quem estudava na Escola Modelo, que também existia em Cuiabá, saía de lá diferenciado porque estudava coisas diferentes das que os alunos dos bairros estudavam.

Tenho saudade dessa época, do quanto nós éramos inocentes, sabe? Dos namorinhos, os namoradinhos que iam nos ver na hora do recreio. Porque no final da aula todos os pais iam buscar os alunos para não saírem sozinhos à noite e eu já morava longe, então tinham que me buscar mesmo. Era um tempo gostoso, nós falávamos “ai, ontem o fulano passou lá na frente da minha casa e eu olhei pela janela, olhei pela vidraça”. Umas coisas assim que as crianças não querem nem saber de falar, nem imaginar. Nós, com dezesseis anos, na Escola Normal, dizíamos “ai, eu estou namorando o fulano”, “ai, ele foi à sua casa?”, “não, ele passa lá na porta, quando muito joga um beijo”, alguma coisa assim. Era muito bom, era um tempo inocente.

Desde pequena eu queria ser professora e hoje, quando eu faço palestra para crianças, faço questão de tirar um tempinho da minha fala e comentar sobre profissões: o que o profissional ganha, qual é o salário, como você pode se preparar para ocupar determinado cargo. Quando me ofereceram um cargo disseram que eu podia escolher entre uma vaga de professora e uma vaga de fiscal de rendas. Olha, naquele tempo não tinha concurso e me ofereceram uma vaga de fiscal de rendas e eu poderia estar aposentada hoje com vinte e poucos mil! Mas a criança pobre não sabe disso, não dá valor nisso e eu também não sei se iria dar conta porque eu não sabia matemática, embora eu soubesse para me virar bem. Se eu ocupasse o cargo eu iria aprender, mas eu escolhi a vaga de professora porque eu queria ser professora e, depois, fiscal de rendas para mim não queria dizer nada. Não disseram que eu iria ganhar isso ou aquilo, só falaram que tinha essas duas vagas. É porque não tinha que ser minha mesmo.

4.2 Marina Lúcia de Andrade Monteiro⁸⁵

Imagem 4. Marina Lúcia



Fonte: arquivo nosso.

Marina Lúcia foi um nome entre tantos contidos nos livros de diplomas e que encontramos ao fazer uma busca por meio da internet. O primeiro contato foi feito por telefone e, a princípio, Marina Lúcia mostrou-se receosa por acreditar que não se lembraria de muita coisa e, dessa forma, pouco poderia contribuir para esse trabalho.

Sou Marina Lúcia de Andrade Monteiro, nascida em 07/05/47. Tenho formação em Direito pela Fucmat⁸⁶ e em Geografia pela Universidade Federal de Aquidauana⁸⁷.

Durante o primário percorri vários colégios, minha mãe a cada época me colocava em um colégio diferente. Fui parar no Colégio Guia Lopes que era para filhos de militares e funcionários federais do Ministério do Exército e, como meu pai era do Ministério do Exército, estudei lá por muitos anos. Foi um dos melhores ensinos. As professoras eram escolhidas pelos militares, tinham que ser irmã ou esposa de militar. A formação foi muito boa.

Estudei em colégios públicos e em colégios religiosos, como o Colégio Nossa Senhora Perpétuo Socorro, que era dirigido por padres americanos e freiras que usavam um chapéu grandão branco. Fiz o Ginásio lá. Usávamos uniforme e não podíamos chegar atrasadas, tinha hora para chegar e para sair. Além disso, tínhamos que cantar o hino todos os

⁸⁵ Entrevista realizada em 01/12/2012 e 28/06/2013, na residência da entrevistada.

⁸⁶ Fundação Católica de Mato Grosso.

⁸⁷ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Aquidauana.

dias e, aos domingos, íamos à missa. Foram quatro anos com freiras e padres. O ensino era muito puxado.

O Curso Normal eu fiz no Joaquim Murtinho. Tenho a impressão de que entrei em 1965 e terminei o curso em 1968. Não precisava fazer exame de seleção, talvez por ter muita vaga, pois na época as moças não estudavam, terminavam o Ginásio e depois já casavam porque eram preparadas para o casamento. Tinham que aprender a costurar, bordar, fazer crochê. Eu não sei fazer nada disso. Os meus pais são pessoas estudadas e minhas tias são professoras. Então eu pensava em seguir carreira porque se o marido morre e você não tem estudo, você vai fazer o quê? Lavar roupa para fora, por exemplo. Nós falávamos “nós vamos seguir, queremos ingressar na faculdade”. Algumas das minhas colegas de turma foram para a faculdade, onde o número de moças era reduzido.

A Escola Normal Joaquim Murtinho funcionava à noite e a Auxiliadora⁸⁸ durante o dia. Então era só nesses dois cursos que você podia ter uma formação, não tinha mais nada. Sobrava vaga no Joaquim Murtinho, os pais não queriam deixar os filhos estudarem lá porque precisava pegar ônibus, que funcionava até onze horas da noite. Tomávamos o ônibus na Avenida Bandeirantes e descíamos na Praça Ari Coelho. Quer dizer, você tinha que sair correndo da escola para não perder o último ônibus.

Além disso, a Escola Normal era procurada porque não tinha outra coisa. Ou você fazia o Científico, o Clássico ou Escola Normal. O Clássico não tinha matemática e a matemática dada no Científico era pesada. Já o Curso Normal tinha aritmética. Lembro que meu irmão fez o Científico e os professores de lá eram militares, terríveis! Para dar zero era daqui ali. O Científico era de dia na Escola Maria Constança de Barros Machado e à noite na Escola Joaquim Murtinho, onde de um lado funcionava o Científico e do outro, o magistério.

Até então não tinha faculdade, a primeira que apareceu aqui foi Odontologia e, depois, Letras. Direito veio posteriormente e daí foram surgindo outras como Engenharia e Economia. Então que opção você tem? Você não quer fazer Odontologia, você quer um emprego.

As moças geralmente procuravam o Ensino Normal pela questão do emprego. Onde você iria arrumar emprego? Ou era no comércio, atendendo no balcão, ou como professora. Você não ia ser balconista para ganhar um salário mínimo. E o professor ganhava um pouquinho mais em termos de horas de trabalho, trabalhava um período só. Entrava às sete

⁸⁸ Escola Normal Auxiliadora.

horas, saía às onze e tinha férias de trinta dias em julho e três meses no final do ano (dezembro, janeiro e fevereiro). A gente só voltava em março.

O ambiente era maravilhoso na Escola Normal, éramos uma família. Era gostoso, todo mundo alegre e nós adorávamos estudar. O número de alunos da minha turma era em média cinquenta e desses apenas dois eram rapazes: um sargento e outro rapaz muito bonito, mas não lembro o nome deles. A maioria era mulher, filhas de militares, de fazendeiro, comerciantes, descendentes de árabe, libanês, sírio, principalmente. Por exemplo, nós tínhamos nossa panelinha que era formada por filhas de militares, funcionários públicos, comerciantes e de donos de torrefação de café. Só tinha uma que o pai era imigrante italiano. Como já comentei, acredito que o público era essencialmente feminino porque os pais eram politizados, tinham estudo, indicavam e aceitavam que a filha fosse estudar. Nessa época nós, moças, éramos preparadas para casar e com quinze ou dezesseis anos já apareciam os pretendentes.

Entrávamos na aula às dezenove horas e saíamos às dez, eu acho. Não tinha muita cobrança, tudo fluía natural. O importante era ter disciplina e lá tinha inspeção. O secretário de Educação visitava, de vez em quando, a sala de aula. Ele entrava, olhava e, se fosse dia de prova, olhava a prova e quem estava fazendo. Se estivéssemos fazendo uma atividade, olhava a atividade e perguntava o nome.

Na Escola Normal fazíamos competição para ver quem tirava a melhor nota. Diferente de hoje, se tirávamos zero nós chorávamos e pedíamos para os pais irem à Escola implorar por outra prova porque não queríamos ficar com zero.

Além da competição de nota havia competição de uniforme também. Fazíamos concurso para ver quem tinha o uniforme mais bonito, mais limpinho. Sapato, cabelo, tudo isso influenciava na nossa formação. Quando terminamos o Curso fizemos uma prova escrita, uma prova oral e tivemos que dar uma aula para uma banca examinadora. Essa banca examinava dicção, o uniforme e o conteúdo, que era sorteado. A minha aula foi sobre Cuiabá, sobre a origem da palavra e sobre como surgiu o estado porque na época Mato Grosso era um só. Ainda tive que levar, apresentar e utilizar material didático. Era sensacional, eu achava super legal!

A banca examinadora era composta por cinco, sete professores ou mais. Não sei como eram escolhidos, mas quando eu fui chamada para apresentar a banca já estava lá. Os professores não eram todos da Escola Normal, às vezes, era convidada uma diretora famosa,

por exemplo, da escola Maria Constança de Barros⁸⁹, escola pública mais famosa de Campo Grande. Lá tinha bons alunos e para entrar era preciso passar por exame de seleção.

A formação que eu tive na Escola Normal me deu muitas condições para dar aula e para muita gente também, tanto que muita gente foi fazer Medicina, Odontologia ao sair dali. Para você ter uma ideia o Inglês que eu estudei lá no Perpétuo Socorro com os padres americanos e na Escola Normal Joaquim Murinho me ajudou na prova da faculdade de Direito. Eu não fiz cursinho, fiz a prova e passei direto. E olha que era concorrido na época, Direito sempre foi concorrido. Estudei Sociologia depois, o que me ajudou muito nas redações.

O ensino era puxado, a professora entrava, a gente levantava e dava boa noite, sentava e ela passava a explicar. Se alguém conversasse já chamava a atenção, falava que ia tirar ponto. Todas as professoras tinham umas manias de ameaçar tirar ponto, dizer que ia dar zero. Não me lembro de todas as disciplinas que estudávamos no Curso Normal, mas está registrado aqui no meu diploma, era bastante disciplina: Português; Matemática e Estatística Aplicada à Educação, nem me lembro o que estudava nessa Estatística; Pedagogia, Psicologia Geral e Educacional; Anatomia e Ciências Físicas e Biológicas; História do Brasil; Sociologia Geral e Educacional; Filosofia e História da Educação; Metodologia do Ensino Primário; Desenho e Artes Aplicadas; Música e Canto Orfeônico; Geografia; Prática de Ensino; Educação Física, Jogos e Recreação; e Inglês e Francês.

Sobre a disciplina de Matemática eu respondo que, assim como todo aluno, nós tínhamos dificuldades, mas fazíamos silêncio quando a professora explicava. Ela exigia isso para explicar a matéria. Eu era aluna média, estudava muito, mas minha nota era entre seis, sete e oito. Em Português também nunca fui, assim, uma boa aluna. Mas, nas outras disciplinas as notas eram boas. Olhe minha nota de Matemática no certificado: seis; cinco; e 6,4. Lembro que nós tínhamos um livro, chegávamos em casa e tínhamos que resolver tudo. Então estudávamos formando grupinho, uma explicava para a outra e assim íamos fazer a prova. Geralmente o que a professora explicava em sala de aula era o que caía na prova e, se já tivéssemos feito alguns exercícios em sala de aula, ela modificava alguma coisa para poder dar na prova.

Apesar de ter dificuldades em Matemática não tive dificuldade ao lecionar essa disciplina porque sempre que eu ia dar aula eu estudava, me preparava. Se eu tinha dificuldade, como eu tive certa dificuldade por ter sido uma aluna média, sempre preparava

⁸⁹ Escola Estadual Maria Constança de Barros Machado.

minha aula antes de chegar à sala, fazia todos os exercícios em casa. Já meus alunos tinham dificuldades em tabuada porque na época eles tinham que decorar, eu sou da época da tabuada. Então eu fazia debate, menino contra menina. Uma hora as meninas ganhavam e em outros momentos ganhavam os meninos. E assim ia, era bem divertido. Na sala de aula eu falava alto, tanto é que até hoje eu falo alto porque minha voz tinha que atingir o último aluno e a diretora ficava passando para lá e para cá para ver se você estava em pé dando aula mesmo ou estava sentada.

Eu tenho esses livros⁹⁰ de Matemática aqui guardados. Não eram os livros da Escola Normal, mas eram livros indicados e o conteúdo é o mesmo. Todos nós tínhamos livros, de História, Geografia, tudo tinha que comprar. O livro de Matemática sempre foi esse do Osvaldo Sangiorgi, na Escola Normal também.

Os conteúdos trabalhados no Curso Normal, sobre os quais você me perguntou, eram regra de três, máximo divisor comum, números pares, primos, divisibilidade, geometria, fração. Alguns eu não lembro mais. Quando eu fui fazer outra faculdade eu não estudei matemática. Quando estudávamos fração tínhamos que fazer uns desenhinhos. Um chocolate, por exemplo, vai dividir em quantas partes? A gente dividia, fazia o desenho, punha ou então fazia o desenho e o aluno completava. Ou lá na Escola Joaquim Murtinho a professora mandava você fazer o desenho na prova e colocar a fração. Depois que veio a modificação a Matemática sofreu uma revolução. Acho que foi em 1970, 1972. Mudou tudo. O conteúdo foi o mesmo, mas a forma de apresentar para o aluno mudou.

Nessa época tivemos que passar por um curso de Matemática oferecido pela prefeitura porque a gente era funcionário da prefeitura. Então a prefeitura aqui de Campo Grande sempre atualizou o professor, todo ano você tinha curso. Eu tenho curso até de Arte de Contar História, com Malba Tahan, já falecido. Ele me dava aula na Maria Constança de Barros, todos os cursos eram lá.

As melhores Escolas Normais de Campo Grande eram a Auxiliadora e a Joaquim Murtinho, mas também só tinham essas! Depois passou para o nome de Magistério e agora sumiu, não tem mais. Na Escola Normal Joaquim Murtinho tinha a melhor formação, a pessoa saía bem. Na Escola Auxiliadora os alunos ainda aprendiam a bordar, tinham trabalhos manuais.

O curso na Escola Normal Joaquim Murtinho tinha três anos de duração. A diretora era, na época, a Maria de Lourdes Teixeira. Tivemos bons professores, famosos, como Nair

⁹⁰ Livro do Osvaldo Sangiorgi.

Coimbra e Hildebrando Campestrini. Tinha a professora Quintina, a Zalma e outros professores. Tem duas professoras que não consigo lembrar o nome. Uma delas trabalha na AACCC⁹¹. O professor Hildebrando dava aula de Português e passou a lecionar História. Ele se formou em História depois. Deu aula para a ESA⁹², para os magistrados. Era um dos melhores professores de Português, se não for o melhor. Muitos deles deram aula em faculdade federal ou na UCDB⁹³.

Nós respeitávamos muito o professor, eles eram rígidos. Sempre respeitamos. O professor era um “deus” para nós porque gostávamos deles, admirávamos porque eles se vestiam muito bem. A professora Nair Coimbra é um exemplo, sempre de salto alto, unha feita, bonita e cheirosa. Elas não usavam calça comprida na época porque ainda não tinha calça jeans, introduzida pela turma de Filosofia e de Letras da Fucmat, que ia comprá-la em Ponta Porã.

A professora Zalma, a professora de Inglês (não me lembro se era Cestari), era bonitinha, loirinha, bem arrumadinha. Então admirávamos, tínhamos os professores como modelo. Nós também usávamos uniformes: saia azul marinho com pregas macho, blusa branca de manga comprida, gravata borboleta e sapato preto, que hoje chamamos de scarpin, com meia branca. Então tínhamos nosso uniforme e as professoras eram bem vestidas, passavam pela gente deixando aquele perfume. Tinham cabelo bem arrumado e eram muito bem casadas.

Todos os professores tinham formação superior. O Hildebrando foi padre ou seminarista, então tinha uma boa formação. A Quintina era gaúcha, ela tinha curso superior. A Zalma acho que era psicóloga. A professora de Metodologia também era formada, todos eles. O professor de Desenho era formado também, acho que era arquiteto, mas não lembro o nome dele. O de Música era músico mesmo, ele era estrangeiro. Educação Física quem dava aula era um major ou coronel, já falecido, o nome dele é Alcides Pimentel. De Francês era Latif, acho que o nome dela era esse, e Inglês era uma branquinha, não lembro o nome dela, ela era novinha. Geografia e História eu não me recordo se era a Nair Coimbra ou se era a irmã dela, Rita Coimbra. Também já me esqueci do nome da professora de Prática de ensino, acho que era formada também porque a maioria desses professores acabou dando aula na Fucmat, que hoje é UCDB, ou na Universidade Federal. Então tinham uma formação.

⁹¹ Associação de apoio à criança com câncer.

⁹² Escola Superior de Advocacia.

⁹³ Universidade Católica Dom Bosco.

Eu tive um professor japonês que era médico, o doutor Daroz, nem sei se está vivo ainda. Ele dava aula de Anatomia e Ciências Físicas e Biológicas, era horrível, um livro horrível! Você tinha que saber tudo sobre o fígado, sobre o coração... Tínhamos que saber tudo, até os detalhes. Horrível o livro, eu nem sei mais se tenho. Mesmo estudando o dia inteiro, chegava o dia da prova e tirávamos dois, três. Tínhamos que morrer de estudar!

Não podia colar, mas a gente colava, viu? Sempre que dava. Tinha uma tal de *sanfoninha* que nós tocávamos, ela era bem pequenininha e você ia dobrando os pedacinhos e em cada um que você dobrava ia colocando o conteúdo. Então, na hora da prova você ia tocando a *sanfona*. Tinha que caber na palma da mão porque se o professor percebesse era zero. Se os professores desconfiassem que a gente tivesse colado, chamavam todo mundo lá na frente da sala e faziam arguição para ver se você colou ou não. Mas não éramos bestas! Porque chegávamos em casa, estudávamos, fazíamos a prova e a nota permanecia baixa. E quando o professor desconfiava, ele chamava os alunos lá na frente. Ele era terrível, mas a gente aprendia alguma coisa. Ah, também apresentávamos trabalho.

Era para eu ter estudado na Escola Normal Auxiliadora. Meu pai é funcionário público, na época não ganhava bem e tinha que pagar escola para nós, um casal de filhos. O colégio particular era caro e eles pagaram para mim e para o meu irmão, por isso eu senti que era muito pesado. Mas eu também não queria estudar na Auxiliadora porque lá era muito rígido e a aula era de dia, eu sei que era rígido porque eu já vinha de um colégio religioso. Além disso eu pensei "vou estudar à noite para poder trabalhar, ter o meu dinheiro" e, então, fui estudar à noite.

Quando eu estava no segundo ano do magistério arrumei meu primeiro emprego. A professora Quintina foi na sala de aula, perguntou quem queria dar aula e falou que era para ir na prefeitura, na secretaria e se apresentar. Lá eles tomavam nota do nosso nome e depois vinha alguém, um senhor, com um bilhetinho (porque eu não tinha telefone) na casa da gente convocando para trabalhar. Ou, então, a gente ia lá ler no mural se o nosso nome constava e ver qual era a escola.

A primeira escola na qual dei aula foi a Bernardo Franco Baís⁹⁴, como professora substituta. Depois fui para o José Rodrigues Benfica⁹⁵, perto da minha casa, onde eu fiquei por vinte e cinco anos. Posteriormente fui convidada para dar aula no Ginásio.

A profissão de professor não tinha dificuldades. Os alunos eram uns amores, davam amor para a gente, formavam fila, na hora de ir embora davam beijinho, levavam flor e, às

⁹⁴ Escola Municipal Bernardo Franco Baís.

⁹⁵ Escola Municipal José Rodrigues Benfica.

vezes, levavam fruta ou um bolinho. No dia do professor também ganhávamos presente, todos os alunos da sala davam presente, nem que fosse uma foto de artista. Também recebíamos homenagem, os alunos fechavam a sala, a gente entrava, cantava parabéns e fazia uma festona! Era bom. Os pais valorizavam a gente.

O salário do professor, na época, para quem trabalhava na prefeitura também era bom, mas não sei para quem era professor do estado. Para quem morava com os pais era bom porque o dinheiro era nosso, agora se você fosse casada e tivesse que ajudar a sustentar uma casa ou um filho não iria dar não. Lembro que nós tínhamos um sindicato forte, a ACP⁹⁶, que só ficou fortalecido depois de uns vinte anos para cá porque fazia greve e, assim, melhorou muito nosso salário. Os prefeitos sempre foram bons com a gente. A professora Quintina foi presidente da ACP.

O Ensino Normal era puxado e nos ensinou um caminho porque depois você tem que se virar também. A sala de aula não é rígida, é complexa, você tem que chegar na sala de aula e tem que ter jogo de cintura. Eu dei aula em uma escola pública que era homogênea porque tinha uma colônia japonesa aqui perto. Cinquenta por cento dos meus alunos eram japoneses, com sobrenomes como Akira, Higa, Nakazato, Nakazoni, Arakaki, Taira. Esses meninos eram estudiosos porque os japoneses são exigentes. Os alunos eram meninos disciplinados, estudiosos mesmo. Então você não podia chegar na sala, mesmo que fosse do primário, e “enrolar” porque a mãe vinha cobrar. Era uma clientela selecionada, digamos assim, filhos de gerente de banco. As crianças eram lindas, todas com seis, sete aninhos e no segundo ano Primário, tudo pequenininho. Formavam fila, cantavam o hino, que agora não cantam mais, e iam em fila para a sala de aula. Chegando lá a gente entrava, dava bom dia e tinha que registrar a matéria, colocar a data e exigir que ele fizesse o mesmo à caneta porque senão o pai falava que a gente não tinha dado aula naquele dia. Os pais acompanhavam o aluno para ver se o conteúdo que ele copiou do quadro estava batendo com o dia. Nós tínhamos inspetor, coordenadora, supervisora, diretora. Uma vez por mês eu punha todos os cadernos dos alunos na mesa da diretora para ela olhar se o exercício que estava no caderno condizia com o conteúdo que você deu.

Graças a Deus não havia influência de políticos. A minha diretora foi Henedina Hugo Rodrigues, o marido dela era dono do Jornal Correio do Estado e nunca interferiu nos conteúdos dos planos de aula. Os professores eram selecionados, na minha época não era concurso, então você passava por entrevista e, de acordo com a entrevista, você ia para a sala

⁹⁶ Sindicato Campograndense dos Profissionais da Educação.

de aula. Quem entrevistava era a secretária de Educação, a dona Iracema, já falecida. Depois eu fui parar no Benfica e aí a diretora ficava te observando. Se ela não gostasse de você, ela te colocava à disposição.

Sobre os cursos de regente e professor primários, dos quais você me perguntou, eu não sei, nem me lembro disso. Só sei que eu fiz os três anos lá na Escola Normal Joaquim Murtinho. Em relação ao Curso Regional eu acho que era o curso na zona rural, mas eu tenho que dar uma olhada. Eu que acho porque tinha professor leigo, que, por exemplo, só tinha o Primário, mal e porcamente o Ginásio na época. Então eles não fizeram o magistério na Escola Normal e tinham um curso, não sei se era o mesmo dos professores formados na Escola Normal Joaquim Murtinho, mas eles faziam um curso para se preparar, pois eram da zona rural e não tinham como vir para cá para estudar. Então eu tenho impressão que é isso daí. O nosso curso era intensivo, você ia todos os dias. Também não tinha isso de regente na minha época não. Eu era professora e pronto, estava habilitada para dar aula e recebia o diploma para isso.

Lembro que o ensino depois ficou unificado, as disciplinas eram as mesmas como até hoje. O que se estuda aqui se estuda lá em São Paulo e em Minas Gerais. A Escola Joaquim Murtinho tinha, durante o dia, o Primário e o Ginásio. Eu dei aula, fiz aulas práticas lá mesmo, agora eu não lembro se foi à tarde ou de manhã, mas acho que foi à tarde. Acho que de manhã era Ginásio, à tarde não lembro.

Eu sei que foi lá que eu fiz o ensino prático, as aulas práticas foram lá. Você tinha que entrar e dar aula, o professor se afastava porque ele já estava te esperando e você já tinha o conteúdo, mais ou menos, que o aluno estava seguindo com a professora. A professora passava o conteúdo para você, você preparava e a substituía, sendo avaliada por ela. O professor de Prática de Ensino ficava ali te avaliando também, mas ostensivamente, ficava de longe para dar certa liberdade ao aluno.

A Escola Normal ficou fechada durante um período, mas isso há muitos anos, acho que na época de Getúlio Vargas. Eu não lembro o motivo, mas sei que houve um problema e ele mandou fechar. Eu tenho até essa curiosidade porque quem comentou isso na sala de aula foi a professora Maria de Lourdes. Não sei se foi por causa da guerra ou se não tinha verba para poder pagar professor, mas eu lembro que foi na época da Segunda Guerra Mundial. Essa Escola foi desativada há pouco tempo, não me lembro quando desapareceu. Não sei se foi nos anos 90 porque começou a ser obrigado a ter faculdade para dar aula. Eu fiz o Normal, depois houve o magistério Normal e daí desapareceu.

Minha melhor época de estudo foi na Escola Normal Joaquim Murtinho, Perpétuo Socorro e faculdade de Direito. Foi a melhor porque nós éramos uma turma só, um nível social só. Por exemplo, lá em Aquidauana os alunos ficavam debochando da gente, ficavam te observando. Eu estudei, por exemplo, no Colégio Dom Bosco e na UCDB, onde estudei com meninas de poder aquisitivo alto e você podia ir com uma roupa bem simples que elas nunca reparavam. O importante era você como colega. Outros colégios não, principalmente escola pública, eles tinham mania de rotular, de fazer gozação (termo usado por eles). Na escola de freira não, na escola religiosa isso não existia, as freiras não permitiam.

Na Escola Normal Joaquim Murtinho nós, alunas, éramos como irmãs, uma ajudava a outra e era muito legal. Se uma tivesse dificuldades em uma disciplina falávamos “ah, vai lá em casa para estudarmos junto”. Era assim principalmente em Francês, disciplina que eu tinha dificuldade porque eu só tinha estudado Inglês. Então a gente reunia um grupo para estudar. Depois eu fiz Aliança Francesa⁹⁷ e tudo que eu aprendia lá eu repassava para minhas colegas que não podiam pagar o curso. Era assim, nós éramos unidas, ninguém enxergava parte social, se seu pai é isso ou aquilo, ali todo mundo era igual.

O bom do uniforme é isso, ele tem essa vantagem porque te deixa igual. Hoje o aluno vai para a sala de aula, se mostra, esnoba tênis, o tipo de calça de marca, enfim. No colégio das freiras e no Joaquim Murtinho até o sapato era igual, você não sabia quem era quem ali, o importante era na sala de aula, você era importante como ser humano. Disso eu tenho saudade, por isso que a Escola Militar no Brasil todo está se destacando, porque lá tem uniforme e tem disciplina. Sete horas são sete horas, não são sete e quinze nem sete e meia. “Ah, porque atrasou”, “eu não estou de uniforme porque não deu tempo de lavar”, essas coisas não existiam, você tinha que lavar no domingo, nem que secasse a ferro a sua blusa, a sua saia, mas você tinha que estar lá de uniforme, bonitinha. Eu acho isso importante. As pessoas respeitavam só pelo fato de estar de uniforme, de ser estudante. Hoje não sei se respeitam mais não.

Lembro que, quando ia passar a ser obrigatória a formação em nível superior, tivemos que fazer uma faculdade. Fui convidada para fazer qualquer faculdade, escolhi Geografia porque sempre tive jeito para Geografia e História e eu já dava aula dessas disciplinas. Foi a diretora quem me chamou e falou para eu fazer faculdade porque em 1988 ia mudar a Constituição. Então, em 1980 ela me chamou e falou “minha filha, eu gosto muito de você, você é uma ótima professora, mas eu não posso te segurar aqui porque não é formada na

⁹⁷Escola de idioma francês.

área, é tida como leiga. Você vai ter que fazer uma faculdade”. A Escola José Rodrigues Benfica, a Escola Bernardo Franco Baís e a Escola Alcides Pimentel eram tidas como padrão, os professores que iam para lá eram selecionados. A minha diretora selecionava os professores, caso ela não gostasse, ela os punha à disposição. Daí eu e mais cinco fomos fazer faculdade em Aquidauana, ela deu total apoio. Me formei e fiquei com a cadeira de Geografia, em todas as séries, no João Nepamucemo e Benfica, quarenta e quatro horas aula, à tarde e à noite dando aula de Geografia. E me dei sempre bem, mas o convite foi da Dona Henedina Hugo Rodrigues, ela me deu total apoio porque senão eu teria que estudar de dia, enfim, teria que me virar. Eu gostei porque era federal e a faculdade federal na época era valorizada. Por exemplo, se você é formada em uma faculdade federal e tem uma vaga, só de você apresentar o diploma, principalmente na época dos militares, você já era contratada.

A época dos militares foi a época em que o nosso salário foi melhor. Nunca tivemos problemas de disciplina, em termos de repetido. O professor tinha que usar jaleco. Era a época da minissaia, mas a gente não podia dar aula de minissaia, não podia chegar com o marido nem com o namorado na porta da escola. Eles podiam até deixar, mas dar beijinho, essas coisas, não. Tinha, então, o respeito e o professor tinha que se dar ao respeito tanto dentro como fora da escola. Por exemplo, se você deu um cheque sem fundo, fosse aprovada no concurso e descobrissem, você era demitido. Hoje já não.

Eu acho que depois do Governo Militar houve desvalorização da profissão, começou a piorar com o concurso. O concurso deu segurança para o professor, mas não selecionou bons professores. Ele pode ser bom ali na prova, mas nos antecedentes não porque, para você ser professora e para entrar na Escola Normal, nós tínhamos que ir à Polícia e dar o nome para ver se não tinha nada.

Eu não fiz concurso, eu fui para a escola por entrevista. Toda minha turma foi por entrevista e existe uma diferença porque, quando você é entrevistado por alguém, você está sendo observado, estão observando sua postura, dicção, a maneira de se vestir, de proceder, não é? No concurso você vê isso.

Hoje ninguém quer ser professor. O aluno desrespeita, risca o carro, mata o professor. Hoje não dá para dar aula, principalmente em periferia. Ninguém quer ser professor de periferia. Quando eu já estava para aposentar, eu passei a ganhar incentivo para dar aula à noite porque ninguém queria dar aula nesse turno, mas nunca tive problema porque todo mundo me conhecia. Não tenho do que reclamar, foi a melhor época da minha vida e tenho saudade.

Lembro que depois de muito tempo que eu dava aula no Ensino Primário os alunos tinham lanche, ganhavam⁹⁸ todo o material escolar e o uniforme. Na Escola Normal não, você tinha que comprar o material. A Escola Normal dava a relação dos livros e você comprava ou ia para a biblioteca estudar, quem não podia comprar fazia isso. Não tinha fotocópia, tinha que copiar mesmo, a fotocópia veio bem depois.

Se você estudasse na época, você ia amar, havia uma competição sim, mas essa competição era saudável. Quem tirava dez, quem fazia o melhor trabalho, qual era o uniforme mais limpo... Todo mundo andava arrumadinho e limpinho.

Textualização da entrevista realizada com Marina Lúcia em 28/06/2013

Eu terminei o Curso Normal em 1968 e no período em que estudei lá não usávamos o livro do Theobaldo Miranda Santos⁹⁹, a não ser como pesquisa. A gente fazia pesquisa, ia para a biblioteca e para a casa dos colegas, formava um grupinho de estudo. Eu estudei nesse livro, mas não na Escola Normal.

A professora Cândida dos Santos comentou com você que utilizou esse livro nas práticas de ensino, mas eu não cheguei a fazer estágio que, se não estou enganada era chamado Ensino prático ou Prática de ensino. Isso porque eu já dava aula na Escola Municipal José Rodrigues Benfica e, então, a minha aula já contava como estágio. Na verdade eu participei de uma semana, mais ou menos, de estágio no Joaquim Murтинho. Eu assisti, junto com meu professor, outros professores dando aula e, depois, dei aula prática para uma banca examinadora de aproximadamente oito professores, que analisou tudo: dicção, o material usado, conteúdo, uniforme, a aparência. Tudo foi analisado.

Olhando os conteúdos¹⁰⁰ de matemática desse livro lembro-me que eu tive essas aulas. Estudamos esses conteúdos com a professora Quintina, nos três anos do Curso Normal nos voltamos para a matemática do Ensino Primário, vivenciamos novamente todo o Primário e Ginásio. Aquilo que você ensina para uma criança no Primário nós estudamos e no Ginásio

⁹⁸ Os alunos recebiam material na administração de Juvêncio César da Fonseca, informação dada por Marina na conferência do texto. Ele foi prefeito de Campo Grande de 1986 a 1988 e de 1993 a 1996.

⁹⁹ O livro ao qual Marina Lúcia se refere é o "*Vamos estudar*", de Theobaldo Miranda Santos, sobre o qual foi perguntada. Segundo a professora Cândida dos Santos, que estudou na Escola Normal Joaquim Murтинho na década de 1950, esse livro era utilizado nas aulas de prática de ensino. A professora pedia para que os alunos estudassem os conteúdos desse livro.

¹⁰⁰ Os conteúdos eram: numeração, valor dos números, contagem de 1 a 1000000; numeração romana; multiplicação; divisão; frações ordinárias; frações decimais; metro, múltiplos e submúltiplos; litro, múltiplos e submúltiplos; grama, múltiplos e submúltiplos; a moeda brasileira; medidas de tempo; linhas e ângulos; triângulos; quadriláteros; e prisma, paralelepípedo e pirâmide.

vai complementando, mas essa matemática daqui do livro é a base. Então, a professora desenvolveu os quatro anos do primário nos três anos do Curso Normal. Tinha gente que chegava a ficar de segunda época, a prova de recuperação era chamada exame de segunda época.

A forma de ensinar e como deveríamos proceder em sala de aula eram estudados com outra professora. Era tudo minucioso, por exemplo, você tinha que ter bom comportamento, postura, tinha que dominar o conteúdo e, ao mesmo tempo, você tinha que conquistar o aluno, fazer com que o aluno gostasse da sua disciplina porque Matemática e Geografia são duas disciplinas que eles não gostam. Se você não souber administrar o conteúdo na sala de aula, eles reprovam. O professor não pode chegar e jogar o conteúdo para os alunos, ele tem que saber caminhar com eles, ver a dificuldade, ir até a carteira. Se o aluno sentiu dificuldade ele vai resolver no quadro negro. Ou seja, o professor tem que achar um meio para o aluno desenvolver. Então você tem que conquistar o aluno, se bem que os alunos na minha época eram muito carinhosos, não tinha como você não conquistá-los e desenvolver o conteúdo.

Eu tive uma diretora também muito rígida e que valeu muito a pena, a dona Henedina Hugo Rodrigues. Até hoje, na outra profissão que tenho valeu porque ela era rígida e eu gostei porque eu aprendi muita coisa com ela. A gente não ficava só no livro, nós tínhamos vários outros livros com outros autores porque cada autor, de repente, tem uma linha, às vezes um é mais detalhado, outro é mais resumido.

Como já comentei, quando eu comecei a dar aula ainda não tinha me formado, estava no segundo ano do magistério. Eu senti dificuldade, de modo geral porque nunca tinha dado aula, até porque quando comecei eu tinha o quê? Não tinha dezoito anos. Lembro que, quando cheguei ao colégio eu fui dar uma aula para uma turma de primeiro ano, os alunos eram analfabetos. Quando eu cheguei na sala eles vieram correndo na minha direção, eu fiquei paralisada! Aí a diretora apareceu e falou "não, você não vai dar aula para essas crianças, você vai dar aula para uma turma um pouquinho mais adiantada". Aí me adaptei porque a outra turma já sabia ler, já sabia número, alguma coisa. Depois fui para o José Rodrigues Benfica e lá eu fiquei até me aposentar.

Eu tinha que me preparar para dar aula de Matemática, tinha que chegar em casa e estudar. Cada vez que eu ia dar um conteúdo novo eu chegava, estudava, fazia os exercícios até achar a resposta, pois no livro do professor tinha resposta, e também eu via um meio de dar aula, de como chegar ao meu aluno. Por exemplo, eu exigia tabuada. Depois passou a ser

proibida a decoreba, mas mesmo assim uma professora da escola onde eu dava aula e eu exigíamos tabuada e fazíamos debate entre meninos e meninas.

Uma vez inclusive a prefeitura realizou um concurso de Matemática e Português para os alunos e a minha turma e a da professora que comentei, ambas do segundo ano, ficaram em primeiro lugar e ganharam o prêmio. Isso aconteceu porque a gente exigia, ia junto com o aluno. Se ele tinha dificuldade, a gente procurava tirar a dificuldade, sentava na carteira. Eu tinha mais ou menos quarenta alunos, muito educados e que estavam ali para aprender. Tinha bagunceiro? Tinha, mas a gente conquistava. Nunca mandei aluno para fora da sala, nunca dei zero para aluno meu em todos os meus vinte e oito anos de sala de aula. E também nunca mandei aluno para fora da sala. Eu tinha, sim, aluno que tirava nota baixa, mas eu o chamava, conversava e dava outra oportunidade. Sempre fiz isso. Falava para ele "então você vem bem mais cedo ou fica um pouquinho mais nas próximas aulas que vou ver qual é a tua dificuldade para a gente sanar". Assim que era. Agora, que eu tive dificuldade no começo eu tive porque eu estava começando, mas depois você domina o conteúdo. Imagina você dando aula durante trinta anos, os mesmos assuntos! Alguma novidade aqui outra acolá, mas tiro de letra!

Agora me mostrando esse caderno¹⁰¹ de Metodologia, me lembro que eu tinha um livro didático, se não me engano era do Theobaldo Miranda. Até há pouco tempo eu tinha esse livro, mas já não sei mais onde está. Com ele aprendíamos a prática de ensino, como dar aula, pesquisar... Porque você pesquisa, tem que relacionar os autores que você for pesquisar. Eu mesma no Primário ia pesquisar e depois colocava o nome dos autores que eu consultei. Por exemplo, tinha determinado assunto, mas os exercícios eram poucos, então eu ia à biblioteca, procurava outros autores e exercícios e alguns eu inventava. Assim que era.

Não me lembro das metodologias de ensino que aprendi na Escola Normal, por exemplo, o professor tinha o método geral e o método pedagógico. O conteúdo é um exemplo do geral. Lembro-me de um professor da USP¹⁰² que falava que antigamente era cuspe e giz, ou seja, o professor chegava e falava lá na frente, expunha a aula para o aluno e depois ia usando os materiais didáticos. Depois eu achei que assim os alunos ficavam dispersos e, então, o que eu fazia? Como a prefeitura sempre doou livros para os alunos eu fazia assim: vamos supor que eu fosse entrar no assunto regiões do Brasil, na região centro-oeste. Então, por exemplo, eu ia ao primeiro capítulo, o aluno lia um trecho e explicava o que estava lendo e assim por diante. Após terminar aquele assunto eu entrava, fazia um resumo geral, os alunos elaboravam perguntas e depois eu elaborava vários exercícios para eles. Assim que era. Eu

¹⁰¹ Caderno de Metodologia de uma ex-aluna da Escola Normal Auxiliadora.

¹⁰² Universidade de São Paulo.

também usava material didático como filmes porque na Escola Municipal José Rodrigues Benfica tinha filmes. Tinha aluno que fazia poesia dentro daquele assunto, palavras cruzadas também.

Ah, aprendíamos nas aulas de Metodologia os métodos para chegar até o aluno. Tem aluno, por exemplo, que precisa visualizar e tem que usar materiais didáticos: “Está aqui! Esse aqui é o mapa. Aqui está a região centro-oeste”. Tem aluno que não, que já sabe. Você explica e depois fala *"vai lá e me mostra no mapa qual é a região centro-oeste"* e ele vai direitinho. Mas tem aquele outro que, mesmo você mostrando no mapa, ele não vê.

Esse método que eu aplicava em sala de aula não era discutido na Escola Normal, na verdade isso já está um pouquinho mais para frente. Quando eu estudei não era tão moderno. Houve uma revolução, mais ou menos em 1972 e 1973, em que a Matemática passou a ter figuras porque até então não tinha. Por exemplo, você tinha que dar uma prova e tinha que pôr figuras naquela prova, o aluno olhava e respondia de acordo com o desenho, principalmente Matemática. Quando ia dar uma prova sobre fração eu fazia a prova, punha o desenho ou fazia no quadro. Dividia, por exemplo, uma laranja ao meio e daí o aluno olhava e colocava "dois meios". Aí dividia em três, "três terços", e assim por diante. Uma parte da laranja também eu colocava para os alunos escreverem. Com essa revolução a gente tinha que dar aula assim. Antes a Matemática era muito teórica, você jogava a teoria para o aluno. Foi assim, mais teórico, quando estudei na Escola Normal.

Na Escola Primária era considerado importante ensinar tudo, principalmente postura e disciplina. O aluno tinha nota de comportamento (que hoje já foi abolida), tinha música, até teatro. Eu acho que, quando comecei a lecionar, o ensino era mais completo. O estilo antes era francês porque a França dominava o mundo: a maneira de se vestir, a maneira de sentar, "bom dia, boa tarde, com licença"... Essas coisas a gente aprendia na escola e eu exigia dos meus alunos. Quando o professor entrava, todos levantam e diziam "boa tarde" ou "bom dia", o professor respondia, ia ao quadro, colocava a data, o assunto, o título do assunto e começava a aula. Ah, fazia chamada pelo nome também. Hoje não, o professor entra, o aluno continua fazendo bagunça e ele não liga muito, não exige, não faz uma oração. Eu fazia oração e, às vezes, quando eu esquecia e o aluno dizia "ah, você esqueceu!" e, então, eu respondia que ele fizesse uma oração espontânea. O aluno fazia uma oração, ele inventava na hora. A gente ensinava tudo isso, passava para ele postura, religiosidade, amor ao próximo. Depois eu vi colegas que simplesmente jogavam o assunto e acabou. Tirou zero, tirou zero, não está nem aí, nem se importa, principalmente em Matemática e eu falava "puxa, mas Matemática é difícil!". Você tem que voltar com o aluno porque às vezes ele não pegou o raciocínio, tem

dificuldade. Então eu acho que o ensino era teórico, mas o professor se dedicava mais. Essa é minha opinião.

Quem arrumou emprego para mim, na época em que eu estudava na Escola Normal, foi a professora Quintina porque não tinha professor, ninguém queria ser professor não. Geralmente, quando você estava começando tinha que dar aula bem longe. Às vezes não tinha ônibus, outras vezes tinha até um pedaço e depois você tinha que andar. Eu ia a pé até a Escola Bernardo Franco Baís para dar aula, não tinha ônibus. Não tinha asfalto, a ponte era de madeira, toda cheia de buracos. Eu estava no segundo ano ainda, então, a gente chegava, a professora Quintina ajudava, orientava. Era muito bom! Também tínhamos as colegas, a quem também recorriamos quando não estávamos entendendo como fazer o plano de aula. Nisso eu senti dificuldade, mas depois você pega o macete.

Lembro-me que para planejar as aulas de Matemática eu fazia da seguinte maneira: tinha o planejamento anual e, dentro desse planejamento, eu pegava o livro que era adotado, olhava os conteúdos desde a primeira página até a última. Fazia o planejamento usando todas as técnicas, por exemplo, o que você vai usar para expor a aula, o tipo de prova. Tem prova que é de marcar xis. No caso da Matemática, colocava vários exercícios começando do bem mais fácil até o mais difícil e, nas aulas, também fazia assim: a gente colocava o assunto, começava com o fácil hoje, amanhã era um pouquinho mais difícil e assim por diante. Quando um aluno falava que não tinha entendido, eu pedia para ele resolver no quadro. Parece que o quadro fazia milagre porque o aluno ia ao quadro e quando voltava já estava sabendo. Até hoje parece que o quadro faz milagre, pelo menos com meus alunos era assim, eles adoravam!

Essa forma de ensinar eu não aprendi na Escola Normal, pelo menos não me lembro. Fui eu quem adotou essa técnica porque tinha muito aluno que tirava nota baixa e os pais iam conversar comigo. Parecia até que eu não estava dando aula, que estava enrolando. Aí eu mesma comecei e, quando houve a revolução, mudaram as formas de levar, de dar aula para os alunos, a tabuada caiu. Mas eu não derrubei, sabe? Eu exigia que eles soubessem a tabuada, tanto que quando eles participaram do concurso de Matemática realizado pela prefeitura, eles se saíram bem porque tinham conhecimento. “*Ah, é decoreba!*”, mas você precisa decorar para você poder chegar onde quer. É como o sinal de trânsito, se você não decorar o sinal de trânsito como é que vai saber? Você tem que olhar e decorar aquele nome e é a mesma coisa com os alunos. Então, meus alunos nunca tiveram dificuldade, aliás, tinham dificuldades, mas eu procurava usar os meus meios, eu mesma procurava e observava os professores mais velhos ou então levava minhas dificuldades para minha professora de Matemática, a Quintina, e ela me auxiliava.

Não me recordo dos movimentos da Escola Nova e Ensino Renovado, sobre os quais comentou. Teve a escola tradicional e depois houve uma revolução que modificou o ensino para melhor. Quando os militares deixaram o poder o ensino piorou. Piorou porque eles queriam a liberdade total, como hoje o aluno tem. Não reprova mais e antes você tinha que assistir 70% das aulas para não reprovar. Um aluno falou uma vez para mim “ah, eu não, eu não vou reprovar mesmo”. Ele era bom aluno, só tirava nota boa, muito inteligente, mas tem aluno que não é e tem que frequentar as aulas para tirar as dúvidas. Então, eu acho que mudou para pior.

Essa revolução surgiu quando eu já tinha terminado o Curso Normal. Aí a prefeitura deu um curso de atualização que foi uma verdadeira loucura porque eles resumiram e jogaram para a gente. Era muita coisa: História, Geografia, Matemática, Português... Deixava a pessoa doida! Eu mesma fiquei voando um bom tempo, mas depois você vai moldando.

Eu estudei na Escola Normal essas disciplinas que contém na Lei Orgânica¹⁰³ que você trouxe: Português, Matemática, Física e Química, Anatomia, Fisiologia Humana, Música e canto, Desenho e artes aplicadas, Educação física, recreação e jogo. Já morreram quase todos os meus professores. Tinha o professor Liebermann, de Música e o professor Alcídio Pimentel, que dava aula de Educação física. A professora de Matemática não morreu, a Quintina. Aqui não tem Sociologia, mas tive aula de Sociologia com a professora Nair Mota. Psicologia, se não estou enganada, foi com a Zalma, Biologia foi com o professor Daróz. Acho que a professora Maria Garcia foi de Metodologia do Ensino Primário. Não recordo o nome do professor de Desenho e artes, o homem era terrível, você tinha que estudar feito doida! Estudei Francês com a Latif. Era muito bom, muito bom! Música e canto... Nossa, como era bom! Português era ensinado pelo professor Hildebrando Campestrini e a professora Maria de Lourdes foi nossa diretora até eu terminar o Curso Normal. Ela dava a vida por aquele colégio, ela e o pai¹⁰⁴, já falecido.

Recordo-me que tínhamos dificuldades, mas estudávamos em grupo. As aulas eram à noite e nesse turno eram bem mais resumidas do que durante o dia. Então, íamos para a casa de uma colega no sábado e domingo porque todas davam aula. Ficávamos estudando e tirando nossas dúvidas. Depois, íamos até a professora Quintina para tirar nossas dúvidas, ela era bem bacana.

Quando eu fiz o Curso Normal nós não discutíamos formas de ensinar matemática. Estudávamos a forma de resolver os exercícios mesmo. Hoje que se discute isso, mas na

¹⁰³Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946.

¹⁰⁴Múcio Teixeira Júnior.

época em que estudei e lecionei, não. Teve uma época que você misturava tudo. Eu, por exemplo, dava aula de Geografia, mas introduzia alguma coisa de Matemática, como estatística. Na aula de História também punha um pouquinho. Como eu já falei, o aluno fazia a leitura e eu fazia aula expositiva, mas depois eu não fiz mais aula expositiva. O aluno lia e eu perguntava “qual é o título?”. “Não sei”. “Olha aí, qual é o assunto, o que está falando aí?”. Sabe, porque tem aluno que lê jornal e não sabe o que ele leu.

A aula expositiva é muito prática, o aluno senta, fica lá e você vai falando, falando. Mas a aula sem ser expositiva faz o aluno participar. Ele fica "deixa eu ser o próximo!", entende? Eles mesmos explicam, depois eles mesmos vão formular perguntas, exercícios. Teve uma época assim, mas depois eles aboliram porque estava fugindo muito do assunto. Como é que você vai explicar Ciências e Matemática juntas? Pode até conseguir, mas, às vezes, atrasa o professor porque o professor tem que pesquisar muito também! Coitado do professor, além de ele dar aula, preparar exercício, corrigir prova, manter a disciplina na escola, sem contar as aulas recreativas, teatro, datas comemorativas... Tudo isso, na escola, tem! Só a chamada leva uns dez minutos para fazer. O que sobra depois? Então, tem que analisar isso.

Na Escola Normal aprendíamos maneiras de ensinar, de forma geral, porque o específico nem sempre dava. Primeiro, se o professor não dominar a matéria ele não tem o respeito do aluno e, segundo, ele tem que manter a disciplina, tem que ser rígido, não ser sargento, mas quase isso. Terceiro, ele tem que ter postura, simpático, mais ou menos um palhaço. Tem que conquistar o aluno, fazer com que o aluno goste dele, goste da matéria porque se o aluno não gosta do professor ele não vai estudar. "Eu não gosto daquela professora, eu não quero assistir a aula dela!", "ah não, eu adoro a professora fulana de tal!". Já ouvi muito isso. Quando o aluno gosta do professor ele estuda, faz tudo bonitinho, faz florzinha, dá até presente para o professor. Então o professor tem que conquistar o aluno, sabe? E se o professor está dominando a matéria, consegue manter a disciplina, o aluno gosta e o professor não tem problema. Até um aluno bem rebelde passa a gostar da aula! Às vezes nem tanto como a gente quer, mas mais ou menos ele passa a gostar.

Eu comentei que na Escola Normal nem sempre dava para aprender a ensinar conteúdos específicos e, por isso, não sei dizer se aprendi a ensinar algum conteúdo específico de matemática. Posso até ter aprendido, mas faz muito tempo que eu terminei! Eu terminei o Normal e fiz Direito, Geografia, arte de contar história e mais um monte de coisa. Eu trabalhava como advogada durante o dia e dava aula à noite. Meu Deus do céu, não foi fácil!

Também já comentei que a Escola Normal ficou fechada um bom tempo, uma professora me contou que foi Getúlio Vargas quem fechou¹⁰⁵. Ficou anos fechada e, por isso, teve uma época com déficit de professor que até hoje tem consequência. Não sei porque ele fechou a Escola Normal no Brasil todo, não entendi até hoje. Por isso as pessoas tinham que fazer outros cursos, mas depois voltou. Lembro que, quando eu entrei na Escola Normal Joaquim Murtinho não tinha exame de seleção, mas no ano seguinte já passou a ter. Foi uma época muito boa, eu gostei!

Depois, na década de 1970, a Escola Normal mudou de nome, para Magistério. Era a mesma coisa, só mudou o rótulo. Agora que mudou, que é Ensino Fundamental e Médio. Na época tinha o ensino Clássico, Contador, Normal, Científico... Então, se você fosse fazer Medicina, você ia para o Científico e se quisesse Direito iria para o Normal, Clássico ou Contador. Quando eu resolvi fazer Direito só tinha Letras, Direito, Medicina e Odontologia, não tinha outra faculdade aqui. Depois apareceu Economia e muitos anos depois surgiram os cursos de Pedagogia, Farmácia e outras faculdades.

Em relação às matérias que saíram na década de 1970, sobre a extinção da Escola Normal, eu não me recordo, eu já tinha terminado o Normal fazia horas e estava até me formando em Direito. Terminei o Curso Normal em 1968 e em 1969 entrei na faculdade da Fucmat. Minha mãe queria que eu fizesse Letras, mas eu não queria, não sei o motivo. Depois eu fiz Geografia porque eu sempre fui boa aluna de História e Geografia e sempre gostei de Geografia. Eu ia fazer História, mas como a maioria das pessoas do meu grupo estava fazendo Geografia, optei por esse curso também. Assim, estudávamos juntos, fazíamos trabalhos juntos e me dei bem.

Então, quando aconteceu esse movimento¹⁰⁶ contrário ao fechamento da Escola Normal eu fiquei um pouquinho por fora. Eu não posso comentar sobre esses recortes de jornal, porque eu já tinha terminado o meu curso e estava preocupada com outras coisas, como com a carteirinha da OAB, meus estágios... Mas muita gente já não queria mais fazer a Escola Normal porque não tinha matemática, tinha essa matemática que chega quase a ser aritmética só. Aquela matemática que você estuda no Científico¹⁰⁷ para fazer Medicina,

¹⁰⁵ Não encontramos, nas leituras realizadas, informações sobre isso.

¹⁰⁶ Foram mostrados recortes de jornais da década de 1970 que falavam sobre o fechamento da Escola Normal na tentativa de estimular a memória da interlocutora.

¹⁰⁷ Segundo um estudo de Ribeiro (2006) sobre a organização do ensino de matemática nos cursos Clássico e Científico baseado na Reforma Capanema, eram estudados no Científico os seguintes conteúdos: operações aritméticas fundamentais, teoria da adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e da radiciação de inteiros; sistemas de numeração; teoremas gerais sobre divisibilidade, teorias do máximo divisor e mínimo múltiplo comum, teoria dos números primos e aplicações; teoria das operações aritméticas sobre frações, noções sobre cálculo numérico aproximado, erros e operações abreviadas;

Odontologia, não tinha. Mas teve gente que fez o Normal, fez Medicina e fez Direito porque depende do aluno, você sabe disso, né.

Mas a Escola Normal foi uma das melhores escolas que eu fiz, eu achei bem completa. Foi a melhor em todos os sentidos, não era muito rígida, aliás, tinha lá sua rigidez, mas não tanto quanto a escola das freiras que frequentei. Era muito bom! Puxa, os professores... A única professora que era mais rígida era a professora Nair Mota. Ela era brava hein, não deixava colar. Ah, o professor Daróz também! Acho que já até se aposentou. Ele também era bravo, a aula dele era difícil, muito difícil. Um dia ele falava "vou falar sobre o fígado" e você tinha que saber tudo sobre o fígado. Como era difícil, meu Deus do céu! Aqueles termos deles lá... Mas eu gostei.

operações algébricas sobre polinômios, teoria da divisão, identidade de polinômios, método dos coeficientes a determinar, identidades clássicas, divisão de um polinômio inteiro em x por $x \pm a$, regra e dispositivo de Briot-Ruffini; decomposição do trinômio de segundo grau em fatores do primeiro grau; sinais do trinômio; inequações do 2º grau, noção de variável e de função, variação do trinômio do 2º grau, representação gráfica e noções elementares sobre continuidade, máximos e mínimos; determinação de um plano, intersecção, paralelismo e perpendicularismo de retas e planos, perpendiculares e oblíquas de um ponto a um plano; diedros, planos perpendiculares entre si, ângulos poliédricos e estudo especial dos triedros; noções gerais sobre os poliedros, estudo dos prismas, pirâmides e seus respectivos troncos, áreas e volumes; teorema de EULER; noções sobre os poliedros regulares; progressões aritméticas e geométricas; noção de função exponencial e função inversa, teoria dos logaritmos, tábua logarítmica e aplicações, e resolução de algumas equações exponenciais; binômio de Newton e noções sobre análise combinatória; teoria dos determinantes, aplicação aos sistemas de equações lineares; regras de Cramer; teorema de Rouché; noções sobre frações contínuas; noções sobre geração e classificação das superfícies redondas, cilindro cone e áreas e volumes nesses sólidos; esfera, área da esfera, da zona e do fuso esférico, volume da esfera; grandezas escalares e vetoriais, noção de vetor, resultante ou soma geométrica de vetores, vetores deslizantes sobre um eixo; medida algébrica; teorema de Chasles; projeção ortogonal de um vetor sobre um eixo, teorema de Carnot, valor da projeção de um vetor; generalização das noções de arco e de ângulo, arcos côngruos, arcos de mesma origem e extremidades associadas; definição, variação e redução de funções circulares e trigonométricas ao primeiro quadrante, relações entre as funções circulares de um mesmo arco, cálculo das funções circulares dos arcos; transformações trigonométricas, fórmulas de adição, subtração, multiplicação, divisão de arcos e aplicações, transformação de somas em produtos, uso de tábuas trigonométricas; resolução e discussão sobre equações trigonométricas simples; relações entre os elementos de um triângulo, triângulos retângulos, obtusângulos e aplicações imediatas à Topografia; sucessões, cálculo aritmético dos limites, séries numéricas, Principais características de convergência; função de uma variável real, representação cartesiana, continuidade, pontos de descontinuidade e descontinuidades de uma função racional; definição, interpretação geométrica e cinemática de derivadas, cálculo de derivadas; derivação de funções elementares, máximos, mínimos e estudo da variação de funções simples; definição e operações fundamentais com números complexos, representação trigonométrica, exponencial e aplicação à resolução das equações binomiais; propriedades gerais dos polinômios, relações entre os coeficientes e as raízes de uma equação algébrica, aplicação à composição das equações, transformações das equações, equações recíprocas e de raízes iguais; relações métricas, teorema de Sewtart e suas aplicações no cálculo de linhas notáveis no triângulo, relações métricas nos quadriláteros, teorema de Ptolomeu ou Hiparco; potência de um ponto, eixos radicais, planos radicais; deslocamentos, translação, rotação e simetria de figuras, homotetia e semelhança nos espaços de duas e de três dimensões e inversão pelos raios vetores recíprocos; definição e propriedades fundamentais da elipse, hipérbole e parábola, secções cônicas, definição e propriedades fundamentais da hélice cilíndrica; noções fundamentais de Geometria Analítica, concepção de Descartes, coordenadas, abscissas, ponto que divide um segmento numa razão dada, determinação de uma direção e ângulo de duas direções; equação de um lugar geométrico e sua interpretação, passagem da equação natural para a equação retilínea retangular; equação da reta e do círculo, equações reduzidas da elipse, da hipérbole e da parábola.

4.3 Vera Edwiges Teixeira de Barros Jafar¹⁰⁸

Imagem 5. Vera Edwiges



Fonte: arquivo nosso.

Vera Edwiges foi um nome entre tantos contidos nos livros de diplomas e que encontramos ao fazer uma busca por meio da internet. No primeiro contato, feito por telefone, Vera Edwiges já se mostrou disposta a colaborar com esse trabalho, marcando um horário para a entrevista em seu escritório.

Eu sou Vera Edwiges Teixeira de Barros Jafar, nasci em 13 de janeiro de 1944 em Rio Claro, estado de São Paulo, e vim para Mato Grosso quando eu tinha nove anos. Hoje sou jornalista, tenho a revista Total Saúde e trabalho nela.

Há sessenta anos eu estudei o Primário na Escola Joaquim Murтинho e o prédio já era velho, muito antigo mesmo. As janelas eram enormes, as portas eram grandes, o banheiro, horroroso, e o pátio era de terra. Então a molecada brincava naquela poeira vermelha. Mas a arquitetura do prédio era linda.

Cursei o Ginásio na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado, na época chamado Colégio Estadual Campograndense, e depois fui estudar na Escola Normal Joaquim Murтинho, no mesmo prédio onde estudei o Primário. Eu não quis fazer o Científico porque as matérias não me interessavam e na Escola Normal você aprendia Psicologia, Física, Química, Anatomia, Matemática, Francês, então era um curso bem interessante. A minha intenção

¹⁰⁸ Entrevista realizada em 28/11/2012, no escritório de Vera Edwiges.

depois era fazer Advocacia, mas na época não tinha essa faculdade em Campo Grande e eu não tive como prosseguir, por isso, a minha formação terminou com a Escola Normal Joaquim Murtinho.

Fiz o Curso Normal do ano de 1959 até 1961. Não precisava prestar prova para ingressar, era só apresentar o diploma do Ginásio. Lembro-me que, na época em que fazia o curso de normalista, o povo falava muito do curso de Educação do Rio de Janeiro. Nosso uniforme inclusive era igual ao dos alunos de lá, com gravatinha borboleta.

O Curso Normal era muito bom, as aulas eram muito boas e os professores também, escolhidos a dedo, exigiam muito de nós e valia a pena, tanto que hoje as pessoas até acham que eu cursei alguma faculdade, mas não. Tinha uma professora de Psicologia super inteligente, mas não me lembro do nome dela. Quem dava aula de Matemática era a professora Quintina Bueno Oliveira¹⁰⁹, uma gaúcha recém-chegada aqui e que, se não estou enganada, era formada em Matemática. A aula dela era ótima, uma delícia! Nós aprendíamos tudo com ela.

Os professores da Escola Normal tinham uma formação geral, todos eram ótimos professores e muitos eram médicos ou psicólogos. Havia um médico militar que dava aulas de Física e Química e outro, o doutor Hirose Adania, que lecionava Anatomia. O professor de Português, doutor Licurgo de Oliveira Bastos, era dentista, e tinha também um advogado que dava aula de Filosofia e Sociologia. Até isso nós estudávamos! A diretora era a dona Maria Constança Barros Machado, exigentíssima. Não me lembro dos livros que utilizávamos, mas tínhamos vários. As aulas eram dadas baseadas nos livros. Tinha o de Anatomia, o de Física e Química, Psicologia, Matemática, Literatura...

A minha turma nunca foi muito grande, não me lembro dos outros anos, mas nós terminamos em dezoito alunos. Havia uma competição grande entre as alunas para ver quem tirava a nota mais alta, para ver quem era a bambambã. Não sei se era o nosso grupo que era assim ou se tinha umas duas ou três alunas que puxavam a turma, mas nós competíamos.

Lembro-me que lá tinha provas escritas e orais, e todos os meses você fazia uma ou outra, mas no final do ano você fazia os dois tipos de exame. A prova oral era realizada com dois professores da matéria presentes. Por exemplo, se a prova oral era de Português, então havia dois professores dessa disciplina. As provas mensais, as do mês de julho e do final do ano tinham pesos diferentes e assim eram computadas todas as suas notas durante o ano.

¹⁰⁹Quintina Bueno de Oliveira formou-se em Pedagogia e em Matemática, no modelo 3+1, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

O Curso Normal era de três anos e lá estudávamos as disciplinas¹¹⁰ que constavam na Lei Orgânica do Ensino Normal, que você me mostrou: Português, Matemática, Física e química, Anatomia, Música e canto, Desenho e arte aplicada, Biologia educacional, Psicologia educacional, Higiene e educação sanitária, Metodologia do ensino, Desenho e artes com a professora Maria de Lourdes Teixeira e Educação física com o professor Alcídio Pimentel. Na terceira série tínhamos Psicologia educacional, Sociologia educacional, História e filosofia da educação, Higiene e puericultura, Metodologia do ensino primário, Desenho, Música e canto, e Prática de Ensino. A Lei traz as disciplinas Sociologia e Filosofia educacional, mas tínhamos Sociologia e Filosofia de modo geral.

Nas aulas de Matemática, que você me perguntou, dependendo do professor eu era ótima, dependendo eu era péssima! Acho que meus colegas de turma não tinham dificuldades na disciplina porque a matemática que a gente aprendia não era, assim, muito puxada como, por exemplo, no Científico ou no Contador. Eu acho que a matemática que víamos era mais básica mesmo. Eu tirava notas boas e a nossa turma toda era muito estudiosa não me lembro de ninguém reclamando.

Nas disciplinas que estudávamos não me lembro de discutir, em nenhuma, sobre o ensino de matemática. Também não utilizei o livro "*Vamos Estudar*"¹¹¹ na Escola Normal, sobre o qual você comentou, mas eu o usava para dar aulas. Também não me recordo se eram esses mesmos conteúdos de Matemática do livro que eram estudados na Escola Normal. Realmente não me lembro do que as aulas de matemática tratavam.

Víamos matemática só nas aulas de Matemática mesmo. Meus professores dessa disciplina na Escola Normal foram o Múcio Teixeira Júnior e depois a Quintina Bueno de Oliveira, de quem já comentei. Não me lembro da formação do professor Múcio, só sei que ele já era bem velhinho na época. Ele devia ser professor mesmo. A professora Maria de Lourdes Teixeira é filha dele, eu acho que ela é viva até hoje.

Em Metodologia do Ensino Primário aprendíamos a ensinar de maneira geral, nada específico e a professora era a Maria Garcia Borges¹¹². Ela nos ensinava a dar aula, discutíamos a forma de ensinar o conteúdo. Por exemplo, se fôssemos dar aula de Português para a quarta série primária e o tema sorteado fosse substantivo, ela explicava como nós

¹¹⁰ Para citar as disciplinas estudadas, Vera Edwiges usou como referência a Lei Orgânica do Ensino Normal, em que constavam as disciplinas mínimas para o curso. Segundo a entrevistada, todas as disciplinas às quais a Lei faz referência eram estudadas na Escola Normal Joaquim Murtinho.

¹¹¹ Uma ex-aluna da Escola Normal, a professora Cândida dos Santos, comentou em uma conversa que utilizou o livro "*Vamos estudar*", de Theobaldo Miranda Santos, nas aulas de Prática de Ensino, e que a professora pedia para as alunas estudarem os conteúdos desse livro.

¹¹² Maria Garcia Borges foi aluna e professora da Escola Normal Joaquim Murtinho.

iríamos ensinar e iria com a gente para uma classe do quarto ano Primário. No prédio onde funcionava a Escola Normal Joaquim Murтинho, no período noturno, tinha também o Grupo Escolar Joaquim Murтинho, que funcionava durante o dia. Era nesse Grupo que íamos no período da manhã ou da tarde, dependendo do que a nossa professora determinasse, para as aulas práticas. Uma de nós era sorteada para dar aquela aula, daí ia a turma toda, a gente entrava, invadia a sala de aula - coitado do professor! - e a gente tinha que dar aula. A nossa nota de fim de ano passava por isso também, se era aula de Português o professor da disciplina ia junto para nos avaliar e ver se estávamos prontos para receber o diploma.

Não me recordo da metodologia que os professores utilizavam nas aulas do Curso Normal, mas eu lembro que a Maria Garcia Borges falava, por exemplo, "vamos ensinar hoje sobre o descobrimento do Brasil. Vocês vão aprender como ensinar. Têm que fazer motivação, passar o conteúdo e depois fazer as perguntas". Os professores falavam da matéria, então, acredito que Matemática também fosse dessa maneira. Eles ensinavam, mas não um conteúdo específico como, por exemplo, "vamos ensinar a divisão", o ensino era geral. Não me lembro de focar um conteúdo específico, pelo menos minha memória não me dá condição de falar sobre isso.

Eu li em algum lugar que os professores, hoje em dia, não aprendem a dar aula, o curso é mais técnico. A professora não diz "vou te ensinar como você vai ensinar a somar" e isso nós aprendíamos. Seria muito interessante se voltasse. Diferente de hoje, a política não influenciava a educação.

Comecei a lecionar antes de me formar, com quinze anos, quando eu estava no primeiro ano do Ensino Normal e nessa época tinha emprego até para quem tinha recém começado o Curso. A dona Clotilde Castro Pinto, já falecida, me ensinou tudo que eu sabia, na época, para lecionar. Ela era professora formada, acho que era pedagoga também, e levava-nos para a casa dela aos sábados e nos ensinava a preparar as aulas para dar durante a semana. No final da semana tínhamos que apresentar o caderno das crianças para ver se havíamos cumprido com o planejado. Tinha um programa a ser seguido, o que me parece não existir mais hoje.

Atuei durante quatro anos como professora e parei depois que me casei. A nossa profissão, no sentido da formação, era valorizada porque o ensino era muito puxado para nós, no entanto, a valorização dessa profissão por parte da sociedade nunca foi muito boa porque nós sempre ganhamos muito pouco. Cada professora ganhava um salário mínimo na época, então nós lecionávamos em dois períodos para ganhar dois salários mínimos e estudávamos à noite.

A nossa formação na Escola Normal Joaquim Murтинho visava à alfabetização, às operações básicas e o básico de história do Brasil, de Ciências e Geografia. Por exemplo, o aluno do segundo ano Primário já era alfabetizado e hoje tem aluno no quarto ano Primário que não sabe ler. Além de ler eles tinham que contar o que liam, mostrar que entenderam. Acho incrível porque agora parece que tem uma campanha para todos aprenderem a ler, escrever e fazer conta, mas isso era normal na nossa época. Nós éramos preparadas para alfabetizar as crianças, ensinar a ler, escrever, fazer redação e resolver problemas.

Na disciplina de Matemática os alunos estudavam a tabuada, que hoje não se usa mais. Eles tinham que decorar. A classe inteira cantava e decorava. Ensinávamos no Primário também o sistema métrico, decimal, algarismos romanos, que você comentou¹¹³, probleminhas... Probleminhas, assim, de duas contas, uma adição e outra de subtração: “Você vai à feira com quinhentos reais - na época não era reais, era cruzeiro -, gastou tanto de fruta, tanto de verdura. Quanto sobrou?”. Então eles tinham que fazer duas contas. Os alunos tinham que entender o que você estava pedindo. Então explicávamos: “você gastou tanto. Então se você gastou tanto de fruta e tanto de verdura, qual é o total disso? Então você tinha tanto, quinhentos, né, então vamos diminuir para saber o resultado”. Eu acho que a criança entendia, aprendia bem o que você estava perguntando, não tinham problema.

Acredito que saí do curso preparada para dar aula. Não encontrei nenhuma dificuldade ao lecionar no Ensino Primário, nem ao ensinar matemática. Eu gostava bastante de dar aula, principalmente para meninos, que eram muitos! Eu dava aula na Escola Joaquim Murтинho mesmo e, naquela época, às vezes as classes tinham setenta alunos! Nunca tive problema quando dava aula para eles, então sempre gostei muito.

Não me recorde de ter inspeção na Escola Normal, mas me lembro da inspeção de Cuiabá quando eu dava aula. Eles pegavam as provas dos alunos ou o caderno. Vinha um e sentava enquanto você lecionava para ver o que estava sendo dado. Eu não peguei a época em que tinham regentes de Escola Primária e professores primários, como você comentou. Acho que o regente não era professor, era como um auxiliar, não é isso? Não cheguei a conhecer ninguém que fosse regente de classe. Na minha época era só a Escola Normal mesmo.

¹¹³ Vera Edwiges comentou sobre os conteúdos de Matemática a partir dos que constam no livro “Vamos Estudar” da terceira série primária, de Theobaldo Miranda Santos, edição de 1962, especial para o estado de Goiás e Mato Grosso. São eles: numeração, valor numérico, contagem de 1 a 1000000; numeração romana; multiplicação; divisão; números divisíveis por 2, 3, 5, 9 e 10; frações ordinárias e operações; frações decimais e operações; metro, múltiplos e submúltiplos; litro, múltiplos e submúltiplos; grama, múltiplos e submúltiplos; a moeda brasileira; medidas de tempo; linhas e ângulos; triângulos; quadriláteros; e prisma, paralelepípedo e pirâmide.

Foi uma época muito boa da minha vida, muito corrida, muito difícil. Eu dava aula o dia todo e estudava à noite. Mas nós éramos jovens nessa época! Era muito gostoso. Minhas colegas eram bacanas também. Saudades só. Tenho saudade.

5 ESCOLA NORMAL JOAQUIM MURTINHO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA: UMA ÚLTIMA (?) NARRATIVA

A história que conto a partir de agora é uma das histórias possíveis de serem narradas a partir de coisas que li, ouvi e vivenciei no decorrer da pesquisa¹¹⁴. Foi construída com base em informações que me marcaram e que julguei pertinentes¹¹⁵, no momento do estudo, para compreender esse cenário de formação de professores do Ensino Primário. Trata-se de uma narrativa¹¹⁶ que apresenta, ao mesmo tempo, um exercício analítico na temática indicada e um processo no qual esta própria pesquisadora se constitui como tal.

Essa história acontece em Campo Grande¹¹⁷, situada na região sul do então estado de Mato Grosso, há aproximadamente 700 quilômetros da capital Cuiabá. Campo Grande foi aos poucos centralizando as principais atividades econômicas e políticas da região, destacando-se frente a outros municípios, inclusive à própria capital. O crescimento do município e da região sul do estado, de modo geral, foi impulsionado pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, inaugurada em 1914, que “aproximou” a região a centros importantes do país, atraindo diversos imigrantes, estimulando a economia e desencadeando um processo de modernização e de aumento populacional da região.

Múcio Teixeira Júnior¹¹⁸, ex-professor e ex-diretor da Escola Normal em Campo Grande, é um exemplo desses imigrantes. Agrimensor formado no Colégio Militar, no Rio de Janeiro, mudou-se para Mato Grosso com a comissão que construiria estradas por aqui. Depois de alguns trabalhos realizados e por já ter dado aulas de Matemática no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, inclinou-se ao ensino em Campo Grande a convite do inspetor

Imagem 6. Mapa do antigo estado de Mato Grosso



Fonte: www.mapasparacolorir.com.br.
Imagem adaptada pela autora da pesquisa.

¹¹⁴ Trata-se de versões históricas segundo Garnica e Souza (2012) e Albuquerque Júnior (2007).

¹¹⁵ No sentido dado por Bondía (2002) a experiência é aquilo que nos passa e nos marca, nos toca.

¹¹⁶ Cury (2007), Cury (2011), Bolívar, Domingos e Fernández (2001), Rabelo (2011), Albuquerque Júnior (2007), Albuquerque Júnior (2011).

¹¹⁷ Campo Grande foi elevada à condição de município com a Lei n. 225, de 26 de agosto de 1899.

¹¹⁸ As informações sobre Múcio Teixeira Júnior foram extraídas do livro de Rosa (1990).

federal do Ensino Secundário¹¹⁹, a quem já conhecia do Rio de Janeiro. Múcio trabalhou em alguns colégios de Campo Grande antes de ser nomeado diretor da Escola Normal Joaquim Murtinho.

Diferentemente do professor Múcio, que veio para Campo Grande trabalhar na construção de estradas e depois ingressou no magistério, Maria Constança de Barros Machado¹²⁰ viu em Campo Grande uma opção de trabalho. Formada na Escola Normal de Cuiabá, resolveu “se aventurar” sozinha em uma cidade tão longe da sua por sobra de professoras para lecionar em regiões próximas à capital. Maria Constança, assim como Múcio, também lecionou em algumas escolas antes de ser nomeada diretora da Escola Normal. Esses professores são reconhecidos pela dedicação que tiveram não só no Curso Normal, mas no ensino de modo geral em Campo Grande, sempre lutando pela classe de professores.

À medida que o tempo foi passando, Campo Grande foi se desenvolvendo. Em 1930, já contava com aproximadamente 12 mil habitantes e tinha vários estabelecimentos comerciais, agências bancárias e de Correios e Telégrafos, instituições de ensino público e privado, além de iluminação elétrica e telefone¹²¹. Sua importância socioeconômica e política fez com que alguns grupos reivindicassem a transferência da capital para o município ou a divisão do estado. Esses movimentos existiram até a criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1977.

Os grupos que queriam a autonomia administrativa de Campo Grande criticavam a hegemonia de políticos de Cuiabá e reclamavam certo abandono por parte da capital. Enquanto uns acreditavam que a falta de assistência devia-se à inimizade entre o norte e o sul do estado - opinião defendida por alguns sulistas -, o abandono, por parte da capital, de regiões mais distantes podia estar ligado à extensão territorial (cerca 1.500.000 metros quadrados¹²²). Além desses grupos políticos, professores também eram a favor da divisão devido ao salário, já que o pagamento sempre atrasava, e pela falta de orientação para o ensino.

¹¹⁹ Não foram encontrados registros sobre o nome do inspetor federal.

¹²⁰ As informações sobre Maria Constança de Barros Machado também foram extraídas do livro de Rosa (1990).

¹²¹ Fonte: Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA).

¹²² Mensagem apresentada em 13 de maio de 1930 por Aníbal de Toledo, governador do estado de Mato Grosso, à Assembleia Legislativa. Governou de janeiro a outubro de 1930.

Imagem 7. Rua 14 de Julho, Campo Grande, década de 1920.



Fonte: Arquivo Histórico de Campo Grande/MS – ARCA.

No final da década de 1920 predominavam no estado as Escolas Isoladas, num total de 175, distribuídas em 32 escolas urbanas, 130 rurais e 13 ambulantes¹²³. Dos onze Grupos Escolares públicos de Mato Grosso, um estava situado em Campo Grande e foi o segundo mais frequentado em 1929, com 480 alunos. Embora Aníbal de Toledo, governador do estado, considerasse o ensino público um dos serviços mais eficientes, julgava não apropriada a situação do ensino nas instituições isoladas, onde faltavam instalações apropriadas, material escolar, professores e fiscalização. Os cursos secundários oficiais, existentes até 1929 no estado, eram o Liceu Cuiabano e a Escola Normal de Cuiabá. Na Escola Normal a procura se dava, em quase sua totalidade, pelo público feminino¹²⁴.

Com o aumento populacional no sul de Mato Grosso crescia também o público escolar. Como o momento era de difundir o Ensino Primário por todo o estado, foi implantada, em 1930, uma Escola Normal¹²⁵ oficial em Campo Grande para atender a demanda de professores da região. Nesse ano funcionou apenas o Curso Complementar, como

¹²³ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador de Mato Grosso, Aníbal de Toledo, em 1930.

¹²⁴ Na mensagem apresentada por Aníbal de Toledo, governador (na época chamado presidente) de Mato Grosso, em 1930, aparece o registro de apenas uma matrícula de aluno no Curso Normal. Toledo ressalta ser notável o abandono dessa formação pelo público masculino, explicitando como motivos as melhores carreiras oferecidas pelos cursos superiores e por acharem que o “nobre sacerdócio do magistério” não traria recompensas materiais (MATO GROSSO, 1930, p. 45-46).

¹²⁵ Chamada inicialmente de Escola Normal de Campo Grande, só aparece como Escola Normal Joaquim Murtinho nos documentos a partir do final da década de 1940. A Escola Normal de Campo Grande foi regulamentada pelo Decreto n. 742, de 20 de setembro de 1926. Com a finalidade de preparar tanto teórica quanto praticamente professores para o ensino primário, o curso tinha três anos de duração. Com o Decreto n. 271, de 18 de maio de 1933, o curso Normal no estado passou a ter duração de quatro anos. Em Campo Grande já havia a Escola Normal Dom Bosco, que foi equiparada aos cursos oficiais em 1931. Os professores formados por essa instituição teriam os mesmos direitos e vantagens dos formados nas instituições oficiais.

preparo de candidatos à Escola Normal. A Escola Normal Joaquim Murтинho começou a funcionar, efetivamente, em 1931, no prédio do Grupo Escolar de Campo Grande.

As aulas tinham como objetivo, além de “transmitir” conhecimentos necessários ao futuro professor, familiarizá-los com os métodos a serem empregados no estudo e no ensino das várias disciplinas. Ao organizar e executar os programas de ensino, esses docentes deviam levar em conta que o Curso Normal não visava somente iniciar o aluno na formação intelectual, mas também ensinar uma técnica profissional. Os alunos, que tinham aulas de segunda-feira a sábado, deveriam sair do Curso conhecendo detalhadamente os programas do Ensino Primário.

Essa Escola Normal, que se estruturava em Campo Grande na década de 1930, mobilizou o interesse de outros pesquisadores. Uma em específico, Carla B. Zandavalli Maluf de Araújo¹²⁶, me informou por meio de sua dissertação que essa formação profissional englobava aulas de Didática sobre regras e métodos de ensino, envolvendo a recomendação para o uso de “materiais para ensinar” – era essa a expressão utilizada. O ensino de “Cálculos”, por sua vez, envolvia grandezas como acuidade visual (usar comparação para trabalhar clareza, corrente elétrica), medida de tempo (com o indicativo de se trabalhar por meio das horas, dias, meio dia, séculos, era, minutos, entre outras, voltando-se, também, à linguagem para trabalhar comparações como: um pulinho daqui, uma pitada de sal, uma mão fechada, leve como uma pluma...). A sequência de ensino indicada nessa época envolvia, nessa ordem, ensinar a criança a contar de um a dez, trabalhar a tabuada e ir acrescentando números de modo que a criança “despertasse para uma nova consciência”. Este despertar é indicado nas notas de aula de uma aluna da primeira fase da Escola Normal. Para o ensino da tabuada, eram indicados materiais como pedrinhas, milho e cartões de alinhavo (começando com vinte alinhavos e aumentando um a um).

Diferentemente, muitos dos conteúdos ministrados nas aulas de Matemática e Desenho tinham uma menor articulação com os conteúdos do Ensino Primário quando comparados com Didática. Polinômios, frações algébricas, proporções, médias aritméticas e geométricas, matemática financeira e construções geométricas de polígonos e circunferências eram alguns temas trabalhados no primeiro ano.

O corpo docente da Escola Normal deveria ser formado por catedráticos (professores efetivos nomeados mediante concurso), interinos (nomeados pelo governo para cadeiras, aulas vagas e substituições temporárias) e contratados. Muitos professores que compunham,

¹²⁶ A dissertação, defendida em 1997, tem como título O Ensino de Didática, na década de 1930, no sul de Mato Grosso: ordem e controle?.

inicialmente, esse grupo eram de Cuiabá e reconhecidos por sua competência e dedicação. Apesar do reconhecimento, alguns docentes viam as professoras cuiabanais como um grupo privilegiado, protegido politicamente.

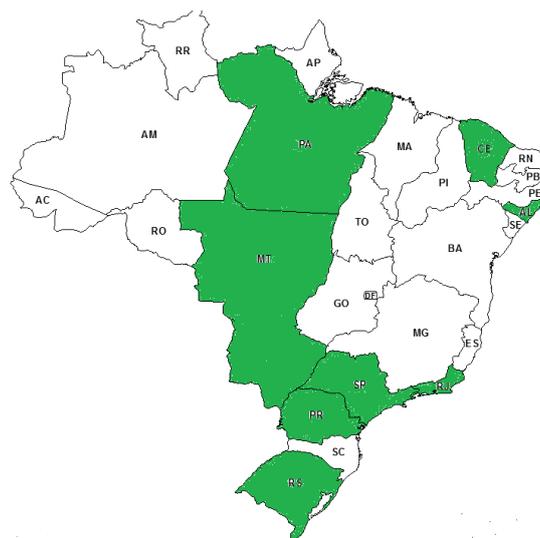
O apadrinhamento político foi uma característica marcante não só na Escola Normal Joaquim Murinho, mas no ensino em Campo Grande, de modo geral. Em uma entrevista concedida para Maria da Glória Sá Rosa, em 1991, O professor Luís Alexandre de Oliveira¹²⁷ comentou que sentiu na pele essa situação. Concorrendo à cadeira de Geografia da Escola Normal, em 1930, junto a candidatas cuiabanais bem “alçadas politicamente” - como ele mesmo disse - e pertencente ao partido da oposição, recebeu um comunicado do próprio governador da época, Leônidas de Matos¹²⁸, de que não adiantava prestar o concurso, pois ainda que passasse não seria nomeado. Homens ou mulheres, por anos, esse posicionamento político mostrou-se decisivo no processo de contratação de professores.

No que se refere aos alunos, por outro lado, o que se destaca não é a questão política, mas de gênero. As matrículas eram predominantemente realizadas por mulheres e, apesar de a maioria dos matriculados na Escola Normal Joaquim Murinho ser de Mato Grosso, havia alunos naturais de Alagoas, Ceará, Rio de Janeiro, Pará, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Nessa primeira fase, a Escola Normal Joaquim Murinho formou aproximadamente cinquenta e seis alunos, com idades entre onze e vinte anos. O número de desistência e/ou reprovação era considerável, o que em alguns casos pode estar associado ao matrimônio, tendo em vista que muitas jovens largavam o Curso ou a profissão quando se casavam.

Luísa Vidal Borges Daniel¹²⁹ foi aluna da primeira turma da Escola Normal Joaquim Murinho. Filha de pai músico, mudou-se de Corumbá com a família em 1920, quando o pai foi convidado a dirigir uma orquestra em Campo Grande. Luísa, ainda no curso primário do Grupo Escolar Joaquim Murinho, já tinha decidido seguir o magistério, mas sua decisão foi

Imagem 8. Movimento migratório na década de 1930



Fonte: www.mapasparacolorir.com.br.
Imagem adaptada pela autora da pesquisa.

¹²⁷ Rosa (1990).

¹²⁸ Governou Mato Grosso de junho de 1932 a outubro de 1934.

¹²⁹ Informações do livro de Rosa (1990).

também influenciada pelo convite que Múcio, então diretor da Escola Normal, fez aos alunos da sua classe para realizarem o Curso Complementar e depois ingressarem nessa instituição. Bastante jovem quando começou o curso de normalista (tinha apenas doze anos), gostava de trabalhar com crianças e considerava-se idealista, pois acreditava no ensino. Antes mesmo de receber o diploma, já lecionava como professora substituta no Grupo Escolar Joaquim Murtinho e, diferentemente de outros professores nomeados por apadrinhamento político, seu nome teria sido o mais votado para assumir o cargo. Já como professora, passava a metade do tempo com os alunos, metade cuidando da casa, da família.

Ayd Camargo César¹³⁰, natural de Campo Grande, também fez parte da primeira turma. Ingressou com doze anos na Escola Normal, lugar no qual o que mais gostava eram as festas com declamações e músicas. Embora tivesse professores a quem considerasse esforçados, considerava que o ensino na Escola Normal deixava a desejar, tanto pela carência de materiais quanto por alguns professores que exerciam seu cargo por influência política¹³¹. Diferente de Luísa, formou-se e passou a dar aulas particulares em casa, opção escolhida por não conseguir se infiltrar no “reduto privilegiado” de professoras cuiabanas “protegido pela política do norte” – expressões usadas pela própria Ayd - o que só foi acontecer em 1938 quando foi nomeada para o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, por ser “praticamente sobrinha do prefeito” – como ela mesma disse. Não se casou e dedicou a sua vida ao ensino. As horas vagas que tinha eram usadas para corrigir caderno de alunos. Além de professora foi, também, orientadora de ensino em Campo Grande e se aposentou nesses dois cargos.

Em entrevista concedida à Maria da Glória Sá Rosa (1990), Ayd contou que não teve problemas para exercer a profissão por ter parentes nos partidos políticos que se revezavam no poder. No tempo em que trabalhou como professora viu acontecerem várias mudanças: redações e questões subjetivas deixadas de lado e o raciocínio e criatividade das crianças serem limitados pelo ensino. Observou também mudanças no padrão de vida dos docentes. Antes, professoras andavam sempre bem vestidas, davam aula de vestido de seda e sapatos de salto. Depois, viu professoras dando aulas de chinelo de borracha.

¹³⁰ As informações sobre Ayd Camargo César foram extraídas de Rosa (1990) e Araújo (1997).

¹³¹ Um exemplo citado por Ayd seria o próprio professor de Didática, que era farmacêutico e que dizia não entender nada da matéria.

Figura 9. Corpo docente e discente da Escola Normal Joaquim Murтинho (década de 1930)



Fonte: arquivo nosso¹³².

À época em que a Escola Normal foi implantada, a educação ganhava relevância no cenário nacional. Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas assumiu a presidência, iniciando assim a chamada Era Vargas (1930-1945), período em que se formou um novo modelo de Estado: centralizado, autoritário, moderno e nacionalista. No cenário educacional, a política ia se configurando nos mesmos moldes do novo Governo, com o intuito de propagar valores ligados à pátria, religião, família e trabalho. A ideia de progresso estava intimamente ligada ao estabelecimento da ordem, disciplina e higiene, amor ao trabalho e obediência às leis, em concordância com os ideais do novo Estado. O rigor disciplinar era um aspecto característico da Escola Normal, cobrado tanto dos professores quanto dos alunos. Pelo Regulamento da Instrução Pública de Mato Grosso o desrespeito às regras por parte dos alunos tinha como consequência penalidades de suspensão de até oito dias. Como exemplos de advertências tem-se o desacato a professor e diretor e a falta de alunos escolhidos para assistir ao hasteamento da bandeira¹³³.

O civismo era incentivado tanto na formação de professores quanto no Ensino Primário. Festas cívicas, como os desfiles de 26 de agosto e 7 de setembro, são lembradas por ex-alunas da Escola Normal Joaquim Murтинho, sendo um dos únicos meios de aproximação entre escola e sociedade.

¹³² Imagem cedida por uma ex-professora da Escola Normal para o trabalho de monografia.

¹³³ Livro de Portaria da Escola Normal, de 1934 a 1945.

Figura 10. Desfile de alunas da Escola Normal Joaquim Murtinho



Fonte: arquivo nosso¹³⁴.

Com Vargas na presidência, Julio Strubling Muller¹³⁵ foi nomeado interventor de Mato Grosso e em seu governo houve grande expansão do Ensino Primário no estado. Para se ter ideia, somente com um decreto¹³⁶ publicado em 1941, Muller determinou a criação de 100 escolas, conhecidas como “as Presidente Vargas”¹³⁷. Foi em seu governo também que houve mudanças na formação de professores do Ensino Primário, o que foi considerado por muitos um erro lamentável do governo Julio Muller.

A formação que antes era realizada na Escola Normal, com duração de quatro anos, passou a ser feita em um ano de estudos especializados nos Liceus Cuiabano e Campograndense após o término do curso ginásial do Ensino Secundário de qualquer instituição. Essa mudança ocorreu inicialmente na Escola Normal de Cuiabá e entre os motivos¹³⁸ considerados pelo governador para essa reforma estavam a falta de possibilidade de alunos formados na Escola Normal darem continuidade nos estudos; a urgência na instalação do Curso Complementar em Cuiabá, destinado ao preparo de alunos para ingressar em cursos superiores; e a necessidade de criação de cursos profissionais como, por exemplo, o curso de guarda livros. Além disso, esse novo modelo de formação visava “dar aos professores primários uma ilustração maior e perfeita, exigindo dos mesmos, além do curso ginásial completo, mais dois anos de especialização”¹³⁹. Para Muller, o novo modelo de curso de formação de professores, que então seria “mais longo e profundo”, não levaria à escassez

¹³⁴ Imagem cedida por uma ex-professora da Escola Normal para o trabalho de monografia.

¹³⁵ Governou de 1937 a 1945.

¹³⁶ Decreto n. 53, de 18 de abril de 1941 (Cf. Marcílio, 1963).

¹³⁷ Marcílio (1963).

¹³⁸ Decreto n. 112, de 29 de dezembro de 1937.

¹³⁹ Relatório de 1939-1940, apresentado a Getúlio Vargas, presidente da República, pelo interventor do estado Julio. S. Muller.

de docentes já que considerava o número de normalistas suficiente para atender o Ensino Primário enquanto os novos profissionais não se formassem.

No período em que o curso de formação de professores se dava por meio de especialização, as escolas estavam em expansão no estado. O governador de Mato Grosso, Arnaldo Estevão de Figueiredo relatou, em mensagem¹⁴⁰ à Assembleia Legislativa, que de 1947 a 1950 no estado as Escolas Isoladas passaram de 236 para 705, o número de Grupos Escolares aumentou de 15 para 28 e as Escolas Reunidas, de 23 a 37. Como consequência, o número de professores das escolas estaduais passou de 479 a 1136.

Apesar do discurso de Julio Muller, o que se viu foi um crescente número de professores leigos nas escolas. Em uma mensagem apresentada em 1951 pelo então governador Fernando Corrêa da Costa à Assembleia Legislativa, este comentou que, com o fechamento das duas Escolas Normais do estado, a de Campo Grande e a de Cuiabá, o ensino primário ficou privado de normalistas, caindo o nível do ensino. O ensino elementar, na opinião do governador, foi entregue “a leigos desprovidos de conhecimentos imprescindíveis ao exercício do magistério e em muitos casos, semianalfabetos”¹⁴¹.

Em Campo Grande a mudança da modalidade de formação de professores para o Ensino Primário ocorreu com o Decreto n. 229, de 27 de dezembro de 1938. Como justificativa para a implantação, Julio Muller apontou a “eficiência do ensino” demonstrada pelo novo modelo de formação docente em Cuiabá. Além disso, essa proposta atenderia aos “altos interesses da administração” e estaria em conformidade com a “tendência moderna de unificação de todos os serviços de um mesmo ramo”¹⁴², o que viria a simplificar o serviço e melhorar os resultados na prática.

Apesar de propor um curso especializado de dois anos para quem quisesse ingressar no magistério, foi colocada em prática a especialização com duração de um ano somente. Esse curso, de acordo com o Decreto, deveria abranger as seguintes matérias: Didática; Prática de Ensino; História da Educação; Escrita escolar; Psicologia geral e educacional; Pedagogia; Biologia aplicada à Educação e Higiene da criança; Higiene escolar, domiciliar e rural; Trabalhos manuais. De modo geral, e com exceção da disciplina Escrita Escolar, esses temas faziam parte do currículo da Escola Normal. Sendo assim, o que aconteceu foi que as matérias voltadas à formação de professores passaram a ser vistas à parte, separadas das disciplinas comuns a outras modalidades de ensino.

¹⁴⁰ Mensagem, apresentada à Assembleia Legislativa por ocasião do início da Legislatura de 1950 pelo governador. Arnaldo Estevão de Figueiredo.

¹⁴¹ Mensagem, apresentada pelo Governador Fernando Corrêa da Costa à Assembleia Legislativa em 1951.

¹⁴² Decreto n. 229, de 27 de dezembro de 1938.

A Escola Normal Joaquim Murtinho teve sua última turma formada em 1940 e entrou em cena novamente com o Decreto n. 287, de 26 de março de 1947 e, efetivamente, em 1948. No período da nova implantação, já existia uma lei (reclamada por muitos educadores) que regulamentava o funcionamento dessa modalidade de formação docente no Brasil: a Lei Orgânica do Ensino Normal¹⁴³. Essa modalidade de ensino, com duração de três anos, teria como objetivo formar professores e habilitar administradores para o Ensino Primário e desenvolver e propagar “conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância”. Havia a opção de realização em dois anos de curso intensivo, opção adotada em Mato Grosso por adequar-se melhor aos interesses financeiros do estado¹⁴⁴.

Quanto ao ensino a ser ministrado nessa instituição, o Decreto-Lei n. 834 sugeria que os professores da Escola Normal Joaquim Murtinho deveriam, além de lecionar conteúdos mais teóricos desenvolvendo intelectualmente os futuros docentes, ensiná-los uma técnica profissional, estudando detalhadamente os programas do Ensino Primário, familiarizando-os com os métodos empregados no estudo das diversas disciplinas. As aulas de Metodologia compreenderiam a explicação dos programas do Ensino Primário e seus objetivos, articulação das matérias, indicação dos processos e formas de ensino e, se necessário, a revisão dos próprios conteúdos ministrados nas escolas primárias. Já a observação e participação efetiva em sala de aula, articulando teoria e técnica, caberiam às aulas de práticas de ensino¹⁴⁵. Especificamente sobre o ensino de matemática... a ausência.

É possível perceber pelos regulamentos¹⁴⁶ estaduais da Escola Normal que o rigor disciplinar, assim como na primeira fase, era bastante visado: os alunos deveriam comparecer trajados decentemente (o uso de uniforme era obrigatório), proceder sempre com civilidade, além de respeitar os regulamentos escolares e as recomendações do diretor, professor e demais funcionários da escola. Como exemplo de faltas disciplinares tinha-se: fazer palestras e reuniões nos corredores; levar para a escola livros ou materiais de qualquer natureza impróprios para a sua aprendizagem; provocar conscientemente o riso dos colegas; erguer-se propositalmente com ruído à entrada ou saída do professor ou de qualquer pessoa; bocejar, espreguiçar-se ou dar sinais de cansaço ou impaciência durante a aula¹⁴⁷.

¹⁴³ Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946.

¹⁴⁴ Decreto n. 410, de 18 de fevereiro de 1948.

¹⁴⁵ Decreto n. 287, de 26 de março de 1947.

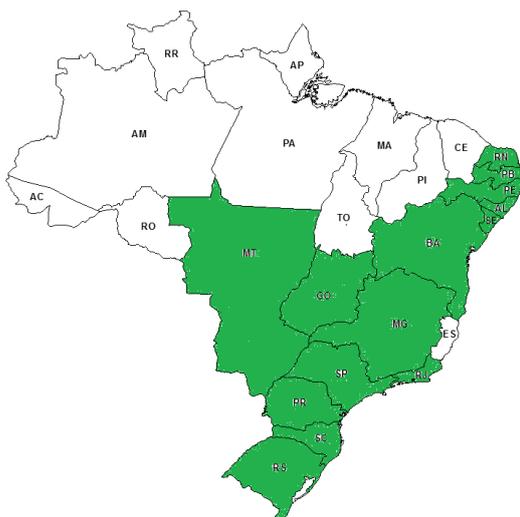
¹⁴⁶ Decretos n. 287, de 26 de março de 1947, e n. 590, de 31 de dezembro de 1948.

¹⁴⁷ Decreto n. 590, de 31 de dezembro de 1948.

Além das disciplinas, os alunos teriam no último ano aulas de Prática profissional, articulando conhecimentos técnicos de ensino e a prática de métodos e processos de ensino elementar. Estas articulariam aulas didáticas e modelos, que versariam sobre os programas do Ensino Primário, preparo de lições e lições práticas. Sobre o ensino de matemática... a ausência.

Os professores da Escola Normal Joaquim Murtinho poderiam ser efetivos ou nomeados. Como condições para concorrer a uma cadeira dessa instituição o candidato deveria apresentar idoneidade moral, ser maior de 21 e menor de 33 anos, ter quitação com o serviço militar, possuir o diploma do ensino secundário, título ou trabalho “julgados idôneos pela Congregação”¹⁴⁸ do Curso. As provas deveriam compreender uma tese escrita sobre a matéria compreendida no programa e uma prova prática sobre o assunto a ser sorteado. No dia da inscrição o candidato deveria apresentar trinta exemplares da sua tese, impressos datilografados ou mimeografados, bem como pelo menos cinco exemplares dos trabalhos anteriormente publicados. Já como professores da instituição, seria dever do corpo docente apresentar boa conduta e manter a disciplina e a ordem entre os alunos, sempre inspirados nos movimentos morais e cívicos quanto ao desempenho da profissão docente.

Imagem 11. Movimento migratório nas décadas de 1950 a 1970



Fonte: www.mapasparacolorir.com.br.
Imagem adaptada pela autora da pesquisa.

Os diplomas emitidos nesse segundo momento da instituição indicam que passaram pelo Curso Normal alunos naturais dos mais variados estados: Mato Grosso, São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Alagoas, Sergipe, Paraná e Paraíba.

A escolha pelo curso de formação de professores também era das mais diversas: desejo de ser professor, o status do Curso, possibilidade de emprego, falta de outra opção ou a porque os pais não deixavam as filhas seguirem outras profissões. Nessa

¹⁴⁸ Decreto n. 590, de 31 de dezembro de 1948.

época, as moças aprendiam a costurar, fazer crochê, bordar. Geralmente as moças terminavam o Ginásio e já se casavam porque eram preparadas para isso.

No quadro a seguir podemos perceber as disciplinas propostas pelo Decreto-Lei¹⁴⁹ n. 834, de 31 de janeiro de 1947, e as efetivamente estudadas.

Quadro 12. Disciplinas da Escola Normal Joaquim Murtinho

Disciplinas propostas		Disciplinas ministradas	
1º ano	2º ano	1º ano	2º ano
Português	Sociologia educacional	Português	Sociologia ¹⁵⁰
Matemática		Matemática	Português
Noções de Anatomia e Fisiologia Humanas	Puericultura e Educação Sanitária	Noções de Anatomia	Puericultura
Psicologia educacional	Psicologia educacional	Psicologia	Psicologia
Desenho e artes aplicadas	Desenho e artes aplicadas	Desenho e artes aplicadas	Desenho e artes aplicadas
Metodologia do Ensino Primário	Metodologia do Ensino Primário e Prática do Ensino	Metodologia	Metodologia ¹⁵¹
Música e Canto	Música e Canto	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico
Francês		Francês	Francês
Educação Física	Educação Física	Didática	Didática ¹⁵²
		Prática do ensino	Fundamentos Sociais da Educação
			Inglês
			Prática do Ensino ¹⁵³

Fonte: elaborado pela autora.

Maria da Glória Leite Dubian¹⁵⁴ estudou na Escola Normal Joaquim Murtinho de 1954 a 1955, quando o Curso tinha dois anos de duração. Nascida em 16 de janeiro de 1931, optou por estudar nessa instituição por ser mais fácil, para ter uma profissão – expressão por ela utilizada.

Ela se lembra com carinho dos bailes de formatura, dos bailes que ocorriam aos sábados à noite e da ótima relação que tinha com seus colegas de sala e com os professores. Na Escola “asseada e limpa” estudou Metodologia, um pouco de Inglês, Português, Matemática, mas não se recorda de ter estudado Francês. Gostava de todas as matérias e professores, embora tivesse dificuldades em matemática. Achava difícil aprender essa disciplina ficando, inclusive, de exame de segunda época. Em relação aos conteúdos

¹⁴⁹ Decreto estadual.

¹⁵⁰ Em 1953.

¹⁵¹ De 1954 a 1956.

¹⁵² Em 1955.

¹⁵³ De 1953 a 1956.

¹⁵⁴ (REIS, 2011).

matemáticos estudados, lembra que na Escola Normal fazia exercícios de adição, subtração, sobre o Teorema de Pitágoras e resolvia problemas.

Por ter outra profissão durante o dia – ela trabalhava em um escritório -, exerceu o magistério no período noturno e, portanto, para adultos. Apesar da dificuldade em matemática durante o Curso, Maria da Glória não teve problemas ao ministrar essa disciplina. Para ela, a pessoa que não soubesse as quatro operações nunca conseguiria dar aula.

Maria da Glória ingressou no Curso Normal em um momento em que o número de alunas que ingressavam na instituição preocupava o então governador Fernando Corrêa da Costa. O magistério não estava mais atraindo as jovens que cada vez mais buscavam outros campos de atividades. Associados a isso estavam a desvalorização salarial e o desinteresse por exercer a profissão no meio rural, “ao qual só se ajustam os portadores de real dedicação”. Para Fernando Corrêa, essa situação só fazia surgir mais um problema que o estado deveria resolver urgentemente, tendo em vista que “na escola primária está a semente da preparação cultural do povo”¹⁵⁵.

Essa preocupação já vinha desde o fechamento da Escola Normal no estado. Era grande o número de professores leigos exercendo a profissão e havia pouca procura de jovens pelas Escolas Normais quando comparada a outros estabelecimentos de ensino, o que, na opinião de Fernando Corrêa da Costa, estava levando o ensino a “uma perigosa involução, um ressaltante retrocesso”¹⁵⁶. A falta de professores se agravava ainda mais nas unidades rurais, onde as condições de trabalho eram inferiores às encontradas na cidade.

Imagem 12. Formatura de alunos da Escola Normal



Fonte: arquivo nosso.

¹⁵⁵Mensagem apresentada pelo governador Fernando Corrêa da Costa à Assembleia Legislativa em 1954.

¹⁵⁶Mensagem, apresentada pelo governador Fernando Corrêa da Costa à Assembleia Legislativa em 1952.

Em 1951 havia em todo o estado 716 escolas de Ensino Primário. Dessas, 103 estavam localizadas em Campo Grande, com 223 professores para 8981 alunos matriculados¹⁵⁷.

Na tentativa de amenizar a situação de professores leigos, em relação a conhecimentos pedagógicos, e atualizar os demais diplomados foram instituídos, em 1951, cursos de férias em Cuiabá, Campo Grande e Dourados, em julho. Já nas férias do final do ano, os cursos se estenderam, além das cidades já mencionadas, para Corumbá, Cáceres, Três Lagoas, Aquidauana, Ponta Porã, Amambaí, Coxim, Guiratinga, Poxoreu, Poconé e Rosário do Oeste, com a frequência de 300 professores nesses últimos cursos onde, segundo Fernando Corrêa da Costa, foram discutidas formas de ensinar Português, Aritmética, Geografia, História, Higiene.

Três anos após essa medida emergencial, a situação ainda era preocupante. O governador informou em 1954 à Assembleia Legislativa que, dos 1261 professores que integravam o quadro do estado, apenas 300 tinham o diploma de normalista. Para tentar amenizar essa situação, Fernando Corrêa informou que estava estudando a reforma do Regulamento do Ensino Primário, que previa a obrigatoriedade do ingresso na carreira docente pelas escolas rurais, podendo ir para as escolas urbanas somente por promoção. No ato da posse defendeu também que o salário de normalista deveria ser compatível com a “aspereza do cargo” e com a “sua dignidade no meio social de que é um dos seus construtores”.

Cândida dos Santos¹⁵⁸, nascida em 11 de março de 1935, estudou na Escola Normal Joaquim Murtinho de 1955 a 1956 e, assim como Maria da Glória, não escolheu a profissão docente porque gostava. Ela, na verdade, queria ser médica, mas para fazer o curso de Medicina teria que ir para outro estado e, como não tinha boas condições financeiras, optou por estudar em Campo Grande mesmo. As opções de Ensino Secundário ofertadas na cidade quando terminou o Ginásio eram os Cursos Científico, de Contabilidade (curso particular) e Curso Normal. Desses, preferiu a Escola Normal Joaquim Murtinho.

Cândida se lembra do respeito que os alunos tinham com os professores e das disciplinas estudadas no Curso. A relação entre eles era, segundo ela, completamente diferente da que se vê atualmente. A maioria de seus professores era de Campo Grande e tinha formação em nível Secundário. As disciplinas estudadas eram Português, Inglês, Francês, Psicologia, Matemática, Puericultura, Desenho, Educação Moral e Cívica, e Prática de

¹⁵⁷Mensagem, apresentada pelo governador Fernando Corrêa da Costa à Assembleia Legislativa em 1953.

¹⁵⁸(REIS, 2011).

Ensino. Gostava das matérias nas quais tirava as melhores notas como, por exemplo, Francês, Desenho, Prática de Ensino e Psicologia. Metodologia era a que menos gostava, pois tirava nota baixa e a professora cobrava muito da sua turma. Foi nessa disciplina que Cândida aprendeu que o professor tem que ser o espelho para o aluno.

Nas aulas de Didática construía materiais de História, Geografia e Matemática para os alunos, porém não se recorda do que era produzido como recurso para o ensino de Matemática, assim como não lembra os conteúdos dessa disciplina trabalhados na Escola Normal.

Apesar de não tirar as melhores notas, Cândida não teve dificuldades nas aulas de Matemática. Os alunos entendiam o que o professor explicava e, como na época não tinha material, as aulas eram ministradas oralmente e no quadro negro. Da mesma forma, também não teve problemas ao lecionar matemática no Ensino Primário, pois o esforço e a vontade de trabalhar eram tão grandes que fazia o maior esforço possível para ensinar seus alunos. Já como professora, quando ia dar aulas de Matemática dividia o quadro em três, quatro partes e chamava as crianças que tinham dificuldades para resolver exercícios no quadro. Cada um resolvia até entender as quatro operações e, a partir de então, aumentava o grau de dificuldade dos exercícios. Para ensinar frações levava cartolinas inteiras e em pedaços para explicar o conceito ou recorria a alimentos como maçãs.

As dificuldades por ela enfrentadas enquanto professora estavam associadas ao tempo para planejar suas aulas. Como dava aula nos três períodos do dia e de matérias diferentes, era preciso fazer os planejamentos nos momentos em que ficava em casa.

Raimunda Luzia de Brito, nascida em 27 de janeiro de 1939, era da mesma turma de Cândida e, diferentemente dela e da Maria da Glória, já queria ser professora antes mesmo de conhecer a Escola Normal Joaquim Murtinho, embora não tivesse conhecimento dos cursos existentes após o Ensino Primário. Quando terminou o ensino elementar seu pai lhe disse que para mulher um curso de costura já bastava - discurso diferente do usado para o irmão de Raimunda, a quem dizia vender a roupa do corpo, se necessário, para pagar os estudos. Foi abordando uma moça que passava com livros em frente à sua casa para perguntar sobre como dar continuidade nos estudos que teve conhecimento sobre Ginásio e exame de admissão, coisas das quais nunca tinha ouvido falar, falta de informação associada por Raimunda às condições de sua família: carente de dinheiro e de conhecimento.

A escolha pela Escola Normal Joaquim Murtinho deu-se por esta ser a única pública de formação de professores em Campo Grande. Sua turma era composta por alunos de classe média e havia na sala quatro negras, entre elas Raimunda e Cândida. Estas formavam o seu

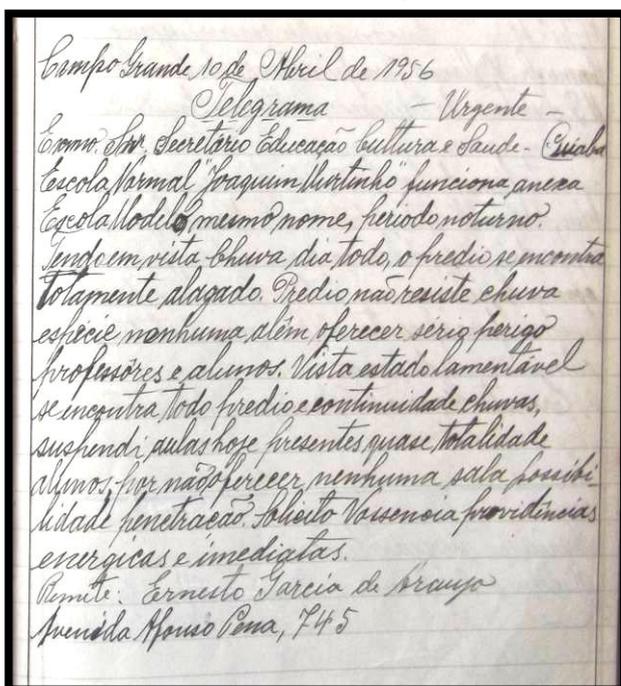
grupo. Durante a entrevista Raimunda se lembrou das dificuldades financeiras enfrentadas por sua família e do quanto sofreu por preconceito racial. Ela dizia ser perseguida por alguns professores devido à sua cor, chegando ao ponto de um lhe dizer que negro não deveria estar na escola e que não sabia por que a senzala havia acabado. Apesar dessa situação, fez boas amizades dentro do Curso, tanto com alunos quanto com professores.

Em relação à instituição, lembra-se do ambiente familiar. As aulas ocorriam no período noturno e havia nas salas carteiras grandes, para quatro pessoas. O prédio onde funcionava a Escola Normal Joaquim Murtinho não estava em boas condições. Devido à fraca energia, gerada pelo motor localizado na Rua 26 de Agosto, os alunos da turma da Raimunda

tinham que levar velas para conseguir estudar. No final da aula, alguns esperavam seus pais na porta da escola, outros precisavam sair às pressas para conseguir pegar o último ônibus da noite.

A maior lembrança que Raimunda tem da Escola Normal é o diploma imenso, fez inclusive campanhas para que os diplomas na época fossem reduzidos porque ficava caro para tirar fotocópia. Lembra também que as aulas de Psicologia do Curso ajudaram-na muito. Diferentemente, avalia que se formou com deficiência em Matemática, chegando à conclusão de que não tinha aprendido técnicas para ensinar e fazer com que seus alunos gostassem da disciplina. Para ela os

Imagem 13. Telegrama enviado à Cuiabá pelo então diretor da Escola Normal Joaquim Murtinho, Ernesto Garcia de Araújo



Fonte: Livro Registro das Correspondências expedidas. 1954 a 1958.

professores ensinavam conteúdos que ela nunca iria ensinar em sala de aula e, disse, inclusive, uma vez a uma professora sua de Matemática da Escola Normal que deveriam ser ensinados aos alunos os conteúdos do programa da Escola Primária: frações; decimais e ordinárias; um pouco de álgebra que se ocupa no dia-a-dia; aritmética; regra de três. Raimunda não aprendeu esses conteúdos e isso fez muita falta já que tinha que ensinar e não sabia. Como ainda não eram adotados livros no Ensino Primário, os professores passavam a matéria na lousa. Ela mesma comprava (quando ia de férias para Bauru/SP) livros e trazia para Campo Grande. Por causa da dificuldade em Matemática, por não tê-la aprendido o suficiente, tinha vários dessa

disciplina para estudar ao menos para conseguir dar aulas “decentes” – expressão por ela utilizada - no Ensino Primário.

No tempo em que lecionava, Raimunda gostava dos desfiles de 26 de agosto, 7 de setembro e de sair com os alunos. Na hora do intervalo dificilmente ficava na sala de aula com outros professores. Gostava de ficar com os alunos, ensinava e cantava o hino com eles, ensinava poesia, preparava festas de aniversário. Ela lembra que o salário dos professores era baixo, inclusive seu irmão ria porque ele, mesmo sendo caminhoneiro, ganhava mais. Em resposta Raimunda brincava dizendo que ao menos no trabalho dela tinha carpete e, diferente da profissão dele, não corria risco de vida. Apesar do pouco salário, os professores não faziam greve. Isso, na opinião de Raimunda, não quer dizer que eles não reivindicassem seus direitos, mas que não passava pela cabeça dos professores deixarem de dar aula por estarem chateados com o salário, por não saber como ficariam os alunos. Colocavam o interesse do aluno em primeiro lugar, o do professor vinha depois.

As reivindicações ocorriam também por meio de jornais como, por exemplo, a matéria publicada em 07 de maio de 1955 no jornal Correio do Estado:

Reajustamento do Magistério

Apesar do indiferentismo da era material que atravessamos, há uma classe cujo espírito de renúncia, a torna digna de veneração e honras, conferidas áqueles que fazem de sua vida um verdadeiro sacerdócio – O PROFESSORADO – .

Não consigo atinar as razões da incúria de nossos legisladores no que concerne aos investimentos destinados a galardoar esse núcleo de servidores cujos préstimos, sem desmerecimento aos demais, são essenciais ao desenvolvimento do Estado e do País. Dos mestres-escola aos catedráticos um rosário de espinhos e responsabilidades desfia-se quotidianamente, no preparo moral e intelectual de homens à quem serão entregues os destinos da Pátria.

Suas as vitórias dos discípulos, seus os insucessos. Quem de vós, caro leitor, poderá negar aquela rutilante lágrima, incontida, deslizando silenciosa pelas aveludadas faces da jovem mestra-escola, cujo desespero, ao ver seus esforços neutralizados pela incompetência do aluno, assim se exteriorizava.

Quem de vós poderá nentão (sic), após as devidas recagar (sic) aquele gesto inconfundível do professor, que desanimado e revoltado pela indiferença da classe, pousa entre as mãos a cabeça, prematuramente pontilhada de prateados fios, exteriorizando nesse

involuntário gesto, a dor deprimente que o esmaga, ante os rapazes que não o compreendem.

Desconhecerão nossos deputados os sacrifícios do magistério? experimentem, pitulações, ministrar aulas a um pequeno curso vestibular. Aceitem uma vintena de crianças para o admissão ao ginásio e entreguem-se à tarefa de prepará-las nos dois meses de férias escolares. - Por experiência própria posso afirmar que é muito mais fácil preparar um bugre para vencer um pleito a senador, do que uma quartanista primário, para vencer galhardamente os exames de admissão, ao ginásio – Experimentem, repito, e hão de vêr que qualquer professor primário está apto a ser um bom deputado, porém não será qualquer deputado que está apto a ser um bom professor primário.

[...]

As necessidades hodiernas não admitem que alguém viva descontentemente como o exige a profissão de um professor, com um ordenado inferior a QUATRO MIL CRUZEIROS mensais, entretanto, quantos deles exercem sua profissão com ordenados muito inferiores ao salário mínimo, e ainda há quem tenha coragem de CLAMAR pela deficiência do ensino pensando que os mestres sejam responsáveis quando, em verdade, apesar dos pesares, ainda são elês (sic) que tentam suprir as falhas com seus esforços pessoais; ainda são êles os que fazem de sua profissão um SACERDÓCIO.

Fonte: Jornal Correio do Estado. 07/05/1955.

Imagem 18. Capa da Revista
Folha da Serra



Fonte: Arquivo Público de
Campo Grande/MS (ARCA).
26/08/1936.

Além da desvalorização salarial, expressões como “ser professor é doar-se” e “o professor é abnegado” são comuns nas falas das entrevistas. Raimunda aprendeu, por exemplo, que professor é a profissão mais nobre perante Deus, a mais amada por ele e, independente do salário, para ela valeu ser professora.

Esse discurso acerca da profissão era compartilhado também por meio de jornais e revistas. Uma matéria publicada em 1937 pela revista Folha da Serra, veiculada em Mato Grosso, dizia que o magistério era exercido com boa vontade e com “espírito de sacrifício”. Outra matéria da mesma revista, publicada em 1940, traz o papel da professora do Ensino Primário de fundamental importância por desempenhar “um papel de formação e moldagem espiritual que bem poucas

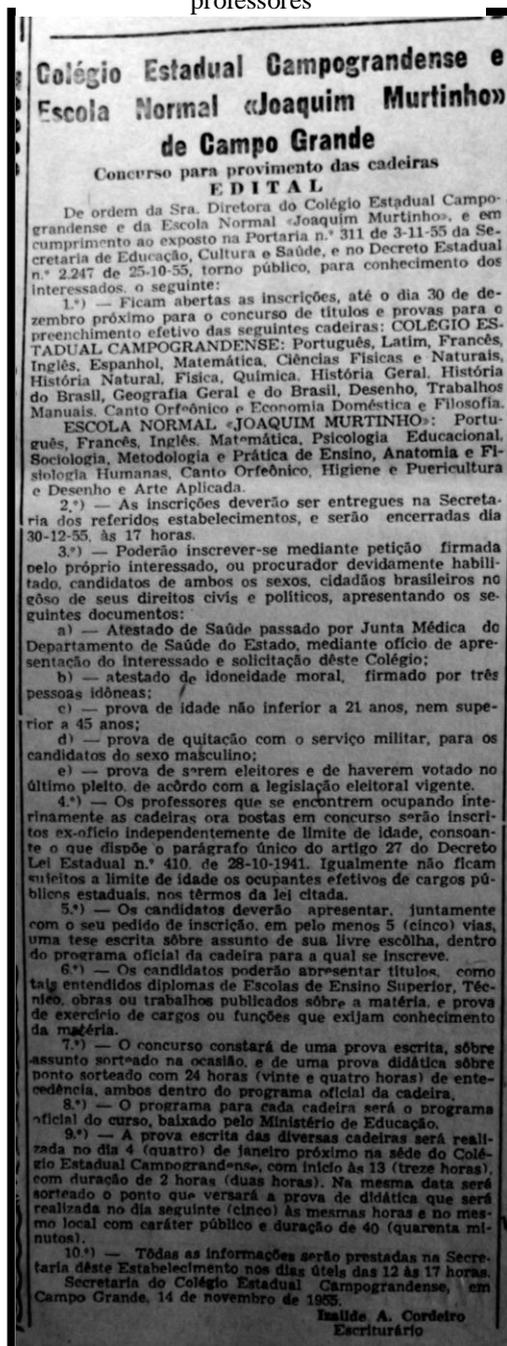
peças exercerão no decorrer de toda a vida” e, por isso, seria um grande dever enobrecer essa profissão “por si só tão honrosa e humanitária”.

Essas expressões são comuns nessas épocas. Luzia Aparecida de Souza nos informa por meio de sua tese de doutorado, por exemplo, que a Revista do Ensino, editada no Rio Grande do Sul, começa a divulgar em 1951 um discurso em relação à mulher professora, fortalecendo a ideia de magistério “enquanto vocação de pessoas responsáveis por salvar almas em nome de Deus e formar cidadãos em nome da Pátria”¹⁵⁹. Às professoras caberia, entre outras coisas, “abdicar de condições e práticas da vida pessoal, propagar verdades relacionadas à moral e aos bons costumes”¹⁶⁰. Dessa forma, esses discursos acerca da vocação iam moldando o magistério como um ofício de sacerdócio e não como profissão.

Além desses discursos, outro possível motivo para a não realização de greves no estado reivindicando a valorização salarial pode estar ligado à instabilidade política que colocava à prova os cargos das professoras. Os partidos UDN e PTB/PSD se revezavam no poder e, quando um assumia, os funcionários nomeados pelo partido anterior eram demitidos. Dessa forma, Raimunda comenta que quando o partido contrário ganhava as eleições os professores já levavam suas coisas da escola no final do ano porque sabiam que seriam exonerados no primeiro dia de aula.

Assim, o concurso para professor do Ensino Primário deu segurança aos professores para permanecerem em seus empregos. O primeiro foi realizado no governo de Fernando Corrêa da Costa,

Imagem 19. Edital do concurso para professores



Fonte: Jornal Correio do Estado.
17/11/1955.

¹⁵⁹ (Souza, 2011, p. 34).

¹⁶⁰ (Souza, 2011, p. 35).

pois este achou um absurdo todo o pessoal que havia sido nomeado e que tinha trabalhado por cinco anos com ele ser demitido. Sendo assim, no último ano de governo, antes de começar o período eleitoral, realizou o concurso. Como o diploma de normalista valia cinco pontos, todos que tivessem concluído o Curso Normal já estavam aprovados no concurso porque cinco era a nota mínima para passar¹⁶¹.

Sobre o concurso, Maria Constança de Barros Machado¹⁶² comenta que foi realizado para preencher as cadeiras existentes no Colégio Estadual e na Escola Normal Joaquim Murtinho. O edital foi publicado no jornal Correio do Estado em 17 de novembro de 1955 e esse concurso passou a ser visto como um acontecimento. A partir de então, os professores passavam noites em claro estudando para se garantir profissionalmente.

O que parecia ser a consolidação de uma política educacional não durou muito. Uma das primeiras providências tomadas pelo governador João Ponce de Arruda (PSD), empossado em 01 de fevereiro de 1956, foi a anulação do concurso. Maria Constança lembra que nesse período ocorreram diversas represálias a professores que não estavam vinculados ao partido da situação. Os professores não se conformaram com a anulação do concurso e, com o apoio do advogado Lenine Póvoas, entraram com um mandado de segurança contra o governo. Perderam a causa em Cuiabá porque “o tribunal obedecia às ordens do Governo Estadual”, mas ganharam a causa no Supremo Tribunal Federal, recuperando seus direitos¹⁶³.

A manipulação política e a decorrente insegurança na carreira são traços de um processo contínuo de desvalorização do profissional docente. O concurso, nesse sentido, deu segurança aos professores para permanecerem em seus empregos. Além da insegurança dos professores da Escola Normal Joaquim Murtinho quanto ao emprego, havia também a falta de orientação estadual para o ensino nessa instituição. Cada estado deveria organizar seu regulamento do Ensino Normal, já que a Lei Orgânica previa uma organização mínima para essa modalidade de ensino.

Essas alunas ingressaram na Escola Normal em uma década em que, na opinião do governador Fernando Corrêa da Costa, o ensino, nos seus mais diversos graus, precisava de imediata reestruturação devido à sua “decadência” e “especialmente pela ausência de diretrizes pedagógicas”¹⁶⁴. Ainda segundo o governador, o corpo de professores deixava muito a desejar “pela deficiência que apresenta na sua preparação pedagógica e mesmo intelectual”. Fernando Corrêa da Costa atribuía ainda essa “decadência do ensino” à

¹⁶¹ Depoimento de Raimunda.

¹⁶² Essas informações foram extraídas do livro de Rosa (1990).

¹⁶³ (Rosa, 1990).

¹⁶⁴ Mensagem, apresentada pelo governador Fernando Corrêa da Costa à Assembleia Legislativa em 1951.

efetividade de professores interinos sem realização de concurso, condição necessária para professores efetivos segundo ele.

Imagem 20. Correspondência expedida para Cuiabá pelo então diretor da Escola Normal Joaquim Murinho, Ernesto Garcia de Araújo

18

Campo Grande 30 de Julho de 1956
 Nº 14
 Sr. D. Manoel Bonifácio Nunes da Cunha
 D. Secretário de Educação Cultura e Saúde - Cuiabá - MT
 Senhor Secretário.

Desde 1948, vem funcionando em varias cidades do Estado, Escolas Normais, em caráter de curso intensivo de dois anos e até esta data, não existem programas do ensino Normal do Estado, que de acordo com o artigo nº 5, do decreto nº 570, de 31-12-1948, o professor é que deve organizar os aludidos programas, de ensino, não dando, assim, uma orientação lógica e equitativa para as nossas professoras, que estão sempre à mercê de programas mal orientados, além de serem os mais diversos possíveis. Confiante de que V. Exa. designará uma Comissão sã e entendida para elaborar os necessários programas para uniformização das nossas Escolas Normais do Estado, valho-me do meio para reiterar-lhe a minha admiração.

Atenciosamente
 Ernesto Garcia de Araújo - Diretor

Fonte: Livro Registro das Correspondências Expedidas. 1954 a 1958.

À medida que o tempo ia passando, o número de alunos aumentava no estado, consequência do rápido aumento da população devido às várias frentes de colonização, tanto no sul quanto no norte de Mato Grosso. No governo de João Ponce de Arruda foram criadas, de 1956 até 1960, duas Escolas-Modelo, 15 Grupos Escolares, 30 Escolas Reunidas, sete Cursos de Admissão e 722 Escolas Rurais mistas¹⁶⁵. Além disso, em cumprimento à Lei n. 1.223, de julho de 1959, foi realizado o concurso de provas e títulos para os professores leigos e normalistas. No concurso de títulos se inscreveram 352 normalistas, das quais 291 já

¹⁶⁵Mensagem apresentada pelo governador João Ponce de Arruda à Assembleia Legislativa em 1960.

exerciam a profissão em escolas mantidas pelo estado. Já no concurso de provas inscreveram-se 2100 candidatos, dos quais 1264 compareceram no dia da prova e 1158 foram aprovados.

Ainda no ano de 1959 o Curso Normal passou a ter três anos de duração¹⁶⁶, medida tomada para “preparar melhor” os novos professores primários e enquadrar esses profissionais “na Lei federal n. 1.821, de 18 de março de 1953, conhecida como lei de equivalência de cursos”¹⁶⁷. Essa lei garantia, entre outras coisas, aos alunos formados em cursos técnicos nos ramos industrial, comercial e agrícola o direito à matrícula em qualquer curso superior desde que fossem aprovados nos exames vestibulares e cumprissem as exigências de cada caso. As disciplinas nesse “novo” modelo ficaram assim distribuídas:

Quadro 13. Disciplinas da Escola Normal Joaquim Murinho

1º ano	2º ano	3º ano
Desenho	Desenho	Desenho
Matemática	Matemática	Matemática
Física e Química ¹⁶⁸	Sociologia	Sociologia ¹⁶⁹
Português	Português	Português
Canto ¹⁷⁰	Canto ¹⁷¹	Canto ¹⁷²
Metodologia ¹⁷³	Metodologia	Metodologia
Anatomia e Fisiologia ¹⁷⁴	Psicologia e Pedagogia ¹⁷⁵	Psicologia
Educação Física ¹⁷⁶	Educação Física ¹⁷⁷	Puericultura ¹⁷⁸
Educação Física Prática ¹⁷⁹	Prática de Ensino ¹⁸⁰	Prática de Ensino ¹⁸¹
História ¹⁸²	História ¹⁸³	Filosofia
Geografia ¹⁸⁴	Geografia ¹⁸⁵	Educação Física ¹⁸⁶
Francês ¹⁸⁷		Inglês ¹⁸⁸
Ciências Físicas ¹⁸⁹		Educação Artística ¹⁹⁰

¹⁶⁶ Decreto n. 555, de 31 de outubro de 1958.

¹⁶⁷ Mensagem apresentada pelo governador João Ponce de Arruda em 1960.

¹⁶⁸ Em 1964.

¹⁶⁹ De 1964 a 1968.

¹⁷⁰ Em 1964 e 1968.

¹⁷¹ Em 1964 e 1967.

¹⁷² Em 1964 e de 1966 a 1968.

¹⁷³ Em 1964 e 1968.

¹⁷⁴ Em 1965 e 1965.

¹⁷⁵ Em 1964.

¹⁷⁶ De 1964 a 1967.

¹⁷⁷ De 1965 a 1968.

¹⁷⁸ Em 1964.

¹⁷⁹ 1966.

¹⁸⁰ De 1964 a 1966.

¹⁸¹ De 1964 a 1966.

¹⁸² De 1965 a 1968.

¹⁸³ De 1965 a 1968.

¹⁸⁴ De 1965 a 1968.

¹⁸⁵ De 1965 a 1968.

¹⁸⁶ De 1965 a 1968.

¹⁸⁷ De 1965 a 1968.

¹⁸⁸ De 1965 a 1968.

Fonte: Livros Ponto de 1963 a 1968.

Vera Edwiges Teixeira de Barros Jafar, natural de Rio Claro, nasceu em 13 de janeiro de 1944, e estudou na Escola Normal Joaquim Murтинho de 1959 a 1961, quando foi implementado o Curso de três anos. A escolha pelo Curso Normal deu-se porque as matérias do Científico não lhe interessavam. Depois de formada, lecionou no Ensino Primário por quatro anos, após esse período se casou e não exerceu mais a profissão. Sua intenção era cursar Direito, mas como na época não havia essa opção em Campo Grande, sua formação terminou com a Escola Normal.

Vera lembra que a arquitetura do prédio onde a Escola Normal Joaquim Murтинho funcionava era linda, as janelas e portas enormes, mas quando estudou lá ele já estava velho e o banheiro horroroso. O pátio, de terra, servia para as brincadeiras dos alunos que se sujavam com a poeira vermelha. O ambiente da Escola Normal era agradável, amigável. Lá as alunas faziam competição para ver quem tirava as melhores notas, quem tinha o uniforme mais limpo.

Ela lembra que na época em que estudava as pessoas falavam muito do curso de Educação do Rio de Janeiro e lembra também que o Curso Normal era muito bom e os professores escolhidos a dedo, sempre exigiam dos alunos. Esses geralmente eram formados em outras áreas: um médico militar dava aulas de Física e Química e outro lecionava Anatomia; o professor de Português era dentista e o de Filosofia e Sociologia, advogado. A professora de Matemática era Quintina Bueno de Oliveira, com quem Vera diz ter aprendido muito matemática, embora não se lembre dos conteúdos estudados.

As alunas eram preparadas para alfabetizar as crianças, ensiná-las a ler, escrever, fazer redação e resolver problemas. Vera sentiu que saiu da Escola Normal preparada para dar aula, não teve problemas ao ensinar. Sobre o que era discutido em relação à forma de ensinar os alunos, Vera comenta que as aulas não eram sobre conteúdos específicos e sim gerais. A professora Maria Garcia, de Metodologia, por exemplo, dizia na sala *"vamos ensinar hoje sobre o descobrimento do Brasil. Vocês vão aprender... Têm que fazer motivação, tem que passar o conteúdo, depois fazer as perguntas..."*.

Os alunos da turma de Vera aprendiam que era importante ensinar no Primário a alfabetização, nas séries iniciais as crianças tinham que aprender a ler e escrever direito e

¹⁸⁹ De 1966 a 1968.

¹⁹⁰ Em 1965.

¹⁹¹ De 1965 a 1968.

também aprender as primeiras operações e o básico de história do Brasil, de Ciências e Geografia. Vera conta que, diferentemente dos dias atuais, um aluno do segundo ano Primário já era alfabetizado e os alunos decoravam a tabuada, a classe inteira cantava e decorava.

O que mais Vera se lembra de quando lecionava matemática era que os professores ensinavam problemas para os alunos, envolvendo contas de adição e subtração: *“Você vai à feira com quinhentos reais, gastou tanto de fruta, tanto de verdura. Quanto sobrou?”*. O professor tinha que explicar o que o problema estava pedindo. *“Você gastou tanto. Então, se você gastou tanto de fruta e tanto de verdura, qual é o total disso? Você tinha quinhentos, então vamos diminuir para saber o resultado”*. Vera comenta que assim os alunos aprendiam e entendiam o que estava sendo perguntado, não tinham dificuldades.

Já como professora, deu aula no Grupo Escolar Joaquim Murтинho onde, às vezes, chegava a ter em média setenta alunos por sala. Assim como muitas alunas da Escola, Vera trabalhava do período diurno e estudava à noite e, após quatro anos formada, casou-se e parou de exercer a profissão.

Marina Lúcia de Andrade Monteiro, nascida em 07 de maio de 1947, foi outra aluna da Escola Normal Joaquim Murтинho. Ela viu no Ensino Normal uma possibilidade de ter uma profissão, sua preocupação era em ter como se sustentar até porque via que uma das poucas opções para mulheres, caso o esposo falecesse, seria lavar roupa para fora. Em relação à profissão, via poucas opções: ou no comércio como balconista, ou como professora. Como a profissão docente era mais atrativa que a de balconista em termos de salário e condições de trabalho, já que trabalhava vinte horas e ainda tinha férias duas vezes por ano, decidiu pelo Curso Normal. As duas opções na cidade eram as Escolas Normais Joaquim Murтинho e Nossa Senhora Auxiliadora e, por ser o ensino na segunda instituição mais rígido e a mensalidade cara, foi estudar na primeira. Além disso, como a Escola Normal Joaquim Murтинho funcionava no período noturno, viu nessa escolha uma alternativa para trabalhar durante o dia.

Marina lembra que a relação dos professores era muito boa, o ambiente na instituição era agradável. Os alunos na Escola Normal também usavam uniformes: saia azul marinho com pregas, blusa branca de manga comprida, gravata borboleta, sapato preto com meia branca. Respeitavam muito os professores que eram exigentes. Lembra que consideravam os professores como deuses porque gostavam deles, os tinham como modelo, admiravam por se vestirem tão bem. A professora Nair Coimbra, por exemplo, andava sempre de salto alto, unha feita, bonita e cheirosa. As professoras eram muito bem vestidas, cabelos arrumados e bem casadas.

Assim como Vera, ela se lembra das competições que os alunos faziam para ver quem tirava a melhor nota e do uniforme que utilizava. Para ela a vantagem do uso de uniforme era que deixava todos iguais, ninguém sabia quem era quem ali, o importante era a pessoa na sala de aula, como ser humano. Apesar da competição as alunas se ajudavam, formavam grupos de estudo.

Em sua turma a maioria era mulher: filhas de militares, de fazendeiros, comerciantes. Na opinião de Marina, as moças que estudavam na Escola Normal eram, na maioria dos casos, filhas de pessoas politizadas que tinham estudos e, por isso, indicavam e aceitavam que a filha fosse estudar fora.

Começou a lecionar antes mesmo de terminar o Curso Normal. Achava uma delícia exercer a profissão, consideravam os alunos uns amores. Achava bom o salário de professor que recebia da prefeitura porque morava com os pais e não precisava ajudar em casa, caso contrário, o dinheiro não seria suficiente. Para Marina, o salário só melhorou com o Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação (ACP) que lutava pelos direitos dos professores fazendo inclusive greves. Os professores eram selecionados, pois na época não havia concurso, então você passava por uma entrevista e, de acordo com a entrevista, você ia para a sala de aula. A diretora ficava te observando e, se não gostasse, te colocava à disposição.

Marina lembra que o professor tinha que se dar ao respeito, dentro e fora da escola. Se desse um “cheque sem fundo” e passasse no concurso não seria admitido. Ela viu o ensino piorar com o concurso, já que não eram realizadas provas práticas. Na entrevista, a pessoa observava a postura, dicção, maneira de se vestir e proceder. Já o concurso não via isso.

Assim como outros alunos, Marina tinha dificuldade em Matemática, mas todos faziam silêncio quando o professor explicava porque era uma exigência da professora. Apesar de estudar muito, ela não considera ter sido boa aluna e, para amenizar as dificuldades com a disciplina, chegava em casa e estudava com auxílio de livros. Marina fazia grupos de estudo com os colegas de sala para estudar para as provas. Ela lembra que nas avaliações de Matemática geralmente caía o que a professora explicava durante as aulas com algumas modificações apenas e, apesar de recordar pouco dos conteúdos trabalhados, Marina se lembra de ter estudado regra de três, máximo divisor comum, números pares e primos, divisibilidades, geometria e fração. Quando estudavam frações os alunos da Escola Normal faziam desenhos como, por exemplo, de uma barra de chocolate. Na prova também, a professora pedia para os alunos fazerem o desenho e colocar a fração correspondente.

Apesar de não lembrar os conteúdos estudados, Marina comenta que a matemática estudada na Escola Normal era aquela trabalhada no Ensino Primário, ou seja, os quatro anos do Primário eram estudados durante os três anos do Curso Normal. O que era ensinado nas aulas de Matemática da professora Quintina era conteúdo matemático mesmo, como resolvê-los e não métodos para o ensino. A forma de ensinar era estudada nas aulas de Metodologia, mas Marina também não lembra quais metodologias eram discutidas na época, no entanto, recorda que nessa disciplina eram estudadas maneiras de ensinar de forma geral, sem aprofundar conteúdos específicos.

Mesmo com os esquecimentos, de uma coisa Marina se recorda e essa é uma marca forte da sua fala: o professor tem que ter bom comportamento, postura, domínio do conteúdo e, ao mesmo tempo, tem que conquistar o aluno, fazer com que o aluno goste da disciplina. Aprendeu que se o professor não souber administrar o conteúdo na sala de aula, os alunos reprovam. O professor também não pode “jogar” o conteúdo para os alunos, ele tem que saber caminhar junto respeitando o momento deles, ver a dificuldade e ir até a carteira para saná-la, o professor tem que conquistar o aluno. Uma tática utilizada por Marina era chamar o aluno que tinha dificuldades para resolver exercícios na lousa, esse era o meio por ela utilizado para o desenvolvimento deles. Marina também costumava falar alto na sala de aula para que sua voz chegasse até o último aluno. A diretora ficava passando pela porta para ver se ela estava dando aula em pé ou sentada.

Ainda sendo uma aluna média, ela considera que não teve dificuldades ao ensinar matemática porque sempre estudava, se preparava e resolvia todos os exercícios antes. Aliás, ela também procurava observar os professores mais velhos e, quando tinha dificuldades, recorria à sua professora de Matemática. Marina conta que o ensino de matemática sofreu “uma revolução” – é essa expressão que utiliza – no início da década de 1970: o conteúdo permaneceu o mesmo, mas a forma de apresentá-lo mudou. A partir de então ela comenta que o uso de figuras tornou-se comum nos livros e nas aulas, por exemplo, o professor tinha que elaborar uma prova com figuras, principalmente quando era de Matemática. Na prova de frações ela elaborava a prova com imagens ou desenhava na lousa: um desenho de laranja dividida em partes iguais era utilizado para os alunos escreverem “dois meios”, “três terços” e assim por diante. Com essa mudança, viu o ensino mais teórico, aprendido na Escola Normal Joaquim Murtinho, ser substituído e surgirem novas formas de ensinar. A tabuada também era para ser deixada de lado, no entanto, Marina não concordou e continuou a exigí-la de seus alunos, pois para ela é decorando que se pode chegar onde quer.

Essa “revolução” citada por Marina também ocorreu, segundo ela, nas outras disciplinas. A prefeitura deu um curso de atualização para os professores que foi uma verdadeira loucura porque eles resumiram e “jogaram” os conteúdos de História, Geografia, Matemática, Português... Ela lembra que ficou voando por um bom tempo, mas depois foi se moldando. Em outra época, as disciplinas eram lecionadas de forma articulada e Marina, por exemplo, tinha que dar aula de Geografia e também introduzir algum conteúdo matemático, como estatística.

Martina viu também a aula deixar de ser expositiva e, apesar de sua praticidade, percebeu que a nova didática fazia o aluno participar mais da aula, eles mesmos explicavam, formulavam perguntas e exercícios. Apesar dos pontos positivos, essa forma de ensinar não vingou e Marina acredita que isso aconteceu porque os professores estavam fugindo muito do assunto, além de ser trabalhoso para o professor porque tinha que pesquisar muito, ele já tinha muitas atividades: dar aula, preparar exercícios, corrigir provas, manter a disciplina na escola, preparar as aulas recreativas, teatro e datas comemorativas.

Ao analisar o livro Metodologia do Ensino Primário indicado para a Escola Normal Joaquim Murinho em 1953 e 1955, de autoria de Theobaldo Miranda Santos, Pardim (2013) notou a preocupação do autor em mobilizar situações vivenciadas pelos alunos, com o ensino a partir do interesse deles, preocupação também evidenciada na fala de pessoas que vivenciaram a formação na Escola Normal Joaquim Murinho. A indicação de livros desse autor foi frequente no Curso para o ensino de Psicologia, Didática, Pedagogia, Metodologia e Prática de ensino nos anos de 1952, 1953 e 1955. Marina lembra-se que usou esse livro, mas as outras entrevistadas, mesmo com a portaria de indicação em mãos, não se lembraram.

A “orientação e não domesticação do aluno” e outras práticas do professor já eram discutidas na formação desses profissionais desde a década de 1930 e essas discussões ainda ocorriam em 1960 como podemos perceber no artigo publicado na Revista do professor Matogrossense em dezembro de 1966.

Educação e instrução

João Cândido Fernandes Filho
(Inspetor escolar)

Muito se tem discutido sobre o assunto em foco, e muito ainda precisa ser feito para

que as nossas escolas abandonem a tradicional característica de transmissoras de conhecimentos teóricos e passem a preparar realmente para a vida, realizando um ensino prático, ou melhor, aquilo que os pedagogos chamam de auto-educação.

A filosofia pragmática de Willian James, seguida pelos modernos pedagogos norte-americanos serviu de base ao “learning to do by doing” que constitui o lema da pedagogia naquele país.

De fato o “aprender a fazer, fazendo” tem como meta, não um aprendizado teórico, de segunda mão, ou seja de aquisição de conhecimentos através de pontos falados ou escritos, da escola do “Magister dixit”, mas sim a auto-formação ou a realização do aprendizado pelo próprio educando.

É claro que isso não exclui, como pode parecer, a ação do professor: apenas dá-lhe outro sentido: o sentido de um guia, de um orientador, um criador de situações apropriadas à auto-educação, à máxima inglesa, “o homem não vale pelo que sabe, mas pelo modo como se comporta”, deve ser meditada pelos nossos professôres, a fim de que possamos deixar de lado o ensino teórico, para entrarmos no terreno do ensino prático, transportando para dentro de nossas salas de aula, uma atmosfera de vida. O uso de pontos feitos, das definições impostas, do ensino abstrato e teórico, da discriminação excessiva das matérias devem ceder lugar à pesquisa, à observação, à discussão, as comparações, a realização de projetos que cultivem habilidades e formes atitudes.

A escravização rígida aos horários de lições de matérias discriminadas deve ser substituída pelo plano de trabalho ou projeto, no qual, o ponto de partida pode ser uma lição de leitura, mas o assunto envolve aspectos de diversas disciplinas de programa, numa salutar correlação de matérias e atividades, fazendo do plano de estudo um todo com finalidades definidas, quais sejam: -a) Adquirir conhecimento; b) Desenvolver habilidades; c) Formar atitudes.

Para isso, as classes precisam ter liberdade de movimentação, alegando alguns, que gera indisciplina na sala e no estabelecimento. Essa argumentação se baseia num conceito arcaico de disciplina: “da disciplina imposta, dos clássicos regulamentos”, da teoria da educação de fora para dentro. Disciplina no conceito moderno é atitude. E como tal, é através da vivência, da prática diária, da auto-avaliação, da liberdade auto-controlada, é que se cultiva. Disciplina imposta por regulamentos e castigos, antes de educar, gera conflitos, gera revoltas e outros males.[...]

Criemos atividades que vão de encontro a seus interesses, à sua vitalidade. Dando-

lhe liberdade de se movimentar, vamos levando-a a saber distinguir o bem do mal, o certo do errado, o justo do injusto. Façamo-la viver as situações que lhe vão moldando o comportamento moral, social e cívico, ao invés de lhe darmos pontos, ou regras de conduta, impostas.

Formação moral, social e cívica, não se faz à base de transmissão de conhecimento, mas sim pelo cultivo de atitudes, através de situações vividas, que atinjam a esfera emocional, do indivíduo, realizando aquilo que Aguayo chama de aprendizagem apreciativa.

Fonte: Revista do Professor Mato-grossense. Dez/1966.

Apesar do descontentamento de governadores antes já mencionado, na década de 1960 os Ensinos Primário, Médio e Superior passam a apresentar melhoras significativas, segundo o governador Fernando Corrêa da Costa, tanto em qualidade quanto em quantidade, alcançando índices de atendimento e aproveitamento de outros estados considerados mais adiantados. Para o próprio governador recuperou-se o tempo perdido. Tudo que se fazia nas grandes metrópoles era “imitado” em Mato Grosso. Não havia, segundo ele, recursos pedagógicos modernos que estivessem fora dos conhecimentos dos profissionais da educação e não estivessem sendo introduzidos e difundidos no estado¹⁹².

Quanto ao ambiente da instituição, as ex-alunas se lembram do lugar agradável e familiar, tanto para alunos e professores quanto para os demais funcionários, e do respeito com que todos se tratavam. Na sala de Marina, quando a professora entrava os alunos levantavam, davam boa noite, sentavam e só depois a professora explicava a matéria. Se alguém conversasse, ela já chamava a atenção ameaçando tirar nota, dizendo que ia dar zero. O importante era ter disciplina¹⁹³.

Para elas a formação oferecida era muito boa e essa avaliação positiva deve-se a bons resultados obtidos por alguns deles em vestibulares e concursos das mais diversas áreas. Essas perspectivas assinalam para uma Escola Normal como curso preparatório não somente para a profissão que pretendia formar, mas para cursos e provas de outras áreas, se aproximando do discurso do representante de Minas Gerais na Conferência Interestadual do Ensino Primário, realizada em 1921, quando ressaltou que a formação deveria ser limitada à função docente, caso contrário, buscariam empregos em outras áreas com melhores salários, abandonando a profissão em busca de colocações vantajosas no comércio, nas indústrias ou em outros cargos públicos.

¹⁹² Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Fernando Corrêa da Costa em 1964.

¹⁹³ Depoimento de Marina.

Como havia muitas vagas nas escolas, os alunos da Escola Normal conseguiam emprego antes mesmo de terem se formado. Isso era comum a ponto de professores da Escola Normal divulgarem as vagas nas salas de aula. Vera e Raimunda, por exemplo, começaram a lecionar quando ainda estavam no primeiro ano do Curso Normal, ambas com quinze anos, e Marina quando cursava o segundo ano. Da turma de Raimunda todos saíram empregados, só não ficou empregado quem foi para fora estudar, quem não tinha interesse em estudar e, segundo ela, quem quis fazer o curso de professor do Ensino Primário apenas por status.

Assim como em outras regiões, o público principal da Escola Normal em Campo Grande era o feminino. Apesar de os pais educarem as filhas para o casamento, algumas moças viam na Escola Normal uma maneira de ter uma profissão. A possibilidade de acesso, é bom ressaltar, não significava uma mudança social de objetivos, o futuro das jovens era, ainda e prioritariamente, constituir família. Com quinze, dezesseis anos algumas já tinham até pretendentes.

Na década de 1970, a Escola Normal Joaquim Murтинho sofreu algumas outras alterações na grade curricular. Nos últimos anos de funcionamento saíram da grade as disciplinas Física e Química, Anatomia e Fisiologia, e Francês do primeiro ano; Sociologia, Psicologia e Pedagogia, e Prática de Ensino do segundo; e Puericultura, Inglês, Educação Artística e Educação Física Prática do terceiro ano. Por outro lado, foram incluídas Inglês na primeira série, Biologia na segunda e Educação Moral em todas as séries.

A formação de professores das séries iniciais aos poucos foi se ajustando ao novo formato escolar implantado com a LDB de 1971: Primeiro e Segundo Grau, sendo esse último com ênfase nas habilitações profissionais. Dessa forma, a Escola Normal Joaquim Murтинho foi perdendo espaço para a Habilitação Específica de Segundo Grau para o Magistério.

Imagem 21. Matéria relacionada à desativação da Escola Normal Joaquim Murinho

CORREIO DO ESTADO

ANO XXI - CAMPO GRANDE, Mt., (Sábado e Domingo), 6/7 de Abril de 1974.

Ex-governador do Estado solidário com a Escola Normal

O ex-governador do Estado, Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, enviou a Prof. Maria de Lourdes Teixeira, diretora da Escola Normal "Joaquim Murinho", o seguinte telegrama:

"Congratulo-me i-

lustrado corpo docente que tão patrioticamen- te vem proporcionando Escola Normal Joa- quim Murinho seu pro- veitoso funcionamento instrução nossa mocidade, nesta data mag- na sua existência. Apro- veito para comunicar -

lhe ter sido encaminha- do governo Estado jus- to reclamo continuida- de tradicional Es col a sendo indispensáveis seus serviços toda re- gião sul Estado. Sauda- ções cordiais Arnaldo Figueiredo".

Como já noticiamos anteriormente, a Esco- la Normal "Joaquim Murinho" foi instalada e entrou em funciona- mento durante o gover- no do sr. Arnaldo de Fi- gueiredo e já propor- cionou a Mato Grosso várias centenas de nor- malistas.

Fonte: Jornal Correio do Estado. 06 e 07/04 de 1974

Imagem 22. Matéria sobre a o descontentamento de professores com o fechamento da Escola Normal Joaquim Murinho.

Professores pedem a Garcia continuidade da Escola Normal

Uma comissão de professores, liderada pelo secretário de Educação de Campo Grande, professor Alcídio Pimentel, mantiveram entrevista na manhã de ontem com o futuro governador do Estado, ocasião em que solicitaram ao deputado Garcia Neto para que não deixasse ocorrer a extinção da Escola Normal "Joaquim Murinho".

Segundo Alcídio Pimentel, o governo fede-

ral tem se empenhado na fundação de escolas profissionalizantes e que não se justifica a extinção da velha Escola Normal, fato que iria frontalmente contra os esforços do governo.

O deputado Garcia Neto ouviu os professores e disse que, se estiver dentro de suas possibilidades, a Escola Normal "Joaquim Murinho" não será fechada, pelo menos, em seu governo.

AUDIÊNCIAS

Ontem pela manhã, o futuro governador dos matogrossenses recebeu, em audiência, comissões de professores, da Escola Normal, da Faculdade de Engenharia, membros da Associação Médica, da Associação de Professores de Campo Grande, da Associação Comercial, da Associação dos Criadores, a Coordenação do Projeto Rondon,

do Centro Comunitário Lar do Trabalhador, da Maçonaria, ao sr. Nelson Ferreira da Cunha, e sra. Oliva Enciso.

À tarde o deputado Garcia Neto assistiu ao jogo entre as Seleções do Brasil e Holanda e manteve entrevista com o prefeito municipal. À noite, foi homenageado com um banquete no restaurante da Cidade Universitária.

Fonte: Jornal Correio do Estado. 04/07/1974.

Para a tristeza de muitos cidadãos campo-grandenses, a Escola Normal Joaquim formou sua última turma em 1974 e o prédio onde a instituição funcionou por décadas passou a se chamar Escola Estadual Joaquim Murinho. O prédio antigo nem existe mais, foi

demolido para a construção de outro, moderno. Hoje, essa instituição que formou vários dos professores no estado vive apenas na memória de quem um dia presenciou a sua existência.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este trabalho teve como objetivo a criação de um cenário da formação de professores (que ensinavam matemática) na Escola Normal Joaquim Murtinho, curso público que por muito tempo formou professores do Ensino Primário para Campo Grande (à época pertencente a Mato Grosso uno) e região. Buscamos evidenciar características do ensino de Matemática como, por exemplo, os livros indicados na formação dos alunos, os conteúdos trabalhados e metodologias de ensino.

Apoiados na História Oral como metodologia de pesquisa, lançamos um olhar para as entrevistas realizadas com pessoas que vivenciaram essa formação, documentos pessoais como fotos e livros, bem como jornais, revistas, documentos oficiais (documentos produzidos pela própria instituição, decretos, mensagem de governadores) e outros textos que tratam da temática.

As fontes mobilizadas na pesquisa pouco trouxeram sobre o ensino de Matemática nessa Escola Normal e, por isso, pouco dessa formação é evidenciado na análise. Ainda em relação aos documentos, a dificuldade em encontrá-los para nossa pesquisa - seja pela tendência das instituições escolares em preservar principalmente documentos cuja função burocrática ainda opere, seja pela postura de outros pesquisadores quanto à não devolutiva de documentos retirados das instituições públicas para estudo - reforça o comprometimento ético que devemos ter no decorrer da pesquisa, exercício que buscamos colocar em prática com a digitalização e disponibilização desse material para outras pesquisas nessa dissertação, no site do HEMEP e, também, na Escola Estadual Joaquim Murtinho, instituição que autorizou trabalharmos em seu acervo.

Numa tentativa de articular as informações sobre a instituição durante o trabalho, optamos pela análise narrativa. Cientes do desafio dessa proposta, a escolha deu-se por entendermos que esse tipo de análise é um modo não somente de construir uma trama argumentativa sobre a temática da pesquisa, mas, também, a possibilidade de o pesquisador constituir-se como tal frente à comunidade científica, já que busca evidenciar a formação do olhar do pesquisador.

A partir dos indícios trazidos pelos entrevistados, revistas, jornais, fotografias, e demais documentos mobilizados, buscamos sua articulação na narrativa apresentada nesse trabalho, evidenciando nossa compreensão não somente dos movimentos de convergência e divergência evidenciados nos documentos, mas também o que neles se apresentou como singular.

Política, desvalorização profissional, predominância de mulheres no Curso, disciplina e ausência de informações sobre o ensino de matemática são algumas das temáticas que orientaram a construção dessa história da Escola Normal Joaquim Murtinho, marcas fortes das entrevistas. No caso da falta de informações sobre o ensino de matemática, objetivo da pesquisa, buscamos trazê-la para a narrativa em um exercício de “presentificação da ausência” (GARNICA, FERNANDES, SILVA, 2011): trata-se de buscar diferentes protocolos para tentar dar conta da falta de registros escritos e da pouca, quase nenhuma, lembrança sobre o ensino de Matemática na Escola Normal e no Ensino Primário da época. Apesar de mobilizarmos disparadores de memória (como o caderno de uma normalista, um livro didático que, segundo uma das entrevistadas, havia sido adotado em seu tempo de normalista e um documento indicando diversos livros adotados na Escola Normal), a Matemática na Escola Normal Joaquim Murtinho quase não se mostra.

A partir das informações encontradas no livro de registro das disciplinas ministradas da primeira fase de funcionamento da instituição, notamos a presença excessiva de conteúdos matemáticos, conteúdos esses bem próximos dos propostos para o Curso Científico, o que nos dá indícios de que, na prática, esses dois cursos não se diferenciavam tanto. Um curso de matemática “mais avançado” também é evidenciado na fala de uma ex-aluna na Escola Normal Joaquim Murtinho ao comentar que deveria ter estudado mais os conteúdos do Ensino Primário.

Uma possibilidade também para essa ausência de Matemática seria a ênfase na leitura e escrita nas séries iniciais. Se relacionarmos a formação nas Escolas Normais com a prática de ensino nos Grupos Escolares, essa ausência é novamente destacada. Segundo Garnica (2010):

Se pretendemos entender como a Matemática participou da configuração desse espaço escolar emblemático [os Grupos Escolares] – que inaugura uma concepção (arquitetônica e didático-pedagógica) de “escola” que permanece até hoje – é preciso, antes, perguntar não pelos livros de Matemática, ou pelas aulas de Matemática, ou pela participação da Matemática na formação de seus professores etc., mas pelos Grupos Escolares, eles próprios, as práticas neles criadas e a dinâmica de reprodução dessas práticas. Nisso não necessariamente – ao menos no início da investigação – se revelará com muita clareza o objeto matemático, mas uma gama de configurações nas quais, aos olhos do educador matemático de hoje, a Matemática está e estará presente. A proposta didático-pedagógica dos grupos escolares, centrada na tríade escrever-ler-contar, formalmente não privilegiava um desses eixos em detrimento dos outros, mas não é equivocado afirmar que, se procurássemos uma ênfase temática, ela certamente recairia sobre o domínio da leitura e da escrita de modo que tais competências pudessem apoiar o surgimento de um espírito cívico e de civilidade. Os livros de leitura, usualmente, valiam-se de fábulas, contos de fundo moral, ensinamentos relativos à higiene e ao

comportamento em sociedade. Visavam, inclusive, a uma educação das famílias: é interessante notar que das fileiras dos Grupos Escolares saíram as noções básicas relativas ao cuidado do corpo e do ambiente que influenciaram diretamente os núcleos familiares e, como consequência, os municípios que, até a primeira metade do século XX, padeciam com sérios problemas de saúde pública provenientes da falta de esgoto e saneamento básico. Nesse cenário, a Matemática não se revelará de forma notável ou diferenciada. Alfabetizar matematicamente equivaleria a ensinar os modelos elementares de contar e operar aritmeticamente e é parte de uma estratégia que não pode ser percebida como separada da estrutura da instituição e, portanto, das outras disciplinas e intenções pedagógicas gerais dos Grupos Escolares. Nesse sentido, o estudo dessas instituições de ensino difere significativamente, por exemplo, do das Escolas Secundárias, cujos programas de Matemática eram discutidos paralelamente aos das demais disciplinas, em meio a uma política educacional que, em seu início, demandou uma dinâmica política de enfrentamentos públicos dentro da própria área específica, sem muita vinculação aos demais “campos”. (pp. 77-79).

As mulheres formavam o público principal dessa instituição e a procura pela formação docente se dava por diversos motivos: falta de outras opções em Campo Grande, para ter uma profissão que a sociedade aceitasse ser exercida por mulheres, status, vocação, além de o Curso ser uma alternativa para conseguir ingressar em um Curso Superior.

A formação de professores para o Ensino Primário foi uma preocupação de muitos governadores de Mato Grosso. Essa preocupação estava associada à formação da população de modo geral e à propagação de valores morais e cívicos, considerados de grande importância para o desenvolvimento do estado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Em Estado de Palavra: quando a história não consegue que se meta fora a literatura. In. FLORES, M. B. R.; PIAZZA, M. de F. F. (Org). **História e arte: movimentos artísticos e correntes intelectuais**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. pp. 249-261.

_____. **História: a arte de inventar o passado - Ensaio de teoria da história**. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2007. v. 1000. 254 p.

ANDREOTTI, A. L. **O projeto de ascensão social através da educação escolarizada na década de 1930**. 2006. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Azilde_Andreotti1_artigo.pdf>. Acesso em: dez. 2013.

ARAÚJO, C. B. Z. M. **O ensino de didática, na década de trinta, no sul de Mato Grosso: ordem e controle?**. 1997. 212 f. Dissertação de Mestrado em Educação – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 1997.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009. v. 1. pp. 1-314.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOLÍVAR, A.; DOMINGO, J.; FERNÁNDEZ, M. **La investigación biográfico-narrativa em educación: enfoque y metodología**. Madrid, La Muralla, 2001.

BONDÍA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Tradução: João Wanderley Geraldi. Rev. Bras. Educ. [online]. 2002, pp. 20-28. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em: nov. 2011.

CURY, F. G. **Uma História da Formação de Professores de Matemática e das Instituições Formadoras do Estado do Tocantins**. 289 f. Tese de Doutorado em Educação Matemática – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2011.

_____. **Uma Narrativa sobre a Formação de Professores de Matemática em Goiás**. 2007. 201 f. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2007.

DELGADO, L. de A. N. **História oral: memória, tempos, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERREIRA Jr, A.; BITTAR, M. **A ditadura militar e a proletarização dos professores**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: dez. 2013.

GARNICA, A. V. M. Analisando imagens: um ensaio sobre a criação de fontes narrativas para compreender os Grupos Escolares. In: **BOLEMA**, Rio Claro, SP. v.23, 2010. pp.75-100.

_____. **A História Oral como recurso para a pesquisa em Educação Matemática:** um estudo do caso brasileiro. 2005. Disponível em <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/fdm/estudos_de_caso.htm>. Acesso em: jun. 2012.

_____. **Pesquisa qualitativa e Educação (Matemática):** de regulações, regulamentos, tempos e depoimentos. *Mimesis*, Bauru, v. 22, n.1, pp. 35-48, 2001.

GARNICA, A. V. M.; SOUZA, L. A. **Elementos de História da Educação Matemática.** São Paulo: Cultura Acadêmica/Editora da UNESP, 2012. pp. 1-28.

GARNICA, A. V. M.; FERNANDES, D. N. ; SILVA, H. **Entre a amnésia e a vontade de nada esquecer:** notas sobre Regimes de Historicidade e História Oral. In. *Bolema*. Rio Claro, SP. v. 25, pp. 213-250, 2011.

GOLDENBERG, M.; **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2009. pp. 107-164.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso.** Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

OLIVEIRA, F, D de. **Hemera:** sistematizar textualizações, possibilitar narrativas. 2013. 176 f. Tese de Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru/SP, 2013. pp. 59 - 103.

PARDIM, C. S. **Orientações Pedagógicas nas Escolas Normais de Campo Grande:** um olhar sobre o manual *Metodologia do Ensino Primário*, de Theobaldo Miranda Santos. 2013. 124 f. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2013.

PESSANHA, E. C; ARAUJO, C. B. Z. M. **Duas práticas pedagógicas na formação de professores brasileiros na década de 1930:** livros e cadernos. *História da Educação (UFPEL)*, v. 13, pp. 139-166, 2009. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br>>. Acesso em: mai. 2012.

RABELO, A. O. **A importância da investigação narrativa na educação.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, pp. 171-188, jan.-mar. 2011. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em: jul. 2013.

REIS, A. C. de S. R. dos. **A formação de professores na Escola Normal Joaquim Murinho.** 2011. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Matemática). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2011.

RIBEIRO, D. F. C. **Do Curso Complementar aos Cursos Clássico e Científico:** a organização dos ensinos de matemática como uma disciplina escolar. 2006. Disponível em <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/168DeniseFrancoCapelloRibeiro.pdf>>. Acesso em: dez. 2013.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

ROSA, M. G. S.; **Memória da Cultura e da Educação em Mato Grosso do Sul**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

SAVIANI, D. (Org). **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. 2009. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./ abr. 2009. Disponível em <www.scielo.com>. Acesso em: 14 jun. 2012.

_____. **O Legado Educacional do Regime Militar**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, pp. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em <www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: dez. 2013.

SCHAFFRATH, M. A. S. **Escola Normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores**. Disponível em <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I_encontro_inter_artes/20_Marlete_Schaffrath.pdf>. Acesso em: nov. 2011.

SILVA, H. da; SOUZA, L. A. de. A História Oral na Pesquisa em Educação Matemática. In. **Boletim da Educação Matemática**. Ano 20, n. 28. Rio Claro: Unesp, Programa de Pós Graduação em Educação Matemática, 2007. pp. 139-162.

SOUZA, L. A. **Trilhas na construção de versões históricas sobre um grupo escolar**. 2011. 420 f. Tese de Doutorado em Educação Matemática – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2011.

_____. **História oral e Educação Matemática: um estudo, um grupo, uma compreensão a partir de várias versões**. 2006. 314 f. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, p. 61-88, 2000. Disponível em <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

DOCUMENTOS

ALGUNS dados estatísticos de Campo Grande. Campo Grande/MT. Set. 1937. **Revista Folha da Serra**. Arquivo Público de Campo Grande/MS (ARCA).

A ESCOLA primária e a defesa da infância. Campo Grande/MT. Set. 1940. **Revista Folha da Serra**. Arquivo Público de Campo Grande/MS (ARCA).

ALMEIDA, V. O Ensino Primário no Sul do Estado. Campo Grande/MT. 26 de agosto de 1936. **Revista Folha da Serra**. Arquivo Público de Campo Grande/MS (ARCA).

ATAS dos Exames Finaes da Escola Normal e Curso Anexo, 1931-1935. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

ATAS dos Exames Finaes da Escola Normal e Curso Anexo, 1935-1940. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

BRASIL. **Lei Orgânica do Ensino Normal**, de 2 de janeiro de 1946. Disponível em <www.soleis.adv.br>. Acesso em: mar. 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em <www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso: em mar. 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 11 de agosto de 1971. Disponível em <www.pedagogiaemfoco.pro.br>. Acesso em: mar. 2012.

CADASTRO dos Funcionários da Escola Normal Joaquim Murtinho, 1969. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

CONFERÊNCIA INTERESTADUAL DO ENSINO PRIMÁRIO, 1922, Rio de Janeiro, **Anais**, Rio de Janeiro: Editora O Norte, p. 171-193, 1922a. (Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro). Disponível em <<http://seer.ufrgs.br>>. Acesso em: ago. 2012.

CONFERÊNCIA INTERESTADUAL DO ENSINO PRIMÁRIO, 1922, Rio de Janeiro, **Anais**, Rio de Janeiro: Editora O Norte, p. 119-202, 1922b. (Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro). Disponível em <<http://seer.ufrgs.br>>. Acesso em: ago. 2012.

EX-GOVERNADOR do Estado solidário com a Escola Normal. Campo Grande/MT. 06/07 de abril de 1974. **Jornal Correio do Estado**. Arquivo Público de Campo Grande (ARCA)/MS.

FERNANDES FILHO, J. C. Educação e Instrução. **Revista do Professor Mato-grossense**. Campo Grande/MT, 1966. Arquivo Público de Campo Grande/MS (ARCA).

HARO, R. Reajustamento do Magistério. Campo Grande/MT. 07 de maio de 1955. **Jornal Correio do Estado**. Arquivo Público de Campo Grande (ARCA)/MS.

IBGE, **Estatísticas do Século XX**. Ensino em geral, 1932 a 1934. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: nov. 2012.

IBGE, **Estatísticas do Século XX**. Ensino Primário Geral (Comum e Supletivo), 1935 a 1937. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: nov. 2012.

LIVRO Ponto da Escola Normal Joaquim Murtinho, 1953-1955. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO Ponto da Escola Normal Joaquim Murtinho, 1955-1956. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO Ponto da Escola Normal Joaquim Murtinho, 1963-1964. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO Ponto da Escola Normal Joaquim Murtinho, 1964-1966. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO Ponto da Escola Normal Joaquim Murtinho, 1967-1968. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO Ponto da Escola Normal Joaquim Murtinho, 1970-1971. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO Ponto da Escola Normal Joaquim Murtinho, 1971-1972. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

LIVRO Ponto da Escola Normal Joaquim Murtinho, 1972-1973. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

MATRÍCULA de alunos da Escola Normal de Campo Grande, 1931-1935. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

MATO GROSSO. **Decreto n. 742, de 29 de setembro de 1926.** Dispõe sobre o regulamento da Escola Normal da Capital. Cuiabá. Gazeta Oficial do Estado de Mato-Grosso (diversas publicações). Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. **Decreto n. 865, de 22 de junho de 1929.** Dispõe sobre a criação da Escola Normal de Campo Grande. Cuiabá. 22 de junho de 1929. Gazeta Oficial do Estado de Mato-Grosso. p. 1. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. **Decreto n. 271, de 18 de maio de 1933.** Dispõe sobre o regulamento das Escolas Normais. Cuiabá. 20 de maio de 1933. Gazeta Oficial do Estado de Mato-Grosso. p. 1. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. **Decreto n. 112, de 29 de dezembro de 1937.** Incorpora a Escola Normal Pedro Celestino ao Liceu Cuiabano e dá outras providências. Cuiabá. 31 de dezembro de 1937. Gazeta Oficial do Estado de Mato-Grosso. p. 1. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. **Decreto n. 229, de 27 de dezembro de 1938.** Cria o Liceu Campograndense e dá outras providências. Cuiabá. 29 de dezembro de 1938. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. p. 1. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. **Decreto n. 834, de 31 de janeiro de 1947.** Cria duas Escolas Normais, na capital do estado e em Campo Grande. Cuiabá. 04 de fevereiro de 1947. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. p. 1. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. **Decreto n. 287, de 26 de março de 1947.** Baixa o regulamento das Escolas Normais do Estado. Cuiabá. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso (diversas publicações). Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Decreto n. 410, de 18 de fevereiro de 1948. Determina que as Escolas Normais “Pedro Celestino” e “Joaquim Murtinho” funcionem provisoriamente anexo ao Colégio Estadual de Mato Grosso e Ginásio campograndense, respectivamente, e dá outras providências. Cuiabá. 21 de fevereiro de 1948. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. p. 1. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Decreto n. 590, de 31 de dezembro de 1948. Regulamenta o Ensino Normal no estado. Cuiabá. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso (diversas publicações). Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Decreto n. 555, de 31 de dezembro de 1958. Dá nova redação ao artigo 4º do decreto n. 590, de 31 de dezembro de 1948. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada pelo presidente de Mato Grosso, Dr. Aníbal de Toledo, à Assembleia Legislativa e lida na abertura da 1ª sessão ordinária de sua 15ª legislatura em 13 de maio de 1930. Cuiabá, MT. Typ. Official, 1930. Disponível em <<http://catalog.crl.edu>>. Acesso em: jan. 2013. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada pelo presidente do estado, Dr. Mário Corrêa da Costa, à Assembleia Legislativa ao instalar-se a sua 3ª sessão ordinária da 13ª legislatura, em 13 de Maio de 1926. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada pelo presidente do estado, Dr. Aníbal de Toledo, à Assembleia Legislativa e lida na abertura da 1ª sessão ordinária de sua 15ª legislatura, em 13 de maio 1930. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada pelo governador do estado, Dr. Mario Corrêa, à Assembleia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária de sua 1ª legislatura, em 13 de junho de 1936. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada pelo governador, Cap. Manoel Ary da Silva Pires, à Assembleia Legislativa e lida na abertura da 3ª sessão ordinária da sua 1ª legislatura, em 13 de junho de 1937. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem do governador do estado, Arnaldo Estevão de Figueiredo, apresentada à Assembleia Legislativa em 01 de outubro de 1947. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada pelo governador do estado, Arnaldo Estevão de Figueiredo à Assembleia Legislativa e lida na abertura da 2º sessão ordinária de sua 1º legislatura em 13 de junho de 1948. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1949, pelo governador do estado, Arnaldo Estevão de Figueiredo. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, por ocasião do início da legislatura de 1950, pelo governador do estado Arnaldo Estevão de Figueiredo. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador do estado, Fernando Corrêa da Costa, por ocasião do início da legislatura de 1952. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador do estado, Fernando Corrêa da Costa, por ocasião do início da legislatura de 1953. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador do estado, Fernando Corrêa da Costa, por ocasião do início da legislatura de 1954. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador do estado, Fernando Corrêa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1955. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador do estado, Dr. João Ponce de Arruda, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador do estado, João Ponce de Arruda, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1957. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador do estado, João Ponce de Arruda, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1958. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem apresentado à Assembleia Legislativa pelo governador do estado, João Ponce de Arruda, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1959. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem, apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador do estado, João Ponce de Arruda, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1960.

Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador do estado, Fernando Correa da Costa, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1964. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Mensagem sobre o sistema estadual de ensino apresentado à Assembleia Legislativa pelo governador do estado, Pedro Pedrossiam, em 1968. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, presidente da República, pelo interventor do estado, Bel. Julio. S. Muller, 1939-1940. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

MATO GROSSO. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, presidente da República, pelo interventor do estado, Bel. Julio. S. Muller, 1941-1942. Acervo do grupo de pesquisa Observatório de salários docentes em Mato Grosso do Sul – UFMS.

OLIVEIRA, L. A. Novos rumos para o ensino nacional. Campo Grande/MT. 15 de setembro de 1953. **Jornal do Comércio.** Arquivo Público de Campo Grande (ARCA)/MS.

PORTARIAS da Escola Normal, 1934-1945. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murтинho.

PORTARIAS da Escola Normal Joaquim Murтинho, 1952-1955. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murтинho.

PROFESSORADO descontente. Campo Grande/MT. 16 de janeiro de 1974. **Jornal Correio do Estado.** Arquivo Público de Campo Grande (ARCA)/MS.

PROFESSORES pedem a Garcia a continuidade da Escola Normal. Campo Grande/MT. 04 de julho de 1974. **Jornal Correio do Estado.** Arquivo Público de Campo Grande (ARCA)/MS.

REGISTRO das Correspondências expedidas da Escola Normal Joaquim Murтинho, 1954-1958. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murтинho.

REGISTRO das matérias lecionadas na Escola Normal Joaquim Murтинho, 1935-1940. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murтинho.

REGISTRO de Diplomas da Escola Normal Joaquim Murтинho, 1935-1951. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murтинho.

REGISTRO de Diplomas da Escola Normal Joaquim Murтинho, 1952-1968. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murтинho.

REGISTRO de Diplomas da Escola Normal Joaquim Murtinho, 1969. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

REGISTRO de Diplomas da Escola Normal Joaquim Murtinho, 1970-1974. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

REGISTRO de Licenças, Diplomas e Portarias da Escola Normal e Curso Complementar, 1934-1938. Campo Grande/MS: Acervo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joaquim Murtinho.

APÊNDICES

Apêndice A – carta de cessão

CARTA DE CESSÃO

Campo Grande, 10/11 / 2012.

Eu, Raimunda Luzia de Brito
de carteira de identidade número 04401MS 1.790, brasileira, residente
à Rua Caviúna 32, Conjunto Calmeirão,
na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, declaro para os devidos
fins que **cedo o direito das gravações de som**, captados em entrevista no segundo
semestre de dois mil e doze, juntamente com sua transcrição e textualização e
divulgação de todo este material, ficando Ana Carolina de Siqueira Ribas dos Reis
autorizada a utilizar as gravações integralmente ou em partes sem restrições de
prazos. Da mesma forma autorizo terceiros a verem e ouvirem as gravações, suas
transcrições e textualizações, ficando vinculado o controle à instituição que tem sua
guarda.

Abdicando de meus direitos e de meus descendentes, subscrevo a presente,

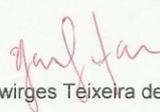
Raimunda Luzia
Raimunda Luzia de Brito

CARTA DE CESSÃO

Campo Grande, 17 / 12 / 2012.

Eu, Vera E. T. B. Jafar
de carteira de identidade número 006.669.084-588-MS, brasileira, residente
à 13 de Junho, 773,
na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, declaro para os devidos
fins que **cedo o direito das gravações de som e imagens**, captados em entrevista
no segundo semestre de dois mil e doze, juntamente com sua transcrição e
textualização e divulgação de todo este material, ficando Ana Carolina de Siqueira
Ribas dos Reis autorizada a utilizar as gravações integralmente ou em partes sem
restrições de prazos. Da mesma forma autorizo terceiros a verem e ouvirem as
gravações, suas transcrições e textualizações, ficando vinculado o controle à
instituição que tem sua guarda.

Abdicando de meus direitos e de meus descendentes, subscrevo a presente,


Vera Edwirges Teixeira de Barros Jafar

CARTA DE CESSÃO

Campo Grande, 05/10/2013.

Eu, Marina Lúcia de Andrade Monteiro
de carteira de identidade número 1066751-SSP-MS brasileira, residente
à R. Eng. Roberto Manger - 1261,
na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, declaro para os devidos
fins que cedo o direito das gravações de som, captados em entrevista no segundo
semestre de dois mil e doze e primeiro semestre de dois mil e treze, juntamente com
sua transcrição e textualização, e divulgação de todo este material, ficando Ana
Carolina de Siqueira Ribas dos Reis autorizada a utilizar as gravações integralmente
ou em partes sem restrições de prazos. Da mesma forma autorizo terceiros a verem e
ouvirem as gravações, suas transcrições e textualizações, ficando vinculado o controle
à instituição que tem sua guarda.

Abdicando de meus direitos e de meus descendentes, subscrevo a presente,



Marina Lúcia de Andrade Monteiro

Apêndice B – roteiro de entrevista

Roteiro de entrevista para alunos

1. Entrevista realizada em ___ de ___ de 2012, relativa à pesquisa sobre a formação de professores primários. Gostaria que a senhora se apresentasse, dizendo seu nome completo, data de nascimento e período em que cursou o ensino normal.
2. Gostaria que a senhora falasse sobre sua formação e profissão.
 - valorização do professor;
 - salário;
 - quem procurava o ensino normal e porque procurava;
 - vantagens e dificuldades da profissão;
 - diferentes disciplinas estudadas;
 - em relação à matemática, se tinha facilidade ou não.
 - já atuava como professora primária antes de cursar a Escola Normal?
3. O que a senhora sabe ou já ouviu falar a respeito da história das Escolas Normais?
4. Por que optou por estudar na Escola Normal Joaquim Murtinho?
5. Gostaria que a senhora falasse sobre o ambiente escolar da Escola Normal Joaquim Murtinho.
 - funcionamento
 - cobrança
 - avaliação da qualidade
 - quantidade de alunos
6. Gostaria que a senhora falasse dos professores da Escola Normal Joaquim Murtinho.
 - de onde eram
 - formação
 - como davam aula
 - relação professor-aluno

- como avaliava
7. Fale um pouco sobre os alunos da Escola Normal Joaquim Murtinho.
- desempenho em matemática
 - tinha emprego imediato?
 - onde tinha?
 - tinha que prestar provas?
 - dificuldade de ensinar
 - consideravam-se preparados para dar aula?
8. Quais eram os conteúdos trabalhados (em todas as disciplinas) na Escola Normal Joaquim Murtinho?
- matemática
9. A senhora considera que essa formação a preparou para a carreira docente?
10. Que dificuldades/facilidades tinha ao ensinar no primário? E, especificamente, em relação à matemática?
11. Gostaria que a senhora falasse sobre os livros utilizados na Escola Normal Joaquim Murtinho.
- livros adotados
 - indicados
 - famosos
 - de matemática
 - do professor
 - do Ensino Primário
12. Gostaria que a senhora falasse da relação dos professores/alunos com a direção da Escola Normal.
- tinha inspeção?
 - quem e como inspecionava?

13. Qual a influência dos partidos políticos na educação?

14. A Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946, dividia o ensino normal em dois ciclos, o primeiro formava regentes e o segundo ciclo formava professores para o Ensino Primário. Gostaria que o senhor falasse sobre isso.

15. Quais as diferenças entre essas profissões em termos de atuação e de reconhecimento social?

16. A Lei Orgânica também estabelecia que toda Escola Normal deveria manter uma escola primária anexa para demonstrações e práticas de ensino. Como isso era feito na Escola Normal Joaquim Murtinho?

17. A senhora quer falar mais alguma coisa sobre essa época?

Roteiro de entrevista para professores

18. Entrevista realizada em ____ de ____ de 2012, relativa à pesquisa sobre a formação de professores primários. Gostaria que o senhor se apresentasse, dizendo seu nome completo, data de nascimento e período em que foi professor da Escola Norma Joaquim Murinho.
19. Gostaria que a senhora falasse sobre sua formação e profissão.
- valorização do professor
 - salário
 - quem procurava o ensino normal e porque procurava
 - vantagens e dificuldades da profissão
 - as diferentes disciplinas estudadas
 - em relação à matemática, se tinha facilidade ou não e se os alunos tinham facilidade ou não
 - se já atuava como professor antes de dar aula na Escola Normal Joaquim Murinho;
 - gênero dos professores das Escolas Normais (eram na maioria homens, mulheres e porque acha que era dessa forma)
20. O que a senhora sabe ou já ouviu falar a respeito da história das Escolas Normais?
21. Por que escolheu dar aula na Escola Normal Joaquim Murinho?
- foi uma escolha ou necessidade?
22. Gostaria que a senhora falasse sobre o ambiente escolar da Escola Normal Joaquim Murinho.
- funcionamento
 - cobrança (da parte do governo, diretor...)
 - avaliação da qualidade do ensino
 - quantidade de alunos
23. Gostaria que a senhora falasse dos professores da Escola Normal Joaquim Murinho.
- de onde eram

- formação (tinham que ter nível superior? Um professor formado pela Escola Normal tinha que ter alguma formação extra mínima para ser professor da Escola Normal?)
- como davam aula
- relação professor-aluno
- como avaliavam (os alunos)

24. Fale um pouco sobre os alunos da Escola Normal Joaquim Murtinho.

- quem eram (questão de gênero, condições econômicas)
- desempenho em matemática
- se tinha emprego imediato
- onde tinha
- se tinha que prestar provas para ingressar na Escola Normal
- dificuldade de ensinar
- se considerava que o ensino da Escola Normal preparava os alunos para dar aula

25. Quais eram os conteúdos trabalhados na Escola Normal Joaquim Murtinho?

- quais disciplinas ele ministrava
- se acha que a sua formação o preparou para dar aula
- quais referências teve (cursos de formação continuada: se tinha, onde e como era oferecido, quem participava e como acontecia)

26. Gostaria que a senhora falasse sobre os livros utilizados na Escola Normal Joaquim Murtinho.

- livros dotados
- indicados
- famosos
- de matemática
- do professor
- do Ensino Primário

27. A Escola Normal Joaquim Murtinho ficou desativa por um certo período na década de

1940. O que a senhora sabe ou já ouviu falar em relação a isso? E em relação ao fechamento da Escola Normal Joaquim Murtinho?

28. A Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946, dividia o ensino normal em dois ciclos, o primeiro formava regentes e o segundo ciclo formava professores para o Ensino Primário. Gostaria que a senhora falasse sobre isso.

29. Quais as diferenças entre essas profissões em termos de atuação e de reconhecimento social?

30. A Lei Orgânica também estabelecia que toda Escola Normal deveria manter uma escola primária anexa para demonstrações e práticas de ensino. Como isso era feito na Escola Normal Joaquim Murtinho?

31. A senhora gostaria de falar mais alguma coisa sobre essa época?

Roteiro de entrevista

Livro Vamos Estudar

1. Entrevista realizada em _____ com a professora _____, para a pesquisa sobre a formação matemática de professores primários na Escola Normal Joaquim Murtinho. Boa tarde, professora.

2. Em uma entrevista realizada para nossa pesquisa, a professora Cândida dos Santos comentou que utilizou o livro “Vamos Estudar” nas aulas de Prática de Ensino na Escola Normal Joaquim Murtinho, explicando que a professora pedia para os alunos estudarem os conteúdos desse livro. Gostaria de saber se a senhora também utilizou esse livro enquanto quando fez o Curso Normal. Caso não, havia algum livro usado para o ensino no primário que era estudado durante sua formação na Escola Normal?
 - Os conteúdos de Matemática trabalhados eram esses que aparecem no livro?
 - Se sim, como eles deveriam ser desenvolvidos?
 - Eles eram estudados na sequência em que aparece?
 - O que era discutido na Escola Normal sobre a forma de ensiná-los?
 - Existiam materiais paradidáticos?
 - Qual a maior dificuldade do professor em ensinar e/ou o aluno em aprender no que se refere à matemática do primário?
 - Você tinha dificuldade em disciplinas que discutiam matemática na Escola Normal?
O que era visto nessas disciplinas?

Caderno de Metodologia

3. A professora Maria Inês Gonzalez, que estudou na Escola Normal Auxiliadora, nos doou esse caderno de Metodologia em que aparecem, por exemplo, teorias e características gerais do ensino e aprendizagem. Essas questões eram discutidas também quando a senhora estudava na Escola Normal Joaquim Murtinho?
 - Qual era a metodologia aplicada no ensino?
 - O que era considerado importante ensinar no ensino primário? Por quê?
 - E de matemática, o que era considerado importante? Por quê?

- Como deveriam ser selecionados os conteúdos a ser trabalhados no ensino primário?
- E de matemática, como eram selecionados?
- E o desenvolvimento das aulas, como deveria ser? E de matemática?
- Neste caderno há referências ao estudo da Escola Nova e do Ensino Renovado, a senhora se lembra desses movimentos e de como estes estavam ligados ao ensino em sua época?

Programa de Ensino da Escola Normal

- A senhora se lembra dessas disciplinas que compunham a grade curricular das Escolas Normais?
- Quais dessas disciplinas discutiam o ensino de matemática?
- Quem dava disciplina de Matemática na Escola Normal? Onde essa pessoa se formou? Era de Campo Grande mesmo?
- Seus colegas da Escola Normal tinham facilidade em Matemática?